



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Mossoró:  
uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)**

**Paula Rejane Fernandes**

**CAMPINA GRANDE – PB  
MAIO DE 2009**

**PAULA REJANE FERNANDES**

**Mossoró:  
uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade. Campina Grande, 2009.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilda Aparecida de Menezes**

**CAMPINA GRANDE – PB  
MAIO DE 2009**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F363m

Fernandes, Paula Rejane

Mossoró : uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930) / Paula Rejane Fernandes.— Campina Grande, 2009.  
121 f. : il. color

Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes.

1. História do Rio Grande do Norte 2. História de Mossoró 3. História das Cidades 4. Modernização das Cidades I. Título.

CDU 94(813.2)(043)

**PAULA REJANE FERNANDES**

**Mossoró:  
uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)**

Avaliado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª. Drª. Marilda Aparecida de Menezes – PPGH/UFCG  
Orientadora**

---

**Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – UEPB  
Examinador Externo**

---


**Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UFCG  
Examinador Interno**

---

**Prof. Dr. José Benjamim Montenegro –UFCG  
Suplente Externo**

---

**Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – PPGH/UFCG  
Suplente Interno**





Para a pequena Sarah (*in memoriam*),  
sobrinha amada, por todas as emoções  
que me fizeste sentir.

Para as cidades que vivem em mim.

De uma cidade, não aproveitamos as  
suas sete ou setenta e sete maravilhas,  
mas a resposta que dá às nossas  
perguntas.

**Ítalo Calvino**

## AGRADECIMENTOS

As cidades foram responsáveis pela minha formação enquanto sujeito da minha história, pois cada uma a seu modo, forneceu-me espaço onde pude fazer amigos, onde pude estudar, trabalhar e principalmente pensar outras formas de ser eu.

Sendo assim, agradeço a cidade de Sousa – PB, onde nasci e passei minhas primeiras horas de vida. A cidade de Tenente Ananias – RN, cenário de minhas primeiras lembranças da infância. De onde sai para ir morar em Mossoró – RN. Terra quente e receptiva que trago sempre comigo em minhas lembranças de infância, de adolescência, bem como memórias da vida adulta tecidas nos períodos de férias da faculdade, quando retornava para casa de meus pais.

A Mossoró meu eterno carinho e agradecimento por abrigar minha família em suas terras. E por falar em família, agradeço a Corrinha, Ana e Joana, irmãs amadas, e pesquisadoras dedicadas, sem vocês essa pesquisa não teria sido transformada em texto, sem vocês a vida não seria tão sorridente. A mãe, Graça, pelo apoio constante e por ter me ensinado a ser forte e flexível, a ser persistente na caminhada. A pai, Luiz, por ter me ensinado o amor pela estrada e pela terra. A Pedro, meu irmão, leitor e comentador dos meus textos, suas dicas sempre bem-vinda e quase nunca acatadas por mim foram e são importantes. Foi teimando com você que aprendi a ser persistente. A Sarah (*in memoriam*), sobrinha amada, conservo seu sorriso comigo e isso me traz paz no dias de pouca luz. A Valdir, irmão do coração, agradeço por sempre me lembrar o quanto é bom rir e brincar sem se preocupar com o andar das horas.

Durante a pesquisa conheci pessoas importantes para continuar na caminhada. Agradeço ao amigo Francisco Linhares, pela leitura do texto, pelas dicas e pelas ótimas horas de conversa. A Marcos, por gentilmente emprestar-me livros do acervo de Raimundo Brito. A todos os funcionários da Biblioteca Municipal de Mossoró Ney Pontes, ao Museu Municipal Lauro Escóssia, a Fundação Vingt-un Rosado. Por tudo isso, e pelo que ainda viverei, sou grata a Mossoró.

Desta cidade, parti para Campina Grande – PB, Rainha da Borborema, cenários de minhas memórias acadêmicas e pessoais. Campina Grande propiciou-me muitos amigos e amigas. Amigos como Anchieta, sempre presente e disposto a contar um “causo”; Mário, sempre pronto para uma boa conversa; Arnaldo, sempre dizendo que meu vetor aponta para o futuro; Alarcon, sempre paciente ao ouvir e responder minhas dúvidas; Giscard, pelas muitas dúvidas tiradas e pelos vários livros emprestados.

Amigas como Ana Paula, sempre disposta a uma boa conversa; Catarina, minha artista predileta que sempre me anima; Claudia, a mulher do mundo fashion que me faz rir com seus quase dramas; Fernanda, sorriso irradiante, que sempre tem uma palavra de forças nos instantes de incerteza; Iara, paciência que sempre me contagia; Ingrid, doçura constante que me ensina a importância de ser leve; Kelly, por me ensinar como é linda a arte de cuidar de outro ser; Silvia pela energia contagiante; Vanessa pelas tardes e fins de semana mais divertidos; Fernanda Abreu, pelos muitos almoços de domingo que depois se tornaram diários. Aos meus amigos e amigas, sou muito grata e sempre serei.

Aos amigos de mestrado pelas discussões e trocas de experiência: Jr., Egito, Daniel, Daniela, Pávula, Giulianne, Ana Paula, Roseane, Lincon, Isabel, Herry. Agradeço também aos secretários do mestrado: Maresa e Arnaldo. Aos professores Clarindo, Osmar, Gervácio, Fabio (*in memoriam*), Iranilson, José Otávio, Marinalva, Regina, Luzinete pelo muito que aprendi com todos vocês. Agradeço a minha orientadora Marilda Menezes por ler e comentar meu texto ajudando-me a torná-lo melhor.

Agradeço as cidades de Montadas – PB, Ingá – PB (onde ensinei) e Guarabira – PB (onde ensino) por serem palcos onde realizei e realizo diariamente meu sonho de ser professora. E a todos meus ex-alunos e alunos, sem vocês o sonho não se concretizaria.

Agradeço ao Pai e a Santa Luzia, padroeira de Mossoró, por iluminarem minha caminhada, e me darem ânimo para cumprir o trajeto.

## RESUMO

Essa dissertação tem como propósito estudar Mossoró – RN, entre os anos de 1872-1930, a partir do periódico local O Mossoroense, primeiro jornal fundado na cidade. Debruçamos nosso olhar sobre essa fonte para analisarmos a forma como o mesmo descreve a modernidade em Mossoró. Esta deu-se principalmente através do processo de modernização, isto é, a aquisição de elementos do viver moderno como o próprio jornal, a luz, o cinema, o carro. Além disso, investigamos como a escrita do jornal descrevia e criava a cidade como estando irmanada com o novo, com o progresso. Investigamos também como o periódico criava um habitante ideal para transitar e fazer uso do espaço citadino: homem saudável, desprovido de vícios; mulher recatada e voltada para os afazeres do lar. Para tanto, dialogamos com a História Cultural, pois nos permite problematizar as formas como o passado pensava, nomeava e representava a si mesmo de modo a produzir sentidos que orientavam o habitante do passado a viver e a sentir o mundo.

Palavras-chave: Mossoró. Jornal. Modernidade.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims at studying Mossoró – RN, during the period between 1872 and 1930 through the local journal “O Mossoroense”, first newspaper founded in the city. We study this source in order to analyze the way as it describes the modernity in Mossoró. Such modernity is result of the modernization process, that is, the acquisition of modern life elements as the newspaper, the light, the cinema, and the car. Furthermore, this research seeks to investigate how the newspaper writing describes and creates the city involved with the new, with the progress. We also investigate how the journal constructs an ideal inhabitant to pass and to use the city space: healthy man, without addictions; reserved woman worried with housework. In conclusion, we make a dialog with the Cultural History because it permits us to question the ways how the past thinks, nominates, and represents itself in a way to produce senses which orient the inhabitant from the past to live and to feel the world.

Key words: Mossoró. Newspaper. Modernity.

## SUMÁRIO

Introdução	12
<b>Capítulo 1 – Modernidade escrita nas páginas do jornal O Mossoroense</b>	20
1.1 – Modernidade e modernidades	20
1.2 – A cidade em croquis	28
1.3– Jornal Mossoroense: Semanário, político, commercial, noticiozo e anti jesuítico	38
1.4 – Propagandas da modernidade	45
<b>Capítulo 2 – O Mossoroense: o noticiador da modernidade</b>	50
2.1 – Modernidade, modernização, modernismo	50
2.2 – Acendem-se as luzes	53
2.3 – A jóia da modernidade: o automóvel	57
2.4 – Nos trilhos do trem	62
2.5 – Nos fios da comunicação: aquisição do telégrafo e do telefone	65
2.6 – Horas de diversão: o cinema e o teatro em Mossoró	66
2.7 – Embelezando a cidade: melhoramentos arquitetônicos	71
<b>Capítulo 3 – Um habitante para viver na cidade de Mossoró vindo das páginas do jornal “O Mossoroense”</b>	78
3.1 – O professor do moderno	81
3.2 – Os males a serem combatidos à mesa: os vícios dos jogos de azar	84
3.3 – O vício dos vícios: o amor às damas	86
3.4 – As senhorinhas desejadas pelo jornal O mossoroense	88
3.5 – Uma cidade higienizada para um habitante higienizado	93
3.6 – As receitas e remédios para os males do homem moderno	102
Considerações Finais	108
Referências Bibliográficas	111
Anexo	

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Croqui nº. 3	31
Imagem 2 – Croqui nº. 4	34
Imagem 3 – Propaganda da Chevrolet	47
Imagem 4 – Propaganda da Ford	61
Imagem 5 – Uma das viagens feitas pelo trem no ano de 1916	62
Imagem 6 – 1917 – Foto da ponte ferro que passa sobre o rio Mossoró	65
Imagem 7 – Croqui nº. 5	73
Imagem 8 – Planta da cidade de 1916	75
Imagem 9 – Mercado Público Municipal. 1903	97
Imagem 10 – Propaganda do Remédio Cafiaspirina	103
Imagem 11 – Pílulas de Vida do Dr. Ross	105



## INTRODUÇÃO

Existe uma grande produção de obras a respeito da cidade de Mossoró – RN<sup>1</sup>, muitas delas publicadas pela Coleção Mossoroense<sup>2</sup>. Produção em grande medida escrita dentro de uma perspectiva memorialista, sendo assim, sem ter a preocupação de atender as regras de tratamento das fontes que exigem uma operação historiográfica<sup>3</sup>. Usamos essas obras memorialistas<sup>4</sup> como fonte de pesquisa para produzir um olhar que propicia outra narrativa sobre a cidade de Mossoró.

Narrativa que partiu da curiosidade brotada a partir da leitura da obra *Notas e documentos para a história de Mossoró*<sup>5</sup>, Luís da Câmara Cascudo. Nesta obra o autor narra uma série de datas e acontecimentos desde o povoamento de Mossoró no século XVIII até a década de 1950 sem uma indagação ou crítica.

Entre essa série de datas e acontecimentos, encontramos referência a aquisição da luz artificial, primeiramente a base de querosene no ano de 1896, depois elétrica no ano de 1916, a chegada do trem (1915), questões referentes à contratação da limpeza urbana, inauguração da empresa de transporte pertencente a Tertuliano Fernandes (1911) entre outras aquisições que possibilitam uma percepção diferente de conforto e dando ares de modernidade<sup>6</sup> à cidade.

---

<sup>1</sup>Mossoró teve sua formação a partir da Fazenda Santa Luzia, propriedade do Saregento-Mor de origem portuguesa Antonio de Souza Machado. A proximidade do rio Mossoró facilitou a fixação do homem a terra contribuindo, assim, para a construção do povoado. Povoado que teve como fator propício ao seu crescimento o fato de localizar-se perto do Porto de Areia Branca. Isso movimentava o comércio e garantia a Mossoró sua elevação a vila no ano de 1852, desligando-se da cidade de Assu. Em 1870, torna-se cidade através da lei de número 620, no dia 9 de novembro. (Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. Coleção Mossoroense, Série “C”, Volume 849, maio de 1996. FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”*. João Pessoa, PB: Grafset, 2001.)

<sup>2</sup>Vingt-un Rosado, o último dos 21 filhos tidos por Jerônimo Rosado, idealizou a Coleção Mossoroense, projeto voltado para a publicação de livros sobre temáticas relacionadas à seca, à geografia da região, à família Rosado, e à história de Mossoró. Segundo Felipe (2001), “A Coleção Mossoroense tornou-se, ao longo da sua existência no instrumento político vital para a reprodução do poder do grupo familiar. Pois ela serve para a fabricação da imortalidade dos Rosados e, principalmente, para, através da história local/regional, narradas nos seus diversos títulos, inventarem a sua cultura particular, na qual os fragmentos do passado compõem para nortear as experiências do presente e a construção do passado.” (FELIPE: 2001, 123) (Grifos do autor)

<sup>3</sup>Ver CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 65-119.

<sup>4</sup>A exemplo das obras “Ruas, caminhos da saudade”, “Evolução urbanística de Mossoró”, escritas por Raimundo Nonato; “Escóssia”, de Cid Augusto; “Notas e documentos para a história de Mossoró”, de Câmara Cascudo; “História de Mossoró”, Francisco Fausto de Sousa.

<sup>5</sup>CASCUDO, op. cit.

<sup>6</sup>A modernidade, segundo Marshall Berman (1986), é algo contraditório, pois ao mesmo tempo em que cria expectativas prometendo aventuras, alegria, poder; também causa medo uma vez que destrói alguns alicerces que sustentavam certos modelos e formas de viver, jogando muitas pessoas em um ambiente novo onde terão que aprender a viver e conviver com o mesmo. Muitas dessas mudanças são proporcionadas ou aceleradas devido à modernização, isto é, as inovações que a ciência e a tecnologia propiciam como a luz artificial, da fotografia, do

A partir disso, começamos a indagar a respeito de como as pessoas receberam a chegada, por exemplo, do cinema, do automóvel, do trem, da luz artificial. Elementos do viver moderno que permitiam outra forma de entretenimento, de percepção de velocidade e de experienciar a luz artificial. Aquisições que mesmo antes de chegarem efetivamente a cidade (muitas vezes bastava anunciar no jornal sua chegada próxima) já proporcionavam alterações na forma de se relacionar com o mundo, com as pessoas, consigo, e na forma de usar o espaço público.

Para responder a essas perguntas optamos pelo uso de periódico como fonte de pesquisa. A escolha do jornal parte do pressuposto de que nas páginas impressas “*formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.*”<sup>7</sup> Além disso, ele é uma das muitas possibilidades de leitura do cotidiano, das expectativas de uma época. É bem verdade que essas expectativas nem sempre eram partilhadas por todos os habitantes da cidade, pois, dentro de uma cidade existem várias cidades que às vezes se chocam e às vezes se aproximam.

As expectativas presentes no jornal<sup>8</sup> em grande medida são as partilhadas pela elite letrada participante da elaboração do periódico e do grupo ao qual ela representa. Essa elite tem um projeto de urbe e tenta concretizá-lo, para tanto, usa a escrita jornalística como forma de defendê-lo, de “vendê-lo” ao leitor-cidadão. Elaborar um projeto significa fazer seleções, traçar metas, idealizar possíveis resultados. Essa elaboração pode ser vista na leitura do jornal. O simples fato de selecionar uma notícia ao invés de outra, estipular seu local dentro da geografia do periódico faz parte da elaboração do projeto que se deseja concretizar. Pois, a forma, estrutura, divisão interna do jornal produzem sentidos a serem recebidos e ressignificados pelo leitor-cidadão.<sup>9</sup>

---

automóvel. A aquisição de um ou outro desses elementos do viver moderno, segundo Gervácio Batista Aranha (2001), é que dará as cidades da região norte, hoje nordeste, o tom da modernidade.

<sup>7</sup>LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 120

<sup>8</sup> É importante deixar claro que o jornal não é uma entidade, nem tampouco um ser que tenha vida própria. Ele, em grande medida, é um nome, o nome do jornal, que reúne em torno de si um grupo de pessoas, aqui chamadas de elite letrada, defensoras de um projeto de cidade. Sendo assim, alguém (ou um grupo) fala fazendo uso do nome do jornal. Este nome, segundo Maurice Mouillaud, deve ser pensado como um olho que vê a cidade sob certo ângulo, por isso, tem uma leitura parcial e não total. Leitura realizada a partir de um lugar onde o olho se põe. Sendo assim, “*O nome do jornal é um operador simbólico, um olho aberto sobre o mundo, que é intercambiável com o olho do leitor ao qual dá o poder de ver (...).*” (MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 26).

<sup>9</sup> Ver. MOUILLAUD; PORTO. Op. cit.

Trabalhamos com o projeto de cidade criado pelo Jornal O Mossoroense<sup>10</sup>. Tal escolha vem do fato de ser o primeiro jornal publicado na cidade, e, apesar dos momentos sem publicação<sup>11</sup>, ainda está em circulação. Tomamos a fundação do jornal, ano de 1872, como sendo marco inicial do nosso recorte temporal: 1872 a 1930. Escolhemos O Mossoroense como ponto de partida por entendermos que o mesmo é um elemento do viver moderno. É através das páginas impressas que uma cidade fala de si e comunica-se com outras cidades. O ano de 1930 foi escolhido por ser o ano no qual a Empresa Mossoró Luz e Força Ltda. adquiria o direito de explorar o sistema de telefonia. Este, assim como jornal, é entendido por nós como um elemento do viver moderno.

Devido à ausência de publicação do jornal no período que vai de 1876 a 12 de junho de 1902<sup>12</sup>, fizemos usos de outras fontes que nos ajudaram a suprir esta lacuna temporal. Para tanto, recorremos a alguns livros publicados pela Coleção Mossoroense, que de acordo com José Lacerda Alves Felipe<sup>13</sup>, tem como uma de suas linhas principais de editoração a história de Mossoró.

É necessário deixar claro que havia, no período pesquisado por nós, 1872-1930, outros jornais em circulação sendo estes: Comércio de Mossoró (1904-1917), O Nordeste (1916-1934), Correio do Povo (1926-1934). Mesmo havendo outros periódicos, escolhemos trabalhar somente com O Mossoroense. Tal escolha pode ser vista como um risco, pois lemos e analisamos somente um olhar, uma narrativa a respeito de Mossoró. O risco é transmutado e transformado em aliado quando lançamos algumas perguntas ao jornal escolhido como objeto de pesquisa: Como O Mossoroense escrevia a cidade? Para ele o que era cidade moderna? Que projeto de cidade elaborava para Mossoró?

Os jornais são lidos a partir do conceito de representação de Roger Chartier<sup>14</sup>. Segundo o autor, representação não se trata de uma mimese do real, trata-se de uma forma de torná-lo inteligível para quem vive ou viveu nele ou para quem escreve sobre um tempo transcorrido. Tempo que tem seu acesso dificultado a nós, historiadores, devido aos diversos

---

<sup>10</sup> O jornal Mossoroense foi fundado no ano de 1872, por Jeremias da Rocha Nogueira, funcionou até o ano de 1876, esse período é tido como sendo de sua primeira fase. Foi reaberto com o nome de Jornal O Mossoroense no ano de 1902, por João Escóssia, filho do fundador do jornal. Para não haver confusão, optamos por chamar o periódico nas duas fases pelo nome de Jornal O Mossoroense. O acervo do jornal pode ser encontrado no Museu Municipal Lauro Escóssia, localizado em Mossoró – RN, e no Instituto Histórico de Natal. Concentramos nossa pesquisa e coleta de dados no acervo localizado no Museu Municipal Lauro Escóssia.

<sup>11</sup> O jornal ficou sem ser editado durante os anos de 1876-1902.

<sup>12</sup> Em 1902, o Jornal O Mossoroense foi reaberto sob a direção de João da Escóssia, filho de Jeremias da Rocha Nogueira, fundador do referido jornal.

<sup>13</sup> FELIPE. Op. cit.

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bretand Brasil, 1990.

filtros que o passado interpõe entre si e o presente. Para evitar os erros que os filtros podem causar a pesquisa e a escrita do historiador, é preciso ter cuidado durante a leitura e análise das fontes. Cuidado no sentido de ler o passado a partir das próprias formas de entendimento que este nos fornece ao invés de lê-lo com as do presente. Isto é, procurando vê-las dentro do seu contexto de produção, pois **“algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu”**.<sup>15</sup>

Além disso, lemos a fonte fazendo uso das instruções de Jacques Le Goff<sup>16</sup> ao dizer que todo documento é um monumento. Sendo assim, não é uma verdade absoluta sobre o passado, mas uma escolha que este fez para legá-la ao presente. E como toda escolha é interessada e perpassada por silêncios, ditos e não-ditos.

Por isso, quando analisamos o jornal O Mossoroense procuramos lê-lo de modo a entender a sua própria lógica, só assim, podemos entender o porquê dele quase nunca falar dos populares, a não ser para exigir medidas de repressão e moralização dos mesmos. Tal jornal era vinculado à elite letrada e política de Mossoró que assumia uma postura conservadora, por isso a preocupação constante em proibir os jogos de azar, as bebedeiras, bem como moralizar o banho no Poço das Pedras.

A mesma leitura que assumimos com o jornal, também assumimos com os livros dos memorialistas editados pela Coleção Mossoroense. Trabalhamos principalmente com os livros de Raimundo Nonato, Luís da Câmara Cascudo, Raimundo Brito, Sebastião Gurgel, Francisco Fausto de Souza, Cid Escóssia. Tais livros possuem em comum a característica de não problematizarem as fontes utilizadas, os fatos são arrolados em modo linear, sem nenhum questionamento. Além disso, colocam a cidade de Mossoró como sendo destinada desde o seu primeiro núcleo de povoamento, no século XVIII, a crescer, a desenvolver-se, e ser pioneira, como na Libertação dos Escravos no ano de 1883 e no primeiro voto feminino em 1927.

Somado a essas fontes, fizemos uso dos inventários do período de 1863 a 1930; dos Códigos de Posturas Municipais dos anos de 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940. E das Atas da Câmara Municipal de Mossoró do período de 1873 a 1880, todos editados pela Coleção Mossoroense. Os inventários ajudam-nos a ver e acompanhar as mudanças nos bens de consumo. Se no final do século XIX deixava-se pouco ou quase nenhum móvel, no XX aumenta a presença destes nos inventários. Já os Códigos de Posturas, mesmo havendo um grande intervalo de tempo entre um Código e outro, é uma fonte em que podemos ver as

---

<sup>15</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 64 (Grifos do autor)

<sup>16</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

práticas de coerção criadas pela municipalidade objetivando manter ou criar uma ordem para Mossoró. As Atas permitem-nos fazer a leitura de como a Municipalidade intervinha na organização da cidade.

Além dos memorialistas, usamos outros autores da academia que investigam a cidade de Mossoró, sendo assim, possuem outra relação com a fonte, não mais de verdade, mas de vestígios de um tempo transcorrido. Abrimos espaço para comentar um pouco a respeito de cada um procurando mostrar os pontos de aproximação e de afastamento.

José Lacerda Alves Felipe<sup>17</sup>, no livro *A (re)invenção do lugar: Os Rosados e o "país de Mossoró"*; investiga o modo como o espaço, a cidade de Mossoró, foi apropriado pela família Rosado de modo a criar um espaço, o *país de Mossoró*, legitimador de seu poder de mando. Para tanto, o autor inicia seu livro falando da formação do povoado, da sua elevação a vila e depois à cidade, seu crescimento econômico e urbano, em seguida, discute como esses fatores foram apropriados pelos Rosados. A preocupação maior de Felipe é compreender como a cidade de Mossoró foi construída como espaço simbólico que expressasse as relações de poder da família Rosado. Nesse ponto nos aproximamos de Felipe, uma vez que, investigamos a produção simbólica da cidade de Mossoró pelo Jornal O Mossoroense. Divergimos dele por não enveredarmos pelo enfoque político e de como a produção de um imaginário político constrói Mossoró.

Ao contrário de Felipe, Aristotelina Pereira Barreto Rocha<sup>18</sup>, *Expansão urbana de Mossoró (Período de 1980 a 2004)*; investiga Mossoró a partir das questões econômicas para explicar o crescimento da urbe. Segundo ela, são as especializações econômicas assumidas pela cidade que demarcaram sua expansão territorial, a formação de novos bairros, abertura de novas ruas. Mesmo voltando-se para o estudo do crescimento urbano em Mossoró, ela não tem como preocupação investigar como os habitantes vivenciaram as mudanças.

Seguindo a linha de Rocha, Karisa Lorena C. B. Pinheiro<sup>19</sup>, em sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFRN, intitulada *O processo de urbanização da cidade de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual*, parte do econômico para responder a seguinte pergunta: Que fatores impulsionam a expansão urbana de uma cidade? Apesar de perguntar que fatores, a autora centra sua resposta nos fatores econômicos, para ela, eles são norteadores da expansão urbana.

---

<sup>17</sup> FELIPE. Op. cit.

<sup>18</sup> ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Expansão urbana de Mossoró (Período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território*. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

<sup>19</sup> PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. *O processo de urbanização da cidade de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual*. (2006) Natal, RN, 2006. Dissertação (mestrado). UFRN. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Seu trabalho procura abarcar um largo período histórico uma vez que parte da formação da cidade até o ano de 2006. Ao longo do seu trabalho observamos a tentativa de traçar uma linha explicativa capaz de perpassar toda a história da cidade unindo passado e presente.

Nosso trabalho difere dos autores acima por investigar o projeto de cidade moderna que o Jornal O Mossoroense cria para Mossoró. Para pensarmos modernidade dialogamos com Walter Benjamin<sup>20</sup>, Georg Simmel<sup>21</sup>, Marshall Berman<sup>22</sup>, Gervácio Batista Aranha<sup>23</sup>, Sandra Jatahy Pesavento<sup>24</sup>.

Benjamin e Simmel são autores que estudaram a modernidade principalmente no aspecto referente às sensibilidades produzidas pela mesma. Isto é, como o homem do final do século XIX e começo do XX sentia-se diante do bombardeio de informações ocasionadas pela rapidez das mudanças, dos avanços científicos e tecnológicos.

Berman ao discutir alguns projetos de modernidade, mostra como cada um possui suas especificidades e a incapacidade de transpô-los de uma cidade para outra. Também discute suas ambivalências, pois ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de mudanças, crescimento, prazer, também proporciona dor e angústia. Já que a modernidade não oferta suas possibilidades a todos, alguns ficam fora de seus projetos. Isso fica visível nas páginas do jornal O Mossoroense.

Aranha trabalha a modernidade na região norte, hoje nordeste, e defende a ideia de que a mesma foi vivenciada aqui não pelo ritmo frenético nem pela presença das grandes multidões, mas pela aquisição de um elemento ou outro do viver moderno, a exemplo dos cinemas, automóvel, trem, luz.

Segundo Pesavento, a aquisição de tais elementos era lida pelas autoridades municipais e pelos letrados como sendo representantes da modernidade. Para a autora, isso é fruto de um processo metonímico onde a parte é tomada pelo todo, ou seja, a aquisição de algum elemento da modernização, é lida e tomada pelo todo, a modernidade, dando a sensação de viver um ethos moderno.

---

<sup>20</sup> BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>21</sup> SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967.

<sup>22</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>23</sup> ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

<sup>24</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Tais autores contribuíram para investigarmos e pensarmos o projeto de modernidade elaborado pelo O Mossoroense para a cidade de Mossoró – RN, entre os anos de 1872 e 1930. Para tanto dividimos a dissertação em três capítulos. Cada um ao seu modo procura responder a uma indagação.

O primeiro capítulo *Modernidade escrita nas páginas do jornal O Mossoroense*, é dividido em quatro tópicos. No tópico *Modernidade e modernidades* discutimos alguns projetos de modernidade de modo a ver até que ponto Mossoró assemelha-se e distancia-se. No seguinte *A cidade em croquis*, analisamos dois croquis extraídos do livro *Evolução urbanística de Mossoró*<sup>25</sup>, escrito por Raimundo Nonato. Os croquis permitem pensar a organização espacial da cidade e os pontos norteadores do seu crescimento. O terceiro tópico *Jornal Mossoroense: Semanário, político, commercial, noticioso e anti jesuítico*, apresenta e discute a fundação do jornal Mossoroense, no ano de 1872, contextualizando e analisando a produção da sua primeira fase (1872-1876). No último tópico *Propagandas da modernidade* analisamos a reabertura do jornal Mossoroense, agora chamado de O Mossoroense, sob a direção de João Escóssia. É nessa segunda fase que os projetos de modernidade do jornal ficam mais evidentes. Ao longo desse capítulo o jornal, assim como os croquis analisados, é entendido e tomado como mapa da cidade demarcando fronteiras físicas e simbólicas.

O segundo capítulo *O Mossoroense: o noticiador da modernidade* analisamos através das páginas do jornal a aquisição de elementos do viver moderno pela cidade de Mossoró. No tópico inicial *Modernidade, modernização, modernismo*, fazemos uma diferenciação desses três conceitos a partir de Berman<sup>26</sup>. Segundo Berman, a modernidade é bifurcada em material (industrialização, avanços científicos e tecnológicos) e espiritual (ritmo de vida, artes), mesmo havendo tal divisão, as duas não podem ser pensadas como sendo radicalmente separadas, pelo contrário, são imbricadas. Pois, as mudanças tecnológicas propiciam mudanças na forma de ver e sentir o mundo.

Depois dessa discussão, trabalhamos com a aquisição dos bens noticiadas pelo jornal. Começamos com a luz no tópico *Acendem-se as luzes*. Nele analisamos a aquisição da luz e as mudanças que a mesma permitiu no cotidiano da cidade e dos habitantes que puderam adquiri-la. No tópico *A jóia da modernidade: o automóvel*, discutimos as dificuldades de conviver com o automóvel que em alguns momentos é comparado a uma praga que assola a cidade trazendo problemas. No quarto tópico *Nos trilhos do trem*, abrimos espaço para falar

<sup>25</sup> NONATO, Raimundo. *A evolução urbanística de Mossoró*. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. 248. s/a.

<sup>26</sup> Op. Cit.

de como o jornal noticiava o atraso referente à construção da linha férrea, tida como responsável pela perda de poder econômico da cidade.

Assim como os trilhos, os fios do telégrafo permitiam a cidade o contato com outros lugares, por isso um tópico *Nos fios da comunicação: aquisição do telégrafo e do telefone*. No penúltimo tópico *Horas de diversão: o cinema e o teatro em Mossoró*, esses dois são descritos pelo jornal como tendo a tarefa de educar e moralizar, para tanto os filmes e peças deveriam ser carregados de bons exemplos. No último tópico, *Embelezando a cidade: melhoramentos arquitetônicos*, fica claro o esforço da Municipalidade para dotar a cidade de ruas ordenadas, prédios bonitos, jardins, calçamento.

No último capítulo, *Um habitante para viver na cidade de Mossoró vindo das páginas do jornal "O Mossoroense"*, analisamos o habitante idealizado pelo O Mossoroense para residir e consumir a cidade. No tópico primeiro, *O professor do moderno*, discutimos as matérias redigidas pelo médico J. Gurjão Fernandes nas quais defende o homem saudável, praticante de esportes em detrimento do fumante, adepto a bebida e aos jogos. Este, como vemos no tópico seguinte, *Os males a serem combatidos à mesa: os vícios dos jogos de azar*, são alvos da repressão dos policiais e da escrita moralista de O Mossoroense.

Assim como este, as prostitutas também são alvos a serem normatizados pelo jornal e pela polícia como podemos ver em *O vício dos vícios: o amor as damas*. Ao contrário delas, o jornal desejava que a mulher mossoroense fosse recatada, educada e voltada para as práticas do lar. Como analisamos em *As senhorinhas desejadas pelo jornal O mossoroense*, desde cedo os pais precisavam educar suas filhas para serem boas dona de casa e principalmente boas mães sempre preocupadas com a harmonia do lar e com sua limpeza.

Esta deveria estar presente não apenas nos lares, mas também, em toda a cidade, por isso as medidas impostas pelo Código de Posturas Municipais proibindo o tráfego de animais nas ruas. A contratação de um serviço de limpeza das ruas; as denúncias de falta de higiene impressas nas páginas do periódico, são assuntos tratados no tópico *Uma cidade higienizada para um habitante higienizado*. Uma cidade limpa precisa ter habitantes saudáveis, fortes, cheios de vitalidade. As propagandas de remédio analisadas em *As receitas e remédios para os males do homem moderno* evidenciam o desejo de ter e formar habitantes saudáveis para a cidade, os que não se enquadravam nesse modelo precisavam ser corrigidos através do uso de fortificantes, das pílulas de vitalidade do Dr. Ross.



## CAPÍTULO 1 – Modernidade escrita nas páginas do jornal O Mossoroense

### 1.1 – Modernidade e modernidades

Entrar em casa e apertar o interruptor da luz, sem se preocupar de que horas a luz irá ser desligada, abrir a torneira e ter água potável a todo instante, ter ruas, irão se somar a outras mudanças mais íntimas nos órgãos sensoriais dos cidadãos.

O olfato educado para distinguir diversos tipos de odores e qualificá-los como bons ou ruins; o hábito de tomar banho diariamente como um novo exercício de tocar e sentir o corpo; ouvir o barulho do movimento dos automóveis de modo a distingui-lo do carro de boi, das carroças. Estas como aquelas práticas cotidianas tornaram-se tão comuns ao homem do século XXI, a ponto de serem pensadas como naturais.

Mas as pessoas que sentiram e viveram o período da chegada dessas inovações trazidas pela modernidade e pelo remodelamento urbano, experienciaram isto, como um impacto, a ser expressado de modo entusiasmado ou negativamente.

Pois, as mudanças ocasionadas pela modernidade<sup>1</sup>, como bem mostra o historiador francês Eugen Weber<sup>2</sup>, ao estudar a Paris do final do século XIX, não são vivenciadas e significadas do mesmo modo pelos habitantes de uma localidade ou época. Em Paris, por exemplo, algumas pessoas, principalmente da elite, chamavam esse período de mudança como sendo de decadência, *fin-de-siècle*; enquanto, outras, principalmente, as pessoas mais simples, sentiam tal período como trazendo possibilidades de ter uma alimentação melhor.

Essa diferença no modo de viver e sentir as mudanças da modernidade também pode ser percebida quando estudamos e investigamos outras cidades. A partir disso, percebemos que o viver moderno não acontece de modo único e nem tampouco é experienciado e vivenciado<sup>3</sup> do mesmo modo pelos habitantes da cidade.

---

<sup>1</sup>A palavra modernidade bem como seu conceito, segundo Lapa (LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p.19), foi criada pelo poeta francês Charles Baudelaire no ano de 1863. A mesma trazia consigo o sentido de contraposição ao antigo, ao velho. O novo rompendo com o mundo até então visto, trazendo consigo as marcas das mudanças científicas e tecnológicas da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e que também é vivida em outros países europeus.

<sup>2</sup>WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>3</sup>Walter Benjamin conceitua experiência e vivência de modo distinto. Para ele, esta refere-se ao fugaz, ao tempo que se consome de modo rápido, a vivência de um indivíduo isolado. Já a experiência, é relacionada a vida coletiva, trata-se de conhecimento ensinado de geração para geração. A partir desses dois conceitos, Benjamin tece uma crítica a modernidade. Para ele, esta aniquila a experiência, mata o narrador, e valoriza a vivência, isto é, o indivíduo ao invés do coletivo. Ver. MEINERZ, Andréia. *Concepção de experiência em Walter Benjamin*. Porto Alegre, 2008. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É impossível medir as múltiplas relações e reações descortinadas pela modernidade. As perplexidades e as fascinações existiram em Viena, Paris, Nova York, Rio de Janeiro, em ritmos diferentes, a trama da modernidade foi arquitetando e construindo seus labirintos.<sup>4</sup>

Sendo assim, podemos dizer que cada cidade vivia de modo específico a chegada dos elementos do moderno, as alterações que estes provocavam nas práticas e nos comportamentos, inclusive no modo como os cidadãos percebiam a si mesmos e a cidade enquanto *locus* multifacetado. Pois, as mudanças científicas e tecnológicas ocorridas no final do século XIX e começo do XX, tais como transporte, luz elétrica, avanços médicos permitindo o controle de certas doenças, propiciavam outras percepções de tempo e de espaço. O tempo que era medido tendo a natureza como referência passava a ser traduzido pelas badaladas dos sinos das igrejas que gradativamente iam cedendo lugar ou coabitando lado a lado com o apito das fábricas.

Também, o espaço passava por mudança, tornando-se geométrico, assim como o tempo, era percebido de modo distinto uma vez que os novos meios de locomoção, a exemplo do trem e do automóvel, faziam com que as distâncias pareciam diminuir. Se antes o ritmo de velocidade era dado pela tração animal, o motor passava a ditar a aceleração.

Essas mudanças na percepção de tempo e espaço alteravam o cotidiano das pessoas. Exigindo do homem e da mulher modernos novas habilidades, outras formas de fazer uso do espaço, sobretudo o cidadão. Era preciso ter o olhar atento para observar e absorver as constantes modificações existentes na cidade. Segundo Georg Simmel<sup>5</sup>, a modernidade valorizava o sentido da visão em detrimento da audição.

Era justamente esse olhar atento que seria utilizado pelo habitante da cidade moderna para apreciar as vitrines, uma das marcas mais valiosas da modernidade, pois ela representava bem a ideia de exacerbação do sentido da visão ao expor produtos e convidar o passante a vê-los e apreciar a beleza dos mesmos. *“A qualidade de vitrine das coisas é que elas não precisam mais – ou apenas – ser úteis, basta que sejam belas e encantem os compradores. [...] o elemento visual ganha cada vez mais importância. Importam as imagens, o como aparecem.”*<sup>6</sup>

<sup>4</sup>REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte do XX**. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 58.

<sup>5</sup> SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967. pp. 13-28

<sup>6</sup> WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. 2ª ed. São Paulo: USP: Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2006. p. 346

Percebe-se então que a cidade moderna tinha como sentido principal a visão<sup>7</sup>. Talvez fosse por isso que o século XIX inventou mecanismos voltados para apreensão e propagação de imagens como a fotografia e o cinema. O Século XIX também foi o século das grandes exposições mundiais<sup>8</sup>, onde os países mostravam o que tinham de mais avançado. As pessoas iam objetivando encontrarem-se e encantarem-se com o novo para em seguida desencantarem-se com ele e exigirem/desejarem algo mais novo.

As exposições contribuíam para a percepção de ritmo acelerado dos objetos e das pessoas sem, no entanto, captar o sentido de ambos. A condensação de uma grande quantidade de novidades em um só espaço, como das feiras, segundo Georg Simmel, “*ultrapassa em muito a capacidade humana de assimilação. Não se trata mais de choques, como no cotidiano da cidade grande; o indivíduo já está hipnotizado.*”<sup>9</sup>

Hipnotismo não apenas no ato de olhar as coisas, mas também no ato de entrar em contato com o outro. Os meios de transportes públicos colocavam pessoas desconhecidas compartilhando o mesmo espaço, obrigando-as a terem contato físico. Contato que não possibilitava intimidade devido à fluidez do tempo. Impossibilitando, assim, as pessoas permanecerem por um longo período juntas. Diante disso, podemos perceber que a modernidade possuía ambivalências, proporcionadas pelo seu caráter polifônico, uma delas representada pelo par proximidade/distância.

Não há um sem o outro, e o que significa aqui distância é ali proximidade. Essa *ambigüidade* da proximidade corporal e distância espiritual, que explica essa sensação única de estar só em meio a uma infinidade de pessoas, é, ela própria, uma característica fundamental do moderno [...]. O moderno é ambíguo e a cidade, grande e moderna, é o local privilegiado da ambigüidade.<sup>10</sup>

A ambivalência é uma das muitas características da modernidade e do viver moderno.<sup>11</sup> Pois, ao mesmo tempo em que a modernidade causava fascínio, oferecia aventuras, inovações tecnológicas proporcionando conforto e comodidade, também causava

<sup>7</sup> No século XX, o ato de olhar não se restringe ao esplendor estético das vitrines, é usado pelo homem moderno para garantir também a sobrevivência e para evitar acidentes com os automóveis. Estes, na São Paulo da década de 1920, passeavam pelas ruas a toda velocidade causando acidentes. Segundo Nicolau Sevcenko, muitos pedestres desavisados, ou ainda não adaptados a divisão do espaço com outro concorrente, o carro, morreram. Para ele, um dos motivos dos acidentes era o fato do automóvel ter chegado ao país antes de haver uma estrutura viária, sinalização ou código de trânsito.

<sup>8</sup> Pesavento, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>9</sup> WAIZBORT, op. cit. p. 346

<sup>10</sup> Idem, p. 333

<sup>11</sup> BERMAN. Op. cit.

medo, angústias, desilusões por romper com um modo de vida e com um mundo no qual se era acostumado a viver. Podemos perceber isso na escrita de autores como Gilberto Freyre.<sup>12</sup>

Para Freyre, a modernidade e o viver moderno colocavam o mundo conhecido por ele – o tradicional onde as relações davam-se em nível pessoal, onde o nome do pai<sup>13</sup> abria portas e determinava o futuro a ser seguido – em crise. Pois, eram tidas como responsáveis pela quebra das hierarquias de idade ao deslocarem o poder dos senhores, ligados ao mundo rural, para os jovens bacharéis, homens da cidade; de gênero ao trazer a mulher para o cenário público retirando-a do âmbito privado.<sup>14</sup> Essas mudanças proporcionadas pela modernidade não chegavam com a mesma velocidade a todas as cidades, devido as suas particularidades e diferenças.

É verdade que apesar das diferenças algumas cidades como Paris, Londres, metrópoles européias, e Rio de Janeiro, vistas como metrópole nacional, durante o século XIX e início do século XX, eram tomadas como parâmetros para pensar a modernidade e a urbanização. Modelos que muitas cidades brasileiras buscavam seguir de perto. Mesmo assim, não podemos transpor sem as devidas ressalvas a ideia de modernidade pensada e vivida lá para pensar e explicar todas as urbes brasileiras, mais especificamente, a que nos proponhemos a investigar: Mossoró<sup>15</sup> – RN, no período entre os anos de 1872 a 1930. Aqui faz-se necessário situarmos a escrita a respeito do motivo da escolha do nosso recorte temporal.

A leitura de nossas fontes nos permitiu destacar essas duas datas como demarcadores temporais de nossa pesquisa. No ano de 1872, Mossoró adquiria meios de comunicar-se de modo mais rápido com outras localidades do país e do exterior através do telégrafo, nesse mesmo ano, começava a circular na cidade o jornal Mossoroense, meio pelo qual a urbe, através da escrita dos editores do jornal, falava de si mesma e dos seus, apresentar-se-ia aos

<sup>12</sup> ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

<sup>13</sup> A ideia de nome do pai é pensada aqui com base em Durval Muniz. Ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. O diálogo entre três homens: Graciliano, Foucault e Deleuze. IN: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. pp. 111-121.

<sup>14</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

<sup>15</sup> A cidade de Mossoró nasceu a partir da fazenda “Santa Luzia” pertencente ao Sargento-Mor Antonio de Souza Machado. A construção de uma capela de mesmo nome da fazenda, segundo Câmara Cascudo, contribuiu para afixar as famílias a terra e a formar o povoado. Além da capela, podemos apontar como fator que contribuiu para a formação do povoado o fato de Mossoró ficar perto do porto de Areia Branca. O povoado foi elevado a condição de Vila no ano de 1852 e assim desligava-se da cidade de Assu. No ano de 1870, torna-se cidade. Cf.: CASCUDO. Op. cit.

seus habitantes e aos de outras cidades. Os dois, telégrafo e jornal, eram vistos como algo que marcava e individualizava o ano de 1872.

O ano de 1872 marca, pelo menos, dois acontecimentos de repercussão na História de Mossoró. E História, assim mesmo, escrita com H maiúsculo.

A 21 de agosto, era inaugurado o Telégrafo em Mossoró. Coisa fora do comum para estabelecer o sistema das comunicações entre os grupos populacionais mais importantes, aproximando a Capital e estabelecendo o intercâmbio com os próprios órgãos do governo da Província.

Os fios vinham abrindo novos caminhos nos espaços.

A 17 de outubro desse ano, Jeremias da Rocha Nogueira com José Damiano de Sousa Melo fundaram *O Mossoroense*, o primeiro órgão da imprensa da cidade. Porta-voz do Partido Liberal de Mossoró. Era também dedicado aos interesses do Município, da Província e da Humanidade em geral.<sup>16</sup>

A aquisição desses dois elementos era interpretada por Raimundo Nonato<sup>17</sup> como um acontecimento de grande repercussão para a história da cidade, história aqui escrita com H maiúsculo para enfatizar a importância que tais elementos representavam para a cidade. Além disso, ao escrever História com H maiúsculo o autor mostrava como pensava e entendia a mesma. Esta, para ele, era Verdade sobre o passado ao invés de ser uma entre as muitas narrativas possíveis de se escrever sobre ele.

As aquisições do telégrafo e do jornal podem ser lidas como formas de ratificar a elevação de vila a cidade, pois, em 1872, completaria dois anos que Mossoró tinha sido elevada a esta categoria. Além dessa leitura, podemos fazer outra, esses elementos eram uma porta material por onde a urbe expressava-se simbolicamente. Através deles ela manteria um diálogo constante com seus habitantes, isso mais precisamente no caso do jornal, bem como com os de outras cidades.

Por sua vez, o ano de 1930 foi escolhido por nós devido à inauguração do sistema telefônico na cidade. O telefone, assim como os outros dois elementos referidos acima, facilitava a comunicação dando aos habitantes da cidade que podiam usufruir da invenção de Graham Bell uma percepção diferente de tempo e espaço. Pois, tornava-os cada vez mais abstratos e controlados pelo homem uma vez que poderiam ser encurtados com um simples discar de números. Um fio reduzia as distâncias, permitindo que pessoas morando em lados opostos da cidade se comunicassem sem saírem de suas casas.

<sup>16</sup>NONATO, Raimundo. *Ruas, caminhos da saudade*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1973. p. 38-9

<sup>17</sup> Idem.

A partir da nossa escolha temporal, 1872-1930, podemos perceber a impossibilidade de transpor os modelos de viver moderno europeu para o Brasil sem fazermos as devidas ressalvas, pois a modernidade que ocorreu em Londres e Paris teve um ritmo diverso das cidades brasileiras, principalmente das cidades de pequeno e médio porte, como é o caso de Mossoró – RN.

As capitais da França e da Inglaterra tiveram sua modernidade marcada pelo ritmo frenético e pelas grandes multidões que trafegavam nas ruas e avenidas. Multidões que povoavam, segundo Walter Benjamin<sup>18</sup>, os boulevards parisienses e passeavam pelas galerias, sendo esta, o lugar do flâneur, personagem que trafegava pela cidade observando cuidadosamente o seu ritmo, suas cores, formas e detalhes.

De acordo com Benjamin, o flâneur transformava a urbe em paisagem possível de ser transfigurada em uma tela ou em poesia. Seu sentido mais atento era o da visão, através dela procurava interpretar a cidade e torná-la inteligível para si mesmo. O flâneur marca bem esse homem que viveu o início da modernidade no espaço urbano europeu, mais precisamente o parisiense, local estudado por Benjamin, homem que trafegava em meio à multidão sem muitas vezes ser notado, confundindo-se à massa de indivíduos.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento<sup>19</sup>, a capital da República, modelo nacional durante o século XIX, foi reformada pelo prefeito Pereira Passos, entre os de 1902 a 1906, objetivando construir uma Paris sobre o mar. Para tanto, Passos alargou ruas, derrubou prédios, expulsou a população pobre do centro da cidade. Mesmo havendo essa intenção, segundo Pesavento, havia um distanciamento entre a meta desejada (cidade ideal) e o resultado alcançado (cidade real). Porém, não impediu que o resultado ganhasse força de real. Isso foi possível, para a autora, porque ocorre um processo metonímico no qual a parte era tomada pelo todo, pelo conjunto da obra, sendo assim, a representação (uma avenida) ganhava caráter de real (a modernidade):

o distanciamento entre a intenção e o resultado não invalida a força da construção imaginária. Mesmo que em termos práticos, a aproximação com Paris se reduzisse a alguns elementos isolados, como os *boulevards* ou a fachada eclética ou *art-nouveau* dos prédios da majestosa avenida Central, a vida urbana, em sua globalidade, era vivenciada como condizente com um *ethos* moderno.<sup>20</sup>

É interessante percebermos que o viver moderno no Rio de Janeiro não era dado pela realização de uma transformação completa, mas uma mudança ou outra acabava por ser

<sup>18</sup> BENJAMIN. Op. cit.

<sup>19</sup> PESAVENTO, 2002.

<sup>20</sup> Idem p. 161. (Grifos da autora)

entendida, lida e vivida como sendo capaz de proporcionar um viver de acordo com o ethos moderno. Isto pode ser vivenciado ao trafegar por ruas abertas e largas possibilitando o movimento rápido de mercadorias inclusive de pessoas. Estas viam as ruas não mais como espaço de perigo, mas como espaço no qual iam para serem vistas e verem as outras.<sup>21</sup>

Os habitantes vistos pela municipalidade e/ou pela elite letrada, estes quase sempre colocavam-se na papel de guardiões e divulgadores da modernidade, como não sendo capazes de fazer uso dos novos códigos ou que atravancavam o caminho da cidade rumo ao progresso e a modernização eram retirados dos lugares, onde estavam para serem lançados nas periferias, longe dos olhos treinados para se sensibilizarem diante do belo e higienizado.

Esse tipo de prática bem como a da vivência da modernidade, na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, onde se toma a parte pelo todo, ou seja, a simples aquisição de uma avenida era tida como uma mudança estrutural capaz de inserir a cidade na modernidade, foi recorrente em muitas cidades brasileiras.<sup>22</sup>

A experiência da modernidade na região Nordeste, segundo Gervácio Batista Aranha, *“não se expressa em termos de vida metropolitana, a exemplo do que ocorre pioneiramente nas duas maiores cidades do século XIX, Londres e Paris.”*<sup>23</sup>

Para Gervácio Aranha:

Trata-se de considerar que a ideia de modernidade, no espaço regional em apreço se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu ‘rush’ característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, seja as que se relacionam aos transportes e comunicações, seja aquelas relacionadas aos equipamentos do ‘conforto’, não esquecendo das que remetem à vida elegante e/ou entretenimento. Cidade que se quer ‘civilizada’ ou que estaria a ‘civilizar-se’ deveria contar ao menos com uma dessas novidades.<sup>24</sup>

Será a aquisição de algumas destas novidades do viver moderno, a exemplo do telégrafo, do jornal, da luz elétrica, do automóvel, que dará a Mossoró ares de modernidade. Sendo estes sentidos e vivenciados de modo intenso, como estando conduzindo a cidade para

<sup>21</sup>SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 513-619.

<sup>22</sup>LAPA. Op. cit. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. ARRAIS. Op. cit. SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos de Bezerra de. **Territórios de Confronto**: Campina Grande, 1920-1945. Campina Grande: EDUFPG, 2006. ANDRADE, Juciene Batista Felix. **Caicó**: uma cidade entre a recusa e a sedução. Natal, RN, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN. CCHLA. Programa de Pós-graduação em História. CRUZ, Helena de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890 – 1916. São Paulo: EDUC: FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

<sup>23</sup>ARANHA. Op. cit. (Grifos nossos).

<sup>24</sup>Idem. p. 254-5.

o progresso, para deixá-la próxima às cidades maiores a exemplo de Recife, com a qual mantinha comunicação e intercâmbio comercial desde a segunda metade do século XIX, quando a Companhia de Navegação Pernambucana passou a ancorar seus navios no porto de Mossoró<sup>25</sup>. Isso, de acordo com José Lacerda Alves Felipe<sup>26</sup>, impulsionou o crescimento econômico do povoado uma vez que muitos dos comerciantes estabelecidos na cidade do Aracati – CE mudaram suas lojas para Mossoró.

Essas atividades de importação e exportação de mercadorias pelas casas comerciais que se instalaram em Mossoró induziram o crescimento da vila, elevada a categoria de município em 1852, e da sua área urbana, aumentando a influência da cidade, alçada a esse nível em 9/11/1870, sobre uma vasta região: médio e baixo Jaguaribe, no Ceará, região dos rios do Peixe e Piancó, na Paraíba, e toda região oeste do Rio Grande do Norte. Espaços fornecedores e compradores de mercadorias no empório comercial que a cidade de Mossoró se transformou.<sup>27</sup>

Enquanto Empório Comercial, Mossoró tornava-se um atrativo para estrangeiros desejosos de estabelecer comércio em terras do Rio Grande do Norte. Homens que, segundo Raimundo Nonato, trocavam suas terras “*banhadas pelos lustros da civilização e de cultura*”<sup>28</sup>, para virem habitar um lugarejo sem projeção e sem capacidade de proporcionar conforto e bem-estar. Segundo Felipe<sup>29</sup>, estes estrangeiros animaram o comércio e a economia local. O que para o autor era algo “*peculiar em uma região até então dominada pela pecuária e pelos fazendeiros*”.<sup>30</sup>

Os estrangeiros advindos a Mossoró movimentavam a vida cultural e social da cidade<sup>31</sup>. Eles podem ser tidos como os primeiros mensageiros da modernidade, possibilitando a cidade e a muitos dos seus habitantes, principalmente os que poderiam adquirir os produtos vendidos pelos comerciantes estrangeiros, contato com ideias a respeito de modernidade divulgadas, propagadas e vivenciadas em outras cidades do Brasil e do mundo. Ao compartilharem dessas ideias e de novos hábitos, os habitantes de Mossoró procuravam afastá-la do seu passado ligado à pecuária e a tentar banharem-se com o lustro civilizatório e cultural.

<sup>25</sup>Depois do assoreamento do porto de Aracati – CE, no ano de 1857, Mossoró passa a receber os navios da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira. Os navios ancoravam no porto de Areia Branca, cidade, na época, pertencente a Mossoró.

<sup>26</sup>FELIPE, Op. cit.

<sup>27</sup>Idem p. 33-4.

<sup>28</sup>NONATO, Raimundo. História Social da Abolição em Mossoró. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CCLXXXV, 1983. p. 61.

<sup>29</sup>Felipe op cit.

<sup>30</sup>Idem p. 35

<sup>31</sup>NONATO, 1983.



Uma dessas ideias trazidas na mala de um desses estrangeiros advindos a Mossoró era expandir a área de influência da cidade através de uma linha de trem ligando a mesma ao Rio São Francisco cortando, assim, o interior do norte do país, mais tarde região Nordeste. Essa ideia era defendida pelo suíço Johan Ulrich Graf chegado a Mossoró no ano de 1868 onde fundou a Casa Graf.<sup>32</sup> Apesar de conseguir a concessão, Ulrich Graf não chegou a construir nenhum trilho, aquela expirou e Mossoró só veio a ver o trem no ano de 1915. Mesmo não tendo construído a estrada, a ideia por si só era tida como trazendo consigo os anúncios de uma era nova repleta de novidades.

Além de Graf, havia outros estrangeiros habitando e fomentando a economia mossoroense na década de 1870. O alemão Wilhelm Deffren instalou em Mossoró, no ano de 1872, uma casa de compra de algodão, couros, e outros produtos agrícolas. Aqui o destacamos não pelas suas relações comerciais, mas por um fato pitoresco, ou seja, por propiciar aos habitantes da cidade o primeiro contato com uma pedra de gelo:

*casos de verdadeira originalidade, como foi o da apresentação das primeiras pedras de gelo, chegada a Mossoró, trazidas a bordo dos navios, que demandavam de portos europeus conduzindo mercadorias que seriam transbordadas do Sítio das Areias Brancas, para aquele longínquo lugarejo [...].<sup>33</sup>*

Longínquo lugarejo, elevado a condição de cidade desde o ano de 1870, organizado e estruturado em torno da Igreja de Santa Luzia como podemos perceber nos croquis a seguir.

## 1.2. A cidade em croquis

O espaço não é pensado por nós como sendo algo dado ou natural, ao invés disso, tomamos o mesmo como produto histórico. Pois, permite-nos problematizá-lo, lançar questões a respeito da sua organização, da forma como as pessoas faziam uso dele e de como era pensando. Entendê-lo enquanto produto histórico significa pensá-lo como sendo construído pelas autoridades e pelos habitantes. Aquelas buscavam ordenar e disciplinar o espaço através dos códigos de posturas, editais, resoluções, a exemplo da proibição seguinte presente no Código de 1908:

<sup>32</sup>Segundo Raimundo Nonato (1988), João Ulrich Graf ao aportar no Rio Grande do Norte procurava uma localidade onde pudesse instalar casa comercial para comprar produtos regionais, como cera de carnaúba, algodão exportando-os para a Europa. Deste continente, importava mercadorias para vender em terras brasileiras. Ao conhecer Mossoró, Graf reconheceu na cidade local adequado, devido a sua posição geográfica favorável – perto do mar e caminho para os sertões da Paraíba e do Ceará – para concretizar seu objetivo de instalar uma casa comercial intitulada de Casa Graf.

<sup>33</sup>NONATO, 1983, p. 64. (Grifos do autor)

Art. 93º – É proibido amarrar animais e tê-los juntos aos postes da iluminação; assim como deixar passar cargas e carros de encontro aos mesmos. Pena de 5\$ e pagar o prejuízo que der. O mesmo se estende, sobre postes e lâmpadas dos particulares.<sup>34</sup>

O intuito das normatizações era criar uma cidade que estivesse compartilhando das ideias de modernidade. Os habitantes ao locomoverem-se dentro da cidade faziam uso da mesma de diversas formas, usos que muitas vezes não estavam determinados pelos códigos de posturas e editais. Isso fazia com que o espaço fosse reinventado constantemente pelos seus usuários e nessa reinvenção havia atritos e disputas de espaço. A própria proibição presente nos editais, resoluções e códigos mostrava a existência de uma prática do espaço diversa da desejada pelas autoridades municipais, pois, não se criaria proibições caso não existissem práticas discrepantes da normalidade.

Contudo os habitantes, fossem eles participantes das camadas populares ou das mais abastadas, por sua vez, faziam uso do espaço seguindo uma lógica de consumo diferente da prevista pelas determinações das autoridades municipais,<sup>35</sup> ou daqueles que escreviam sobre o mesmo de modo a produzi-lo não em pedra e cimento, mas em papel, tinta e letra, como fazia o *Jornal O Mossoroense*<sup>36</sup> ao expor em suas páginas: editais, resoluções, exigências de maior fiscalização da cidade contribuindo, assim, para produzir um modelo de cidadão a ser copiado por homens comuns.

Por meio da escrita jornalística, a elite letrada, organizada na produção do *Jornal O Mossoroense*, representava a si mesma enquanto grupo letrado, sintonizado com as novidades, bem como a sociedade, isto é, tomava para si o lugar de representante dos mossoroenses diante da modernidade. Ao fazer isso, colocava-se no direito de dizer-lhes como ler, usar e viver a cidade de Mossoró. Com isso, tentava-se limitar as práticas dos populares evitando que estes fizessem uso de suas táticas e burlassem os espaços planejados através de estratégias idealizadas por um próprio, fosse ele representado pelos engenheiros sanitaristas, prefeito, médicos e/ou a elite letrada.<sup>37</sup>

<sup>34</sup>Códigos de Postura do Município de Mossoró: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série C, No. 1192, julho de 2002. p. 78

<sup>35</sup> Podemos perceber isso no trabalho de Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa, *Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945*. Nesta obra, o historiador investiga a cidade de Campina Grande – PB e mostra que os populares, motoristas, lavadeiras, agricultores, vendedores de pães, faziam uso da cidade de modo distinto do estabelecido pelas autoridades municipais. Para mais detalhes, ver o livro do autor.

<sup>36</sup>O *Jornal O Mossoroense* assim como a Coleção Mossoroense, os inventários e Códigos de Posturas Municipais correspondem as nossas fontes de pesquisa.

<sup>37</sup>CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Por ser o espaço um lugar de tensões não podemos deixar de observar como era nomeado e delineado, pois tais práticas não estavam livres de significados, de disputas. Para exemplificar melhor nossa fala analisaremos, os croquis três e quatro desenhados pelo memorialista Raimundo Nonato, publicados em seu livro *Evolução urbanística de Mossoró*<sup>38</sup>. A partir dos croquis observamos o crescimento da cidade e como determinados pontos ganhavam conotação chave dentro da cartografia para entender o movimento urbano que não tardaria a receber o nome também de modernidade.

A análise dos croquis também auxilia-nos a pensar como era a cidade quando da fundação do seu primeiro jornal. Inclusive a responder as seguintes perguntas: que tipo de cidade o jornal falava? Que cidade ele buscava criar através da sua escrita? Que habitante era criado pela escrita jornalística? Somado a isso, está o fato de podermos traçar uma analogia entre cartografia e jornal. Este assim como aquele delinea as fronteiras externas (cidades vizinhas) e internas da cidade (onde se pode ir e onde não se pode ir).

A analogia é possível, segundo Mouillaud, porque o jornal assim como o mapa descreve a geografia do lugar. A exemplo do mapa que tem suas linhas divisórias mostrando a divisão territorial entre uma cidade e outra, entre um país e outro, as mudanças de relevo, os rios e seus afluentes, enfim, delimitando e criando o espaço. O jornal, ao seu modo, também delimita a geografia da cidade. Em suas páginas podemos ler sobre a proximidade da cidade com as demais (mesmo que às vezes a proximidade seja mais simbólica do que física). Além disso, orientava o visitante ou mesmo o habitante da cidade sobre o que há em cada rua, por exemplo, a Rua do Campo Santo passava em frente ao cemitério, bem como os locais seguros e os de perigo como o Alto dos Macacos, para onde o jornal solicitava que a polícia voltasse seus olhares e suas ações.

Apesar da analogia entre mapa e jornal, os dois, segundo Maurice Mouillaud, possuem uma diferença irreduzível. *“O mapa está liberto de sua origem, circula em todos os espaços, é utilizável por quem quer que seja. Já o jornal tem uma implantação em um território: nunca pode [...] despir-se inteiramente da diferença do próximo e do distante.”*<sup>39</sup> Sendo assim, o jornal O Mossoroense trazia consigo as marcas da cidade, e principalmente, as marcas de seus redatores ao traçarem uma cartografia para Mossoró.

---

<sup>38</sup> NONATO. Op. cit.

<sup>39</sup> MOUILLAUD; PORTO. Op. cit. p 70-1



creceu no século XX. Entre os inventários de 1872 a 1900 apareciam poucas casas em espaço urbano. As que eram descritas localizam-se nas ruas do Mercado Público, da Matriz, Alagoa, do Triunfo, Sete de Setembro, Boa Vista, Conde d'Eu, do Graf, do Gurgel, do Trinta de Setembro.

De modo que a cidade definia-se entre os valores rurais e urbanos, ou seja, entre o tradicional e o novo. A predominância de inventários deixando bens voltados ao espaço, às práticas rurais não impedia que nesse mesmo período existisse a presença de outra forma de consumir e de viver já apontando para uma vida mais urbana. Como exemplo, citaremos dois inventários.

Estes foram escolhidos porque fogem ao padrão de inventários analisado por nós. A senhora Maria dos Anjos d'Oliveira, no ano de 1879, deixava uma vasta mobília composta por sofá, cadeiras, mesa de jantar, estante, guarda-louça, cômoda, secretaria, cama, cabido, relógio de parede, cofre. Os móveis não diziam apenas as condições econômicas da senhora Maria dos Anjos, falavam também de seu gosto requintado e mais voltado às práticas urbanas. Podemos perceber que cada móvel tinha uma função específica e localizava-se em cômodos distintos da casa evitando, assim, uma mistura de funções no mesmo espaço.

A inventariada Amélia de Souza Mello Galvão, no ano de 1891, além de deixar mobília também deixava uma apólice no Banco de Pernambuco e máquina a vapor com prensa de algodão. A apólice permite-nos inferir a existência de algum tipo de relação econômica com o banco. Isso significava que as relações pessoais, de pessoa para pessoa, começavam a compartilhar espaço com as relações impessoais, de pessoa para com instituições.

Nos inventários que vão de 1901 a 1930, as casas em espaço urbano tornam-se constantes e aumentam o número de ruas citadas. Além de casas, podemos perceber a presença de armazéns e de sobrados. Os móveis tornam-se mais diversificados, atendendo a necessidade de conforto, há uma mudança no padrão de consumo e na própria noção do mesmo. Com relação ao patrimônio deixado como herança, ainda deixam terras e sítios, porém aumenta a predominância de casas em perímetro urbano que os croquis serão capazes de revelarem mais tarde.

Mesmo o croqui representando a cidade até o ano de 1870, podemos projetá-lo para quatro anos a frente, isto é, o ano de 1874, quando a Câmara, sobre a presidência de Miguel Arcanjo G. de Melo,<sup>41</sup> nomeava os logradouros públicos. Possivelmente, nesse ano, a cidade

---

<sup>41</sup> Miguel Arcanjo G. de Melo ficou na presidência da Câmara Municipal de Mossoró no período que vai de 1873 a 1876.

influenciada pelo seu comércio cresceu um pouco mais e com isso criou-se a necessidade da regularização do espaço através da nomeação dos becos, travessas, ruas e praças.

Tal crescimento dificultou, possivelmente, a coleta de impostos por parte do Administrador da Mesa de Renda, isso fez com que o mesmo solicitasse à Câmara os nomes dos logradouros públicos para facilitar a cobrança e coleta da décima urbana.<sup>42</sup> Objetivando atender a solicitação do Administrador da Mesa de Renda, a Câmara determinou uma equipe composta por Cap. Rafael Arcaño da Fonseca, José Alexandre Freire de Carvalho e o Alferes João da Costa de Andrade para percorrer a cidade objetivando dar nomes as suas vias de circulação. Depois dessa etapa, afixaram placas com os respectivos nomes de cada lugar.

Os nomes determinados pela comissão foram aprovados pela Câmara na sessão do dia 7 de abril de 1874:

um officio dos Senhores Membros da Comissão encarregada da denominação das duas praças, becos e travessas desta Cidade remetendo o trabalho do que foram recebidos, o que os fizeram pela forma seguinte: Rua do Conde d'Eu, Rua do Visconde do Rio Branco, Travessa da Independência, Praça de Santa Luzia, Rua do Vigário, Travessa de Riachuelo, Praça de Pedro II, Rua de Mauriti, Rua de Mariz e Barros, Rua de Perseval, Rua Uruguaiana, Rua do Duque de Caxias, Rua do Visconde de Inhauma, Rua do Marquês de Herval, Rua de 28 de Setembro, Rua do Rio; e pelo que a Câmara aprovou unânimemente (sic) as denominações supra declaradas, passando a providenciar em ordem a serem feitos os disticos respectivos, nas quinas, praças e travessas, e becos.<sup>43</sup>

Fazer isso era uma forma de regulamentar a ordenação da cidade. E assim, esta deixava de ser lida somente pela lógica pessoal, antes dominante, para ser lida e entendida também por uma lógica mais racional e institucional. Sendo assim, a cidade não mais pertencia apenas às pessoas, seus transeuntes que nomeavam suas ruas de acordo com a relação que estabeleciam com as mesmas, ou seja, de acordo com suas práticas e significados do espaço. Mas, também, a Câmara Municipal de Vereadores detinha o poder de nomeá-las e renomeá-las. A mudança do nome das ruas era uma forma da Câmara Municipal marcar sua posição de poder na disputa com os habitantes da cidade sobre o domínio, ordenação, nomeação do espaço urbano.

Assim, a Câmara Municipal na figura do presidente e dos vereadores iam normatizando o espaço anteriormente nomeado pelas pessoas de acordo com as práticas estabelecidas nele. Os nomes escolhidos pela Câmara eram gravados em placas e afixados nas

<sup>42</sup> Cf. BRITO, Raimundo Soares de (org.). *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1873-1876)*. Coleção Mossoroense, volume CXCVIII, 1985.

<sup>43</sup> BRITO. Op. cit. p. 63.

esquinas das ruas. Ao fazer isso, segundo Cerneau<sup>44</sup>, instalava-se um próprio, isto é, um lugar oficializado, normatizado por uma instituição, por um poder com vistas a recalcar as práticas que divergiam dele de algum modo. Além de estabelecer o próprio, também estabelecia o não-tempo visando inviabilizar o uso das táticas por parte do homem ordinário, pois o homem ordinário age no tempo, age também nas ocasiões.

#### CROQUI 4

1870-1883

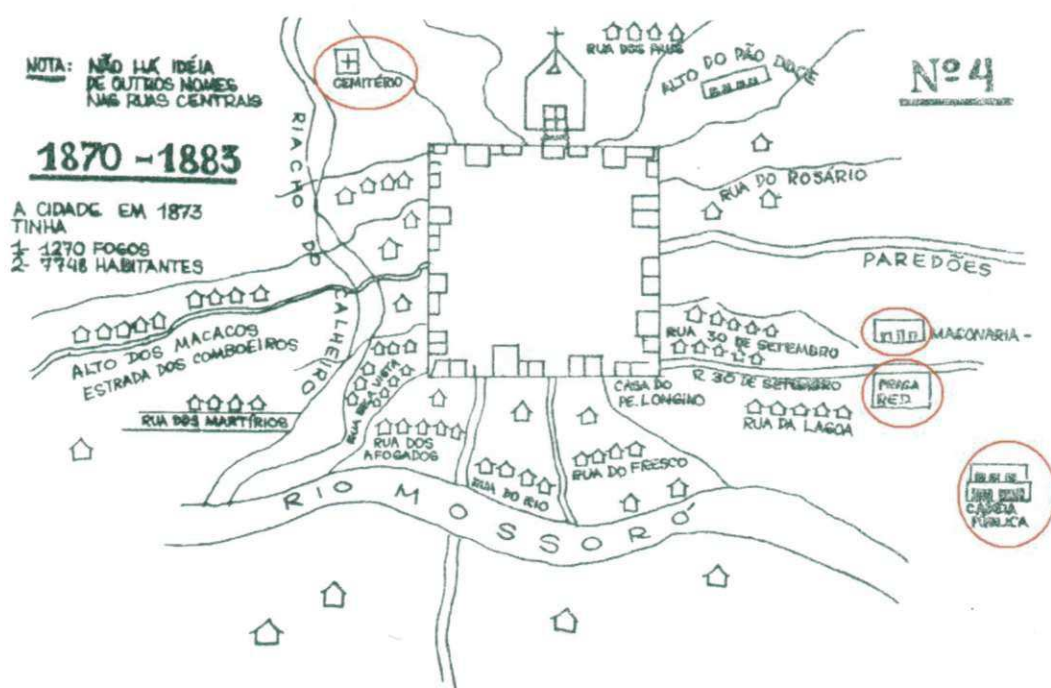


Imagem 2

Fonte: NONATO. Op. cit.

Como podemos ver, no croqui 4, correspondente aos anos de 1870-1883, houve um aumento no número de ruas e de casas. Vemos o desenho do cemitério, do prédio da cadeia, da Loja Maçônica 24 de Junho, da Praça da Redenção. É interessante observar nesse desenho a colocação desses quatro pontos dimensionando a cidade. Os dois primeiros estavam ligados a limpeza da cidade, isto é, colocar longe do alcance dos olhos tudo que era indesejado: os mortos e os presos. Os dois últimos estavam relacionados à libertação dos escravos em Mossoró no ano de 1883. E acabaram por ganhar conotação não apenas de pontos de

<sup>44</sup> CERTEAU, 2005.



referência na localização urbana, mas pontos construtores e reforçadores de identidades, a exemplo da que define Mossoró como cidade da Liberdade.

O cemitério, como o próprio desenho mostra, ficava um pouco afastado da igreja e do quadro da cidade, ao redor dele não havia edificação de casas. A petição para edificação do cemitério público foi feita a Câmara Municipal, no ano de 1873, pelo vigário Antônio Joaquim. As despesas ficaram a cargo dos fiéis da igreja.

#### Á pedido

Illmos. Srs. Presidente, e mais Veriadores da Camara Municipal desta cidade de Mossoró.

O padre Antonio Joaquim Rodrigues, Parocho Collado desta Freguesia de Mossoró, dezejando aproveitar os serviços do Illm.<sup>o</sup>, e Rvm.<sup>o</sup> Sr, Frei Fidelis, Missionario Appostolico Cupuxinho, relevantes, como costumão ser para edificar hum Cemiterio de pedra e cal, obra de que tanto se recente esta Freguesia, para servir de jazigo aos restos mortaes das pessoas Catholicas, e de qualquer crença religiosa, mediante o concurço de seus parachianos, que estão dispostos aprestar seus serviços para a mencionada obra; com o intento de ser propriedade da Irmandade de nossa Padroeira, a Senhora Santa Luzia, enquanto não houver uma outra Irmandade especial do Santo a quem for dedicado o mesmo cemiterio, a quem a final virá apertencer o Cemiterio, Vem por tanto pedir a V.SS. se dignem conceder licença, para que no sentido indicado, se posa levar a efeito dita obra: pelo que – pede a V. SS.

Illmos. Srs, Veriadores da Camara Municipal de Mossoró, se sirvão conceder a licença pedida.

E. R, Mercê,  
Cidade de Mossoró, 17 de agosto de 1873  
*Antonio Joaquim Rodrigues*  
Parocho Collado do Mossoró.<sup>45</sup>

No pedido acima, exposto na página do jornal *O Mossoroense*, o pároco não dizia onde o cemitério seria edificado, apenas falava que o mesmo seria construído com o dinheiro doado pelos fiéis. Ainda segundo o pedido, o pároco afirmava que a cidade carecia de uma obra como esta, um cemitério de pedra e cal. Diante disso fazemos a pergunta: Onde ficavam os mortos antes da construção do cemitério? Talvez ficassem na igreja, prática que só começou a ser modificada a partir do século XIX.<sup>46</sup>

É possível que a solicitação da obra estivesse relacionada com as ideias de higienização em vigor na época como a teoria dos miasmas. De acordo com esta teoria, os mortos exalavam odores que causavam doenças, portanto, deveriam ser enterrados longe do perímetro urbano. O que nos chama atenção aqui é o fato da solicitação presente no jornal

<sup>45</sup> *Jornal Mossoroense*, 31-08-1873, n.º. 46, p. 3, c. 3.

<sup>46</sup> Ver REIS, João José. *A morte é uma festa*. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 1991.



partir não dos poderes municipais, ou seja, da Câmara Municipal, mas do pároco. Este, talvez, tenha feito tal pedido por ver que sua igreja não comportava mais o enterro dos mortos em seu solo.

Desta forma, depois de guardar os mortos, fazia-se necessário guardar os vivos indesejados. Sendo assim, convinha afastar do convívio social os indivíduos que não se portavam dentro das normas de civilidade apregoadas pelo viver moderno, a exemplo da vacinação apregoada pelo Código de Postura Municipal: *“Art. 14º. – Serão obrigados a vacinar-se, quando convidadas pela respectiva autoridade, todas (sic) os menores e os adultos, que ainda o não tiverem sido; os que deixarem de o fazer, serão multados em dois mil RS. 2:000.”*<sup>47</sup>

Os descumpridores do Código de Posturas poderiam ser penalizados tanto com multas quanto com dias na prisão. Prender era limpar a sociedade das mazelas nela existentes. Para tanto, a Câmara Municipal no ano de 1876 autorizou a compra de terreno onde se edificaria a cadeia pública,

a compra de 70 (setenta) palmos quadrados de terreno no centro ou quadro desta Cidade para nele ser edificada ou construída a mencionada cadeia por preço e quantia de quinhentos mil réis 500\$000 que deverão ser pagos em quatro prestações, devendo ser tirado os preditos 70 palmos do terreno, em qualquer das terras do Snr. Tem. Cel. Arcanjo sito no quadro desta Cidade onde possa ficar na circunstância do sobredito edifício o campo e espaço necessários.<sup>48</sup>

Após a compra iniciou-se a construção do prédio que só veio a ser entregue em 1880. O referido prédio tinha a dupla função de abrigar a cadeia e a Câmara Municipal. Foi nesta que ocorreu a sessão do dia 30 de Setembro de 1883 libertando os escravos de Mossoró. A ideia de libertação, segundo a historiografia mossoroense, começou a ser gestada na maçonaria.

A Loja Maçônica 24 de Junho foi inaugurada em 1873. Os maçons assumiram dentro da cidade um papel significativo no sentido de que eles eram vistos como um dos grandes propagadores das ideias de libertação dos escravos, homens que trouxeram a liberdade para Mossoró e que escreveram o nome da cidade na história.

A história que para não ser esquecida era escrita pelo presidente da Câmara Municipal Romualdo Lopes Galvão nos nomes das ruas, becos, travessas e praças da cidade.

<sup>47</sup> **Códigos de Postura do Município de Mossoró: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940.** Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série “C”, Número 1192, julho de 2002. p. 42

<sup>48</sup> BRITO, Raimundo Soares (org.). **Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1873-1876).** Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CXCVIII, 1985. p.143.

Em oito de outubro de 1883, foi proposto pelo presidente da Câmara Municipal uma nova nomenclatura para a cidade trazendo as marcas do dia 30 de Setembro, dia da libertação dos escravos em Mossoró. Como exemplos de troca de nomes, podemos citar a mudança de Largo da Cadeia para Largo Municipal; Praça da Liberdade para Praça da Redenção.

Oito anos depois da libertação dos escravos, ocorreu a fundação do Club Dramático Familiar. Local onde a elite mossoroense encontrava-se para assistir peças teatrais bem como apresentar-se à sociedade uma vez que a cidade não tinha muitos locais de entretenimento. Cidade que se quer moderna precisava ter vida noturna. Um dos entraves a vida noturna da pequena Mossoró era a ausência de iluminação pública. Esta só veio a ser posta pela municipalidade no ano de 1896 no governo de Silvio Policiano de Miranda.

com sessenta e três lampiões de querosene, distribuídos em postes, pelas artérias da cidade. Com essa medida a vida noturna da cidade ganhou novas dimensões, e a cidade se apresentava mais alegre e o seu povo mais feliz. Um conceito de economia foi preservado: nas noites enluaradas os lampiões não eram acendidos. As ruas eram iluminadas pela luz natural da lua...<sup>49</sup>

Em 1906, de acordo com o relato de Câmara Cascudo<sup>50</sup>, a iluminação pública contava com sessenta lampiões. E ainda continuavam com a medida econômica de não acendê-los em noite de lua cheia. A cidade somente viria a ter luz elétrica no ano de 1916 quando da contratação dos serviços da Empresa Força, Luz e Melhoramentos.<sup>51</sup>

A vida social da cidade ganhou nova distração com a inauguração do Cine-Teatro Almeida Castro, em 1911. O cinematógrafo pertencia, segundo o Jornal O Mossoroense, aos senhores Freitas & Epaminondas e Tertuliano de Oliveira. Para escolherem o nome pediram a ajuda das senhoritas mossoroense:

N'um movimento interessante os proprietários desta empresa lembraram-se de pedir a *psyché* delicada das gentis senhoritas mossoroenses – um nome para o seu estabelecimento de diversões. Em toda parte aparecem os concursos e os plebiscitos.

Serão em tempo distribuídos *coupons* entre as moças desta Cidade, os quaes depois de recebidos serão devidamente apreciados por uma junta apuradora idonea.<sup>52</sup>

<sup>49</sup>BRITO, Raimundo Soares de. **Legislativo e Executivo de Mossoró, numa viagem mais do que centenária** (cronologia) 1853-1985. Coleção Mossoroense, vol. CCLXXXVII, 1985. p. 44

<sup>50</sup>CASCUDO. Op. Cit.

<sup>51</sup> Mais detalhes a respeito da aquisição da luz elétrica e de outros elementos modernizantes serão trabalhados por nós no capítulo seguinte.

<sup>52</sup> Jornal O Mossoroense, 20-11-1911. n.º. 268, p. 1. c. 5. (Grifos do autor)

Após o plebiscito, foi escolhido o nome Almeida Castro, este era um médico bastante renomado na cidade, inclusive assumiu cargos de poder, por exemplo o de Delegado da Higiene. Como podemos perceber o jornal O Mossoroense noticiava e anunciava as novidades acontecidas e/ou idealizadas em/para Mossoró. Ele será capaz de levar os ares de viver moderno aos que liam suas páginas bem como o receituário a ser adotado diante do terrível espectro do passado. Assim, o jornal tornava-se personagem importante no convencimento e persuasão dos desinformados incitando-os a adotarem uma postura em sintonia com o moderno. Isso garantir-lhes-ia uma nova vida.

### 1.3 – Jornal Mossoroense: Semanário, político, commercial, noticiozo e anti jesuítico

O Jornal Mossoroense<sup>53</sup>, segundo Cid Augusto<sup>54</sup>, nasceu para combater e fazer oposição ao partido conservador que liderava a política local bem como a Igreja Católica, estando os dois representados pela figura do Vigário Antônio Joaquim Rodrigues. O Jornal Mossoroense<sup>55</sup> tinha sua primeira edição no dia 17 de outubro de 1872. O jornalista e advogado Jeremias da Rocha Nogueira contava com a contribuição de José Damião de Souza Melo e Ricardo Vieira do Couto. Os interesses do jornal vinham escritos de modo bastante legível no cabeçalho: “*Semanário, político, commercial, noticiozo e anti jesuítico*”.

Com essa descrição Jeremias da Rocha Nogueira definia, acompanhado de seus colaboradores, o tom da sua escrita impressa e marcava sua oposição ao partido conservador e à igreja. Vejamos como o jornal descreve os dois:

São dois aliados perversos, que azafamando-se em repelir toda a iniciativa como um perigo, em manter toda instituição anacrônica, como um princípio sagrado e em proclamar a imobilidade nas forças humanas e conservando as gerações e o mundo em uma infância perpétua, devem ser considerados e proclamados ‘*urbi et orbi*’ como os maiores inimigos do progresso social e da perfectibilidade do gênero humano.<sup>56</sup>

<sup>53</sup>O Jornal foi fundado com o nome Mossoroense, só a partir da segunda fase é que veio a ser chamado de Jornal O Mossoroense.

<sup>54</sup> AUGUSTO, Cid. *Escóssia*. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série “C”, volume 989 – janeiro/98.

<sup>55</sup> O Jornal Mossoroense, em sua primeira fase: 1872-1876, teve seus exemplares compilados e editados pela Coleção Mossoroense, Série “E” (Periódicos), Volume 1 e 2 podendo ser encontrados na Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte, situada na Cidade de Mossoró – RN. Nesses dois volumes podemos encontrar os exemplares que vão do número 4, datado de 10 de novembro de 1872, ao número 103, correspondente ao dia 1 de fevereiro de 1875. A primeira fase também pode ser encontrada no museu municipal. Os jornais da segunda fase, isto é, de 1902 a 1934, podem ser encontrados no Museu Municipal Lauro Escóssia. Os mesmos estão devidamente separados e encadernados por anos, alguns exemplares estão bastante marcados pela ação do tempo, em alguns anos podemos encontrar a ausência de 4 meses de jornal.

<sup>56</sup> Jornal O Mossoroense 22 -02- 1873, no. 19, *apud* Cid Augusto. *Escóssia*. (Grifos do autor)

Enquanto inimigos do progresso e das iniciativas inovadoras, a Igreja e o Partido Conservador deveriam ser combatidos de modo veemente, pois atravancavam o andar da cidade rumo ao progresso. O autor do jornal falava que a Igreja Católica e o Partido Conservador impediam o progresso, mas não deixava claro de que modo ocorria tal impedimento. Apesar dele não falar, podemos tecer algumas possíveis justificativas que faziam os dois serem nomeados como obstáculos ao progresso e às novidades. Para tanto, vamos partir do ano de produção da matéria de onde extraímos a citação. Ela foi editada no ano de 1873, segunda metade do século XIX, nesse período a Igreja Católica ainda era a religião oficial do país, deixando de ser oficial com a Primeira Constituição da República Brasileira, no ano de 1891,

Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas. Deixou assim de existir uma religião oficial no Brasil. Importantes funções, até então monopolizadas pela Igreja Católica, foram atribuídas ao Estado. A República só reconheceria o casamento civil, e os cemitérios passaram às mãos da administração municipal.<sup>57</sup>

Sendo assim, a Igreja, antes da Constituição de 1891, ainda estava unida ao Estado e mandava em questões não apenas relacionadas à fé, mas também de ordem administrativa, pois os registros de nascimentos não eram feitos em cartórios, mas nas paróquias. Além disso, a Igreja na figura do pároco local controlava algumas práticas realizadas pelas pessoas, regulando o viver na Colônia e no Império. Ditava práticas tidas como certas e repudiava as tidas como erradas ou as que possivelmente viessem colocar em xeque o costume vigente.

Além de fazer campanha anti-jesuítica, o jornal, como mostra seu cabeçalho, tinha um lado noticioso e comercial. Era através do jornal que os cidadãos mossoroenses mantinham-se informados a respeito dos acontecimentos transcorridos na cidade e no mundo, a exemplo da atuação do Recreio Dramático.

Estreia – No domingo 7 do corrente [setembro] a sociedade particular – RECREIO DRAMATICO – deu a sua primeira representação; balda de todos os recursos [ilegível] impossível que o seu programma fosse melhor executado: foi alem do que todos esperavão. Agradou geralmente aos espectadores.

Continue esta sociedade na proveitosa tarefa a que se impoz, que o Mossoró terá não só o mais agradável dos deleites, como mais um incentivo para sua sivilização.<sup>58</sup>

<sup>57</sup>FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 251.

<sup>58</sup>Jornal Mossoroense. 13 -09- 1873, nº. 48, p. 1. c. 3.

A atuação do Recreio Dramático era nomeada pelo jornal como estando contribuindo para o desenvolvimento cultural da cidade. A cada nova estréia, o Mossoroense divulgava o nome da peça acompanhado de um pequeno comentário dizendo sobre o que se tratava a mesma e a data de apresentação.

O lado comercial pode ser percebido no jornal com base nos anúncios de abertura de lojas, chegada de comerciantes à cidade, divulgação de produtos e serviços.

Photographia  
Rua de Victor Hugo

N. Olsen de passagem para as províncias do Norte, a pedido de muitos Snrs. Cavalheiros aqui residentes e que ja conhecem a perfeição [ilegível] tempo nesta [ilegível] acaba de abrir sua galeria e gabinete – fotografico, que de hoje em deante fica franquiado ao respeitável público.

As pessoas pois que se quizerem bem retratar, deverão honrar seu estabelecimento, na rua acima indicada, das 9 horas da manhã as 4 da tarde. – Preços, 12 retratos em cartão 10\$ - 6 por 6\$. 3 por 4\$. Em ponto grande – de 6 a 20\$.<sup>59</sup>

Como podemos ver, através de suas matérias, o Mossoroense procurava manter a população informada sobre os acontecimentos da cidade, da Província do Rio Grande do Norte e das vizinhas, do Brasil e do Mundo. É um espaço onde o leitor de sua época, e o pesquisador de hoje, pode ler a respeito do cotidiano e dos fatos históricos que hoje transformamos em interesse de pesquisa:

O cotidiano revela como as pessoas na cidade vêem o mundo e se organizam para viver. O cotidiano que vai sofrendo as alterações significativas com a expansão trazida pelas reformas modernizadoras. A imprensa é um dos vastos territórios onde essas revelações são conhecidas, onde os preconceitos se mostram ou se disfarçam, onde a permanência das tradições ou alvoroço das novidades ganham os seus adeptos.<sup>60</sup>

Sendo assim, o jornal é um dos muitos lugares para o rastreamento das visões de modernidade e discussões que incendiavam a cidade de Mossoró e seus moradores. Além disso, ele pode ser lido como um elemento da mesma, isto é, um símbolo do ingresso na modernidade, marco de uma nova era.

Uma nova hera desponta para a comarca de Mossoró, que enche de afã o coração de seus habitantes, d'aquelles em cujo peito arde o fogo santo da liberdade, adesão pelas instituições livres, e o ardente anhelos pelo progresso e civilização, poderosos incentivos capazes de collocar homem no stado de discernir o bem do mal,

<sup>59</sup>Jornal Mossoroense, 19 -04- 1873, nº. 27, p. 4, c. 3.

<sup>60</sup> REZENDE. Op. cit. p. 64.

elevando-o ao maior grau moral. A cidade de Mossoró, ainda hontem acachado e insignificante povoado, composto de pequenos albergues, que servião de habitação a rústicos camponêzes; sem commercio, sem industria e sem arte, hoje eleva-se florescente pela ele elegansia dos seus edificios, pela ferverencia de seu commercio, pela **animação de sua industria e finalmente pelo fértil e ameno solo apto** para toda especie de cultura, pelos espaçosos e dilatados campos para a criação de irracionaes de todo gênero.<sup>61</sup>

Como podemos perceber na citação acima, o jornal era visto por “O Apodiense”, escritor da matéria, como sendo um acontecimento marcante na história da cidade, a ponto de ser tido como demarcador de uma nova era na urbe. A partir disso, levantamos a seguinte indagação e propomos para a mesma uma possível resposta. O que faz do jornal um divisor de águas e instaurador de uma nova era? Esse material impresso era onde a elite letrada vinculada ao jornal O Mossoroense falava dos projetos idealizados para a cidade de Mossoró. Projeto percebido nas denúncias de jogos, de tiros nas ruas, de prostituição, de salgadeiras em espaço urbano. Ao fazer essas denúncias, o jornal colocava-se como defensor de uma cidade limpa fisicamente e socialmente, livre dos habitantes indesejados que estavam quase sempre burlando a ordem vista como estruturadora da vida moderna.

Ao escrever sobre a cidade, o jornal criava uma identidade para a mesma, definindo-a e estabelecendo um convite para que os outros a vissem, a visitassem, a conhecessem e a reconhecessem. Sendo assim, o jornal era uma forma de divulgar a cidade, de delimitá-la e delinear a para os seus, principalmente, para os que compartilhavam das mesmas ideias de uso e consumo do espaço; e para os outros, fossem eles forasteiros advindos de outras plagas, fossem os outros internos, isto é, habitantes da cidade considerados como destoantes da norma.

O jornal também era um modo de divulgação do que havia fora de Mossoró, ao fazer isso, acabava por estabelecer uma espécie de parâmetro para mostrar o quanto a cidade estava em sintonia com o mundo moderno ou o quanto estava distante dele. Neste caso, criava-se uma forma de cobrar da municipalidade as necessárias mudanças para colocar a cidade à frente e/ou equiparada às outras cidades tidas como modernas.

Para “O Apodiense”, o jornal vinha complementar um período de grande crescimento da cidade, que *“ainda hontem acachado e insignificante povoado, composto de pequenos albergues, que servião de habitação a rústicos camponêzes”*. Crescimento perceptível no comércio de Mossoró uma vez que a cidade, após o assoreamento do porto de Aracati, na segunda metade do século XIX, do estabelecimento de grandes firmas comerciais tornou-se Empório Comercial abrangendo uma vasta região: médio e baixo Jaguaribe, no

<sup>61</sup> Jornal O Mossoroense, 16-11-1872, nº. 5, p. 3, c. 1. (Grifo do autor)

Ceará, região dos rios do Peixe e Piancó, na Paraíba, e toda região oeste do Rio Grande do Norte.

Para o escritor da coluna, o crescimento material da cidade devia ser acompanhado do desenvolvimento cultural e intelectual da mesma, sendo estes expressos e demonstrados pela fundação em 1872 do Jornal Mossoroense. Espaço que seria usado para

manifestar por meio dessa grande arte os mais importantes acontecimentos de toda a comarca, especialmente de sua localidade, em relação não só os negócios públicos, como particulares que interessar possam a cada indivíduo, no louvável intuito de instruir, moralizar e a perfeição o espírito humano, assim como de facilitar caminho o por onde cada um se possa guiar para a consecução de seus interesses.<sup>62</sup>

Aqui o autor permite-nos entender o que ele, enquanto membro de uma elite letrada, pensava como sendo o papel do jornal. Para ele, o jornal não apenas falava de negócios fossem eles particulares ou públicos, mas também devia “*instruir, moralizar e a perfeição o espírito humano*”. O jornal traria um modelo de socialização a ser transportando para os mossoroenses.

É enquanto veículo de instrução e moralização que o jornal era usado pela municipalidade para expor normas, avisos, editais, e assim, normatizar os usos dos espaços urbanos, postura bem presente na segunda fase do jornal. A instrução também podia ser lida nas matérias a respeito de educação feminina, incentivo à prática esportiva, cuidados com a saúde<sup>63</sup>, repreensão das práticas vistas como errôneas e defesa da moralidade.

A moralidade do e nos espaços públicos era defendida pelo jornal. Isso pode ser percebido nas notas existentes na coluna de noticiários, na qual havia denuncia de práticas que destoavam dos ideários de progresso e civilização, como o jogo de cartas, a prostituição em locais de muita visibilidade, a falta de higiene em determinadas partes da cidade, o pouco policiamento.

Ao tratarmos do jornal não podemos deixar de falar de quem o escrevia, de quem o organizava uma vez que escrevemos e falamos a partir de um lugar seja ele social, institucional, econômico.<sup>64</sup> Sendo assim, não podemos deixar de levar em consideração que o jornal investigado por nós era escrito por uma pequena minoria, os letrados da cidade, que no caso de O Mossoroense era representada por Jeremias da Rocha Nogueira, advogado e dono do jornal.

---

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Essas questões serão exploradas no capítulo 3.

<sup>64</sup> CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 65-119.

Pessoas que procuravam de algum modo manterem-se atualizadas com as novidades de sua época através de viagens, leitura de jornais advindos de outras localidades. E arvoravam para si a “missão” de orientar a população rumo a um novo horizonte.

As elites encarregavam-se, portanto, de determinar qual o significado e a utilidade da modernização. Comportam-se com (sic) vanguardas iluminadas, diante das trevas que, para elas, tomam conta da maioria da população. Sentem-se no direito de ousar ou de dar aquilo que era moderno como salvação para os tantos problemas que cercavam a sociedade brasileira.<sup>65</sup>

Portanto, a orientação para a solução dos problemas lia-se através do jornal O Mossoroense<sup>66</sup>. Ele descrevia o que era moderno, inclusive como a cidade e seus habitantes deveriam ser modernos. Aqui é interessante pensarmos sobre o título do periódico local uma vez que as palavras possuem significados e estão inseridas em relações de poder. Partindo disso, reflitamos sobre o título, pois o nome do jornal, segundo Mouillaud,

empresta seu olho ao leitor para ver o mundo. O olho do leitor enxerga em seu lugar como um olho mágico, um buraco cujo lugar qualquer olho pode ocupar. O nome-de-jornal é, deve ser, o olho de todo e qualquer um. O olho do leitor, a partir desse nome, difrata-se sobre o mundo que se torna sua própria visão.<sup>67</sup>

O jornal emprestava seu olho ao leitor tomando deste seu nome mossoroense. A palavra mossoroense é o nome dado às pessoas nascidas na cidade de Mossoró. Nomear o jornal de Mossoroense era uma forma de dizer que o mesmo era um cidadão da urbe, por isso, autorizado a falar sobre e por ela mesma. Inclusive, autorizado a discutir e articular os projetos para o futuro de Mossoró.

Podemos perceber a delineação desses projetos já na forma como o jornal denominava a si mesmo durante a sua primeira fase (1872-1876): “*Semanário, político, comercial, noticioso e anti jesuítico*”. Assim de modo breve, o dono do jornal, Jeremias da Rocha Nogueira juntamente com seus colaboradores José Damião de Sousa Melo e Ricardo Vieira do Couto, diziam quais são os objetivos do periódico.

Alguns anos depois, Raimundo Nonato<sup>68</sup>, pesquisador e escritor de alguns livros sobre a história de Mossoró, ao lançar seu olhar sobre o passado nomeia Jeremias da Rocha Nogueira como *O Marat das Ruas de Mossoró*. Ao nomeá-lo assim, Nonato enfatizava o caráter revolucionário do fundador do jornal Mossoroense, colocando-o em pé de igualdade

<sup>65</sup> REZENDE op. cit. p. 56

<sup>66</sup> Enfatizamos O Mossoroense por se tratar do jornal usado por nós como fonte de pesquisa.

<sup>67</sup> MOUILLAUD, PORTO, Op. Cit. p.97

<sup>68</sup> NONATO, 1983, Op. cit.



com outros personagens revolucionários da historiografia, mais precisamente com os personagens vinculados à Revolução Francesa, revolução que tinha como lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. E teve em Marat um dos seus divulgadores através da fundação do jornal *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo) onde defendia as causas populares.

O periódico de Jeremias da Rocha Nogueira – O Mossoroense – era um jornal para ser lido. Órgão combativo, corajoso e agressivo, antijesuítico e carbonário.

Sua voz que comandava as reações se levantava no meio do povo e do plenário das altas classes da Vila, de costumes morigerados. Ali, encontrava partidários no meio de uma gente que nunca tivera ideia, que jamais imaginara ler um jornal feito na terra, correndo de casa em casa, passando de mão em mão. Era veículo noticioso transformado em agente das comunicações e de defesa dos direitos humanos.<sup>69</sup>

Ao lermos o jornal, podemos perceber que o mesmo buscava cumprir sua meta assumindo uma postura política de cunho liberal e de constante afronta à Igreja, pois esta era vista como entravando o progresso. Além disso, tinha um caráter de defesa da moral e dos bons costumes. Isso fica evidente na nota exigindo uma ação da Câmara para conter os excessos das “*Magdalenas infelizes*”.

Prostituição insuportável – Pede-se a mais seria atenção da Polícia para a escandalosa desenvoltura que as *Filhas de Jeruzalem* moradoras na rua da Independência e na de Victor-Hugo ao dobrar para a Travessa de Garibaldi desta cidade, vão pondo em prática com os mais insólito cynismo e desrepeito.

Aquellas revoltando a vizinhança por suas obscenidades e soltos palavrões tem por mais de uma vez perturbado o sossego e tranquilidade pública com seus deboches e orgias nocturnas. – Estas offendendo por seus actos de constante e diária devassidão a moral e os bons costumes, tem inhibido até as famílias honestas d’aquella rua de chegarem às janelas. Já que essas *Magdalenas infelizes* não sabem esconder a torpeza de seus actos nas dobras do manto que envolve as misérias do seu estado, faz-se mister que a polícia intervenha com energia, a fim de fazer cessar incontinentemente semelhantes escândalos, que em nada edificação a sociedade. Assim esperamos.<sup>70</sup>

O escritor, como podemos ver, não propunha melhorias para as *Magdalenas*, ao invés disso, exigia que as mesmas fossem contidas em algum lugar onde pudessem esconder as suas mazelas em seu manto ao invés de incomodarem as famílias que moravam perto. Aqui nos perguntamos se o problema era a prostituição ou a falta de pudor das prostitutas. Retirá-las do lugar também seria uma forma de limpar o espaço dos habitantes indesejados, isto é, fazer uma higienização social. Ao sugerir a mudança das *Magdalenas*, o jornal deixava claro

<sup>69</sup>Idem. p. 74

<sup>70</sup>Jornal Mossoroense, 3-05-1873, nº. 29, p. 2, c.1.

quais tipos de habitantes desejava para a cidade e que projetos têm para a mesma. A cidade idealizada não possuía máculas nem tampouco habitantes que tivessem comportamentos que poderiam ser tidos como desviantes<sup>71</sup>.

Além disso, o jornal procurava exalar através de suas páginas o cheiro do novo. Na cidade semi-árida, distante da capital, o periódico local tornava a pacata cidade mais perto do mundo, por ser capaz de tornar-se um catálogo de novidades a atualizar seus habitantes por meio das propagandas.

#### 1.4 – Propagandas da modernidade

A segunda fase do jornal O Mossoroense inicia-se, no ano de 1902, com João da Escóssia<sup>72</sup>, filho de Jeremias da Rocha Nogueira, como redator chefe e xilógrafo, tendo a contribuição dos redatores coronel Antônio Gomes de Arruda Barreto e Alfredo de Souza Melo. Uma das novidades do jornal era a presença de ilustrações, além disso, seus interesses mudaram. Seu intuito, como estava explícito no cabeçalho, agora era *“prestar ‘serviços às letras, às artes, às ciências, às indústrias e ao desenvolvimento de todos os ramos da atividade humana’”*<sup>73</sup>.

Como podemos perceber seu enfoque, quando comparado ao assumido na primeira fase, não era mais político, suas preocupações colocavam-se mais no sentido de educar. Quando apareciam matérias falando de algum político, como exemplo as redigidas após a morte de Almeida Castro, faziam uso do mesmo como modelo de integridade, honestidade. Apesar do jornal considerar-se a-político é interessante destacar que dois de seus colaboradores e diretores gerais, Almeida Castro e Raul Fernandes, assumiram cargos políticos como deputados federais.

Durante a segunda fase, o jornal teve alterações no seu número de publicações. Começou sendo quinzenal, depois de 1905 passou a ser editados três vezes ao mês. Mais a frente tornou-se semanal e por fim, bissemanal, saindo as quartas e aos domingos.

João Escóssia dirigiu o jornal até sua morte em 1917. Depois, a direção foi assumida pelo médico e colaborador do Mossoroense, Almeida Castro. Este ficou no período que vai de 1917 a 1921, quando saiu para assumir o mandato de deputado federal. Após sua saída, o

<sup>71</sup> Discutiremos mais a respeito do habitante idealizado pelo O Mossoroense no capítulo 3.

<sup>72</sup> Segundo Cid Augusto, o nome Escóssia foi criado por Jeremias da Rocha Nogueira quando do batizado do seu filho. O vigário Antônio Joaquim recusou-se a batizar a criança por este ser filho de maçon. Diante da negativa do pároco local, Jeremias leva seu filho para Loja Maçônica 24 de Junho e lá batiza seu filho com o nome do patrono do Rito Escosês Antigo e Aceito – São João da Escóssia. Ver Cid Augusto. Escóssia.

<sup>73</sup> AUGUSTO, op. cit, p. 68.

também médico e colaborador do jornal, Rafael Fernandes Gurjão liderou O Mossoroense até o ano de 1930, quando, assim como Almeida Castro, deixou a chefia para assumir mandato de deputado federal. Fechando a segunda fase do jornal, dirigiu-o Augusto da Escóssia, filho de João Escóssia, de 1930 até 1934.

Na segunda fase, o jornal inovava ao fazer uso de ilustrações, a princípio xilogravuras feitas pelo próprio João Escóssia, depois fotografias. Isso acontecia porque a fotografia no século XX estava mais difundida. O uso de imagens difunde a propaganda e modifica a própria estrutura do jornal. Das quatro páginas existentes no jornal, duas eram preenchidas com propagandas. Segundo Renato Ortiz<sup>74</sup>, os anúncios, as propagandas eram parte significativas do orçamento de muitos jornais franceses, pois só o dinheiro das assinaturas não conseguia cobrir as despesas da manutenção do jornal.

É provável que este também fosse o caso do jornal O Mossoroense. As propagandas além de ajudarem na manutenção do jornal, auxiliam-nos a entender o que era vendido e consumido. Propagandas de remédios prometendo curas e, principalmente, fortalecimento do vigor físico eram constantemente publicadas no jornal.<sup>75</sup> Com as ilustrações, as propagandas ficavam mais atrativas aos olhos do leitor e ganhavam outros mecanismos de persuasão para converter o leitor em um consumidor em potencial.

As propagandas eram diversas, podemos ler anúncios sobre lojas de roupas e aviamentos, alfaiataria, farmácia, consultórios médicos e de dentistas, padaria, tintura para cabelos, sabonetes, porém, a predominância era de remédios. Esses eram os mais divulgados no jornal. Remédios para resolver os “incômodos” femininos, para curar tosse e catarro, sífilis, dores de cabeça, anemia. Através dessas páginas podemos ver que o homem moderno era educado a preocupar-se com a saúde e com o bem-estar físico de seu corpo para que o mesmo mantenha-se forte e ágil como um motor de automóvel.<sup>76</sup>

A partir da década de 1920, os anúncios de automóveis tornavam-se freqüentes e eram associados a um estilo de vida em particular, isto é, ao estilo de vida prático, rápido e econômico. Vejamos essa propaganda de 1927:

---

<sup>74</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

<sup>75</sup> Essas questões são melhor exploradas no capítulo 3 da dissertação.

<sup>76</sup> As propagandas não incitavam somente o consumo de remédios, também incitavam o consumo de elementos do viver moderno como a luz elétrica, o automóvel.

Os burros e os cavalos  
"comem" dinheiro..

Possui V. S. alguma carroça?  
- Pretende comprar uma?  
- Não faça isso! Os animais mesmo parados "comem" o seu rico dinheiro. É melhor vê as vantagens que o caminhão CHEVROLET lhe oferece.  
- Enquanto 1 carroça faz um carroto, 1 CHEVROLET faz 8, folgadoamente, sem aumentar a despesa.  
CHEVROLET não necessita de peças!



CHEVROLET  
PRODUCTO  
D  
A  
GENERAL  
MOTORS

PREÇOS POSTO VAGÃO EM SÃO PAULO:  
**5:850\$000**

Consulte aos Agentes Autorizados  
desta Cidade.

**A. Santos & Cia.**  
Agencia "CHEVROLET"  
Rua Cel. Gurgel

Imagem 3 – Propaganda da Chevrolet

Fonte: Jornal O Mossoroense, ano de 1927.

Os burros e os cavalos "comem" dinheiro...

- Possui V. S. alguma carroça?
- Pretende comprar uma?
- Não faça isso! Os animais mesmo parados, "comem" o seu rico dinheiro. É melhor vê as vantagens que o caminhão CHEVROLET lhe oferece.
- Enquanto 1 carroça faz um carroto, 1 CHEVROLET faz 8, folgadoamente, sem aumentar a despesa.

CHEVROLET não necessita de peças!<sup>77</sup>

<sup>77</sup> Jornal o Mossoroense, 1927.

A propaganda permittem-nos pensar as mudanças na concepção de meios de transporte. Os animais, por mais que fossem fortes e rápidos, não permitiam a seus donos alcançarem a mesma velocidade que os veículos motorizados. Assim, faziam com que perdessem dinheiro, pois não eram capazes de se inserirem no ritmo veloz do mercado. Quando a propaganda diz que os animais comem dinheiro é possível que esteja referindo-se não apenas a alimentação e cuidados para com o animal uma vez que o carro também requer manutenção. Refere-se, provavelmente, também ao fato dos animais não poderem competir com a velocidade dos automóveis e assim o comerciante que depende deles para transporte de mercadorias, deixaria de obter mais lucros.

A propaganda da Chevrolet abre espaço para pensarmos a respeito das mudanças no cenário urbano. Os animais que antes lideravam o cenário urbano dando contornos campestres cedem lugar e ao mesmo tempo convivem com os automóveis, ícones da modernidade. Os novos meios de transporte permitiam outra percepção de tempo e espaço. O ritmo do andar a cavalo ou a transportes puxados por animais era um ritmo que permitia ao usuário acompanhar a mudança da paisagem e observá-la com certa calma. Ao contrário do que acontecia com quem fazia uso dos automóveis, mesmo os primeiros veículos não tendo a velocidade de hoje, tinham uma velocidade significativa quando comparada ao andar dos animais e dos transportes movidos por tração animal como o carro de boi, as carroças e charretes.<sup>78</sup>

Esse novo ritmo exigia das pessoas uma adaptação. Os pedestres passavam a dividir o espaço da rua com os carros velozes, para não serem colhidos por um auto precisavam ter andar atento e ágil ao caminharem nas ruas.<sup>79</sup> Mesmo tendo essa atenção, o jornal ainda noticiava acidentes. A existência destes fazia com que o automóvel fosse visto como uma praga na cidade.

#### Uma nova praga

Em rigor não precisamos dizer qual seja essa nova calamidade que, actualmente, todos os momentos ameaça a vida da calma população de Mossoró, porque os nossos inteligentes leitores já compreenderam que, nesta cidade, pior que a crise, pior do que o sol, pior do que a água, só... o automovel!...

Pois, sim, Senhores. É o automovel mesmo. Esse mal cheiroso e barulhento producto da civilização, entrando sorrateiramente em Mossoró, aqui se multiplicou em numero, cresceu em velocidade, tornou-se senhor das nossas ruas e praças e por ahi anda a correr desenfreadamente, sem o contra-vapor de uma regulamentação para refrear-lhe os impetus furiosos, quasi inconscientes. Resulta desse estado de

---

<sup>78</sup> ORTIZ, Op. Cit.

<sup>79</sup> SEVCENKO. Op. cit.

coisas os constantes sustos dos que precisam andar a pé pelas ruas, sujeitos como estão a ser, á distracção, feitos literalmente em postas pelo mostro veloz e, mais ainda, a anciedade verdadeiramente intoleravel em que, em certas ruas, vivem as pobres mães de familia, que não podem, um minuto sequer, perder de vista os seus pequenos, na previsão, a qualquer momento, de um desastre de consequencias fataes.<sup>80</sup>

Os transtornos causados pelo automóvel eram vistos como piores do que os problemas que a cidade enfrentava com a escassez de água potável e com o sol causticante. “O Cavallo de Ferro” era visto como algo malcheiroso que roubava a tranqüilidade das pessoas colocando-as em estado de constante alerta ao saírem às ruas e até mesmo quando estavam em casa, já que as mães não ficavam sossegadas quando seus filhos ficavam brincando nas ruas, pois temiam que os mesmos pudessem ser atropelados por um carro em alta velocidade.

A velocidade sedutora veiculada na propaganda da Chevrolet como dando lucro e suplantando o ritmo dos animais, também possuía seu lado de repulsa que provocava medo e apreensão nas pessoas, a exemplo do medo sentido pelas mães quando seus filhos pequenos saíam às ruas desenhadas nos croquis. Essa polifonia de sentimentos ligada à vida moderna não era restrita à velocidade, estavam presentes em outras sensações nos habitantes de Mossoró. Ao sentirem-se envolvidos pelos mistérios da fada eletricidade, pelas imagens do cinema, pela velocidade e roncões de motor dos automóveis ao mesmo tempo em que reclamavam de algumas mudanças que viviam. Será justamente essa aceitação e repulsa dos elementos da modernização que investigaremos no capítulo seguinte.

---

<sup>80</sup>Jornal o Mossoroense 12-03-1920, nº. 577, p. 1, c. 3.

## CAPÍTULO 2 – O Mossoroense: o noticiador da modernidade

### 2.1 – Modernidade, modernização, modernismo

Nas páginas do Jornal O Mossoroense podemos ver e ler o entusiasmo com que os organizadores, redatores e colaboradores anunciavam a conquista de alguns elementos da modernidade, mesmo que esses não fossem instalados de modo imediato e a população viesse a usufruir dos seus benefícios somente meses depois, a exemplo da luz que trataremos a frente. Antes de passarmos para analisar como o jornal nomeava e descrevia os elementos da modernidade que gradativamente iam chegando a Mossoró é preciso fazer uma discussão a respeito de modernidade para melhor situá-la e defini-la na cidade, assim entendemos como acontecia, para quem acontecia e como tornou-se bandeira erigida pelo O Mossoroense.

Conceituar a Modernidade, segundo Sandra Pesavento<sup>1</sup>, é uma tarefa difícil, pois não existe um consenso entre os muitos autores que estudam e discutem a mesma. Apesar da dificuldade de definição, não podemos confundir conceitualmente modernidade com modernização e modernismo. Modernidade, como entende Zygmunt Bauman, é um período histórico iniciado no século XVII na Europa Ocidental que atinge seu auge como “*forma de vida socialmente consumada*” quando do desenvolvimento da sociedade industrial no século XIX.<sup>2</sup> Podemos perceber que nesse período os avanços científicos e tecnológicos proporcionaram alterações na forma de vida das pessoas impondo às mesmas um ritmo não mais vinculado ao da natureza ou dos ritos sagrados. O tempo dessacralizava-se, assumindo uma postura associada ao ritmo de produção e consumo do mercado que crescia tomando corpo cada vez maior no século XIX, período de consolidação do capitalismo.

A modernização refere-se às transformações tecnológicas, arquitetônicas e sociais do espaço ocorridas nesse período. Ela pode ser percebida nas diversas reformas urbanas feitas, por exemplo, em Paris pelo prefeito Haussmann em 1850 na qual demoliu prédios, destruiu ruas, criou os boulevards, afastou os pobres do centro da cidade. Outro exemplo é a construção de São Petersburgo, na Rússia, iniciada no ano de 1703, durante o governo de Pedro I. Este, segundo Marshall Berman<sup>3</sup>, visava construir um novo princípio para a história da Rússia, uma das formas de fazer isso era criar algo novo. Petersburgo foi planejada por arquitetos e engenheiros trazidos da Inglaterra, França, Holanda e Itália. De acordo com

---

<sup>1</sup>PESAVENTO. 1997. Ver. p. 41

<sup>2</sup>VER BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 299-300

<sup>3</sup>BERMAN. Op. cit.

Berman, “*A construção de São Petersburgo é provavelmente o exemplo mais dramático, na história mundial, de modernização draconiana concebida e imposta.*”<sup>4</sup>

Os planejamentos e reformas urbanas não eram os únicos modelos de modernização. Essa também pode ser exemplificada e vivida nas exposições universais ocorridas no século XIX que reuniam as mais avançadas descobertas tecnológicas bem como animais e objetos exóticos trazidos de países da América Latina, como o Brasil. As exposições, segundo Pesavento, funcionavam como uma janela para o mundo, um “*catálogo do conhecimento humano acumulado.*”<sup>5</sup>

Ao passear entre os objetos exibidos durante a exposição, o visitante era colocado diante de uma grande quantidade de informações fascinantes que davam a sensação de estarem vivendo um momento único da história da humanidade devido à grande quantidade de transformações em curto espaço temporal. Para Georg Simmel, a exposição a estímulos constantes fazia com que o metropolitano perdesse a capacidade de reagir aos mesmos e acabava por tomar uma atitude *blasé*. “*Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles (sic) finalmente cessam completamente de reagir.*”<sup>6</sup>

Por sua vez, o modernismo está ligado à estética, à arte, à literatura. Através dessas expressões os artistas tentavam dar sentido às inquietações vivenciadas em um mundo que parecia estar em constante mudança, onde o novo rapidamente tornava-se velho, antiquado. Podemos perceber isso na forma como a literatura descrevia o homem moderno. Indivíduo angustiado e ao mesmo tempo fascinado com as novidades e perspectivas oferecidas pelo viver moderno. Ele era representado através do personagem do anti-herói, indivíduo que vive angustiando com seus problemas, fragilidades, apresentando sentimentos contraditórios como a piedade e o egoísmo.

Há, portanto, uma diferenciação conceitual entre modernidade, modernismo e modernização, pois, segundo Berman, a modernidade é bifurcada em material, como a industrialização, e espiritual, como o ritmo de vida, artes. Porém isso não impede que o lado material e espiritual estejam imbricados. O desenvolvimento material possibilitava condições para modificar o espiritual, pois a aquisição de um elemento como o automóvel contribuía para as pessoas alterarem suas percepções de tempo e espaço. Sendo assim, a modernização permitia experienciar o novo sentido por meio do ritmo veloz, das multidões que tráfegavam

---

<sup>4</sup> Idem. p. 171

<sup>5</sup> PESAVENTO, 1997. p. 45.

<sup>6</sup> SIMMEL. Op. cit. p. 18 (grifos do autor)



pelas avenidas das metrópoles européias, da presença do *flanêur* e das pessoas *blasé* a admirarem as galerias onde os produtos estavam expostos a venda. Produtos que deixavam de ter somente seu valor funcional<sup>7</sup>, para terem também um valor de status, de demarcação de classe, de poder econômico e social.

Deste modo, a modernização era uma das facetas da modernidade, faceta noticiada com entusiasmo pelo Jornal O Mossoroense. Deixamos claro ao leitor, desde já, que a modernidade na cidade em questão não ocorreu pelo ritmo frenético de pessoas transitando pelas ruas, avenidas e galerias, nem tampouco pela reestruturação urbana do modo como ocorreu em Paris, São Petersburgo, Rio de Janeiro. Ela foi sentida através da aquisição de elementos do viver moderno e pelas diversas tentativas de racionalizar o espaço urbano.

Percebemos as tentativas de racionalização quando lemos nas páginas de O Mossoroense as reclamações e/ou orientações educativas feitas pelos redatores e colaboradores do jornal; os editais e leis criados pela Edilidade versando sobre o bom uso do espaço citadino, conduta pública, higiene urbana. A organização do espaço era proveniente da racionalização, sendo esta uma característica marcante da modernidade, herdada do desejo iluminista de tudo enquadrar, de tudo ordenar, e de tudo racionalizar. Não é de admirar que a modernidade tenha criado o estado burocrático com seus muitos funcionários executores de funções específicas. A burocracia, para Max Weber, era uma forma de

organizar a dominação racional-legal por meio de uma incomparável superioridade técnica que garanta precisão, velocidade, clareza, unidade. Especialização de funções, redução do atrito, dos custos de material e pessoal etc. Ela deve também eliminar dos negócios 'o amor, o ódio e todos os elementos sensíveis puramente pessoais, todos os elementos irracionais que fogem ao cálculo'.<sup>8</sup>

A racionalização e a burocratização podem ser evidenciadas nas leis e editais publicados nas páginas de O Mossoroense, nos Códigos de Posturas Municipais<sup>9</sup>, nas reclamações a respeito da pouca fiscalização no perímetro urbano. Isso era uma tentativa de homogeneizar e evitar que as múltiplas cidades presentes no mesmo espaço delimitado territorialmente como sendo pertencente ao município tomassem corpo e forma. Cidades que se complementavam, enfrentavam-se, chocavam-se representando a luta da cidade Nova

<sup>7</sup> Aqui ocorre o que Walter Benjamin nomeia como sendo fetichização da mercadoria. Ver BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

<sup>8</sup> BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 139

<sup>9</sup> **Códigos de Postura do Município de Mossoró: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940**. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série "C", Número 1192, julho de 2002.

versus a Velha. Isto é, a desejada, limpa, organizada; e a rejeitada, suja, desordenada. Podemos perceber esse drama ao ler e analisar o jornal O Mossoroense. A urbe rejeitada é percebida quando vemos queixas de porcos e outros animais nas ruas, leite misturado com água, alteração dos costumes, denúncia de sujeira, de falta de pudor no banheiro público Poço das Pedras. Além de denunciá-la, o jornal também descrevia e anunciava a que se queria criar. Fazia isso ao descrever o futuro promissor de Mossoró rumando ao progresso bem como ao noticiar com fervor as aquisições de elementos da modernidade como a luz elétrica.

## 2.2 – Acendem-se as luzes

### MOSSORÓ EVOLUE!

Que temos na ordem do dia?

Muita cousa boa.

Ora vejamos. O contracto que a intendencia acaba de effetuar com uma sociedade anonyma para termos em Novembro luz electrica.

É, na realidade, um grande passo para o progresso de nossa terrinha.

São representantes de firmas commerciaes de grande vulto, acreditadas nas praças do Rio, S. Paulo, para não falar nas demais do paiz, que assumem esta attitude sympathica e beneficente ao municipio onde encontraram margem para fortuna que adquiriram a custa do labor tenaz e intelligentemente praticado. Assim seja e não lhes regatearemos louvores à mancheias.

Venha, pois, o Mossoró novo com os seus arados para a agricultura, com sua utilíssima estrada de ferro para facilitar o transporte de mercadorias e tornar a nossa cidade mais ao contacto dos visitantes, abrindo, assim, as nossas portas aos ventos do cosmopolitismo, etc. Venham as escolas, quer por parte do poder municipal com os grupos, escolas isoladas, quer por iniciativa particular com externatos para creanças pobres, cresça e reponte espirito do cooperativismo, para incrementar á industria, á agricultura e tudo mais.

Appareçam logo o telephone, a via terra-carril, tudo isto para o conforto de uma cidade que agita (ilegível) para um grande vôo.

(ilegível)

Saudemos, pois, ao Mossoró que evolue. Entretanto, existe um problema capital: - a agua. Precisamos corrigir a natureza. Não é um impossível humano. Á engenharia não faltará meios de canalisa-la donde houver. O embellezamento da cidade não se fará sem agua doce. Urge uma arborização completa, urge um serviço de irrigação para nos livrar do pó, urge uns jardins nas nossas praças. Muita cousa se faz mister para a civilização de nossa capital sertaneja.

Façamol-o, pois, com os nossos recursos e com os que pela actividade, obtivermos da União.<sup>10</sup>

A matéria do dia 19 de julho de 1916, intitulada *Mossoró Evolue*, publicada na primeira página do jornal, noticiava com entusiasmo o contrato firmado entre a Intendência Municipal de Mossoró, no governo de Francisco Vicente Cunha da Mota, com a Empresa

<sup>10</sup> Jornal O Mossoroense, 19-07-1916, nº 428, p. 1, c. 1. (Grifos nossos)

Força, Luz e Melhoramentos<sup>11</sup>, que recebeu uma concessão de 90 anos para instalar e controlar o abastecimento de luz elétrica na cidade. O autor iniciou com uma pergunta: “*Que temos na ordem do dia?*” Depois de feita a pergunta, sem muita demora responde: “*Muita cousa boa.*” A luz que seria instalada em novembro de 1916<sup>12</sup>.

A matéria noticiava a implantação da luz no prazo de quatro meses. Apesar desse intervalo de tempo entre a notícia e a instalação, O Mossoroense, ao narrar em suas páginas a contratação para a aquisição da luz, permitia aos seus leitores sentirem-se dentro do ritmo do progresso, pois, “*Mossoró evolue*” e desejava permanecer nesse ritmo. Inclusive, ansiava a chegada do “*Mossoró novo*” que teria suas “*portas abertas ao vento do cosmopolitismo*”. Ao dizer isso, o escritor da matéria explicitava que compartilhava com o modelo de cidade moderna pensada e construída para ser aberta, isto é, de livre trânsito para as pessoas e as mercadorias.

Mesmo tendo essa “*evolução*”, segundo a matéria, Mossoró apresentava ausências que deveriam ser eliminadas de modo a permitir o avanço do progresso mossoroense e colocá-la como urbe cosmopolita de uma vez por toda. E para ser cosmopolita era necessário ser atrativa, oferecer algo para que as pessoas pudessem vir olhar, desfrutar e quiçá ficar na cidade.

Para tanto, o autor enfatizava a necessidade de melhoramentos trazendo conforto aos cidadãos. Conforto não somente propiciado pela aquisição de elementos da modernidade, mas também pelo prazer de ver e sentir como era o caso do pedido de arborização. Esta só seria possível com a aquisição de água, para isso, o autor dizia que “*Precisamos corrigir a natureza*”. O homem, ao fazer uso da ciência, poderia alterar a natureza de modo a amenizar o clima quente e seco de Mossoró. Os recursos técnicos propiciariam meios, como a construção de poços artesianos, barragens, perenização do rio Mossoró objetivando adquirir água doce destinada a suprir a necessidade da população bem como para arborização da cidade de modo a torná-la bela, saudável, pois as árvores purificavam o ar e amenizavam o calor.

A inovação proporcionada pela eletricidade veio sobrepor à iluminação pública a base de querosene, iniciada no governo municipal de Silvio Policiano de Miranda, também chamada de gás líquido. Esta começou a ser empregada em Mossoró em

---

<sup>11</sup> No ano de 1925, a Empresa Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró, devido a problemas econômicos pelos quais vinha passando, foi vendida a Municipalidade de Mossoró e passou a ter o nome de Empresa Mossoró Luz e Força, Ltda.

<sup>12</sup> Segundo Raimundo Soares de Brito, a luz na cidade foi instalada em 30 de dezembro de 1916. Ver: BRITO, Raimundo Soares de. Legislativo e Executivo de Mossoró, numa viagem mais do que centenária (cronologia) 1853-1985. Coleção Mossoroense, vol. CCLXXXVII, 1985.

1896 é o ano em que a cidade de Mossoró é iluminada pelos lampeões a querosene, de gaz, como se dizia. O orçamento constava a verba de 600\$ para a iluminação pública. Na sessão de 14 de fevereiro criou-se o cargo de Zelador da Iluminação e autoriza-se a compra dos lampeões, fatura dos postes de madeira, etc. A 7 de março fixam em sessenta e três os lampeões a Câmara tem a elegancia de mandar pagar os abajus para os mesmos. Não há data da inauguração mas deve ter sido em abril de 1896.<sup>13</sup>

De acordo com Raimundo Nonato<sup>14</sup>, os lampiões eram afixados nos postes localizados nas esquinas ou pontos centrais da cidade sendo acesos ao anoitecer pelo acendedor de lampiões, empregado da Intendência Municipal.

A prestigiosa função de acendedor de lampiões deixou de existir quando as ruas começaram a receber iluminação elétrica fornecida pela usina Empresa de Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró. Os primeiros postes foram acesos no ano de 1916. Tal data, quando comparada a de outras cidades do nordeste, mostra que a aquisição da luz por Mossoró não ocorreu de modo tardio. Em Natal – RN a eletricidade começou a iluminar o cenário urbano no ano de 1911; Caicó – RN, em 1925; Recife – PE, em 1914, Fortaleza – CE, em 1914. Essa pouca diferença, segundo Aristotelina Rocha<sup>15</sup>, “denota a necessidade e a demanda por esta estrutura.”<sup>16</sup>

A iluminação pública começava com 120 lâmpadas de 32 velas de filamento metálico. Luz de potência pequena quando comparada as que temos nos dias de hoje, no entanto de claridade e qualidade considerável quando comparadas à luz fornecida pelos lampiões de querosene que clarearam Mossoró do ano de 1896 a dezembro de 1916. A luz elétrica, ao contrário da de querosene, não tinha cheiro, não emitia fumaças, deixando assim seus usuários limpos e livres dos possíveis malefícios causados pela mesma. Porém, nem todos os habitantes da cidade tiveram em suas residências a fada eletricidade. Segundo consta na escritura pública da contratação da Empresa Força, Luz e Melhoramentos, publicada na terceira página do Jornal O Mossoroense, o cidadão que desejasse adquirir os benefícios da luz elétrica teria que arcar com as despesas necessárias para instalação:

– 13º. –

Todas as despesas da installações particulares inclusive o valor do material, registro, ou medidor, serão por conta do requerente, o qual deverá depositar nos cofres da Empresa a importancia em que for orçada a installação e mais a importancia correspondente a 4\$000 (Quatro mil réis) por cada lâmpada de 16 velas que pretender.<sup>17</sup>

<sup>13</sup> CASCUDO. Op. cit. p. 139.

<sup>14</sup> NONATO, 1973. Op. cit.

<sup>15</sup> ROCHA. Op. cit.

<sup>16</sup> Idem p.42

<sup>17</sup> Jornal O Mossoroense 18-08-1916 nº. 430, p. 3, c. 3.

O cidadão que pudesse adquirir os benefícios da eletricidade, possivelmente, não a via unicamente como algo técnico, mas também como algo que o distinguia das demais pessoas, especialmente, das que ainda faziam uso dos lampiões e lamparinas a base de querosene. Sendo assim, a eletricidade, como outra mercadoria qualquer também, foi fetichizada pela modernidade e por quem a consumia. Ter eletricidade em casa era uma espécie de garantia para sentir-se moderno e caminhando alinhado com as ideias de progresso. Pelo menos era isso que a propaganda desejava que os atuais e futuros consumidores da luz elétrica pensassem. Vejamos a propaganda publicada em O Mossoroense no ano de 1917:

A LUZ ELECTRICA.  
EXIGENCIAS D'UMA FILHINHA.

Papai não é tão amigo do progresso, da economia e do aceio?  
Por que não bota luz electrica em nossa casa?  
São tão encrecados estes lampeões que uzamos!  
Quando menos se espera, zaz! lá se vae um globo ou uma chaminé, sem metter-se em conta o kerozene que se derrama e o perigo que se corre.  
E as lampadas a álcool?  
Parecem ter mais caprichosb que minha irmanzinha quando se zanga.  
Quase sempre quando mais se precisa d'ellas, e as visitas estão prestes a chegar, puf! fica tudo as escuras.  
É uma lastima.  
Não tem compendio de philosophia que lhes dê geito.  
Grita a mamãe, zanga-se o papai, e eu fico em *tremeliques*.  
Ora, papae, eu sou nervosa e a mamãe já está velhinha, e pode succeder ter um grande susto como outro dia quando o candieiro fez explosão: foi um reboliço em casa que espantou a vizinhança.  
Dizem que a Empresa, Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró, facilita a installação, que o preço é módico, e o pagamento razoavel, em prestações ao alcance de todos.  
Como bonita e decente não ficaria a sala de visitas?!  
Experimente, papae: uma coisa é ver outra contar.  
Poupa-se trabalho, gasta-se menos, evita-se até questões bem aborrecidas.  
Olhe, não se zangue, eu lhe dou um beijinho pelo melhoramento que peço.  
Oh! Como é bella a luz electrica!<sup>18</sup>

A propaganda começava perguntando “*Papai não é tão amigo do progresso, da economia e do aceio?*” Se ele era amigo do progresso deveria não mais usar os elementos que lembravam o atraso, a exemplo do lampião a querosene e as lâmpadas a álcool. Estas, de acordo com “*a filhinha*”, tinham muitos caprichos, maiores até do que os de uma criança. A falta de luz elétrica em casa era tida como causadora de desconforto inclusive de oscilações emocionais uma vez que a mãe, o pai e a filha ficavam alterados com as inconstâncias da luz a querosene. Uma luz não tão racional quanto a elétrica já que os lampiões precisavam ser

<sup>18</sup> Jornal O Mossoroense 09-05-1917 nº 441, p. 2, c.5. (Grifos do autor)

sempre reabastecidos, sua chama podia apagar-se próximo a chegada das visitas, em outras ocasiões podiam explodir.

O progresso representado pela luz elétrica, segundo a *filhinha* que fazia apelo ao pai, era acessível, pois seu valor era parcelado em módicas prestações pagas a Empresa Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró. É interessante que não bastava se dizer amigo do progresso, era preciso evidenciar através de atos, posturas e aquisição de bens “*que assimilação da manifestação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais*”<sup>19</sup> Além disso, na propaganda havia o apelo estético. “*Como bonita e decente não ficaria a sala de visitas?!*” A fada eletricidade deixaria a sala de visitas muito mais bonita e seria um espaço adequado para exibir os melhoramentos feitos na casa.

A luz a base de querosene e as lâmpadas a álcool eram colocadas como pertencentes ao mundo irracional, pois, não se podia controlar, nem a filosofia através de seus compêndios poderia explicar. Suas inconstâncias comparadas aos mimos de uma criança, idade da desrazão. A luz elétrica representava o contrário, isto é, o que se pode controlar, ordenar de modo lógico e racional, livre das variações de humores, dos odores mal cheirosos, portanto, mais asseada.

Além de proporcionar conforto ao lar, a presença da luz artificial<sup>20</sup> prolongava o dia de modo a possibilitar que as pessoas fizessem mais uso da noite para trabalhar, para divertir-se no Club Dramático Familiar ou nos cine-teatros, para ficar mais tempo na rua que se tornava menos perigosa, melhor dizendo, seu perigo passava a ser controlado sob a presença da luz. Além disso, a iluminação das ruas facilitava inclusive a condução dos automóveis que aos poucos foram ingressando no cenário urbano de Mossoró.

### **2. 3. – A jóia da modernidade: o automóvel**

Os primeiros roncos do motor de carro foram ouvidos pelos mossoroenses no ano de 1910, quando a Casa Tertuliano Fernandes & C adquiriu um automóvel. Segundo O Mossoroense, tal aquisição “*dará ao povo de Mossoró a satisfação de rápidas viagens entre os municípios de Apody, Pau dos Ferros e Areia Branca [...]*”<sup>21</sup> Para tanto, a Casa solicitou a Intendência Municipal auxílio destinado a construção e melhoramentos das estradas de

<sup>19</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 19

<sup>20</sup> Nas noites escuras, o funcionamento da luz elétrica nas ruas era das 18h às 3h da manhã; nas de lua cheia, das 18h até o nascer da lua. Em casa o fornecimento ia das 18h às 24h.

<sup>21</sup> Jornal O Mossoroense, 19-07-1910 n.º. 234, p. p. 1, c. 1.

rodagem. Trouxe da metrópole do Rio de Janeiro um mecânico e um chauffeur, figuras novas no cenário mossoroense.

Em 8 de janeiro de 1911 ocorreu, segundo Sebastião Gurgel, a inauguração solene do automóvel dos Fernandes passeando nele mais de 100 pessoas. O carro levava um grupo de 5 pessoas passeando com elas durante 5 minutos. Esse fato deu ao uso do carro um caráter de máquina voltada para o entretenimento da população. “9 [de abril de 1911] – Domingo passei pela primeira vez no automóvel dos Fernandes pagando 5# por uma hora ou seja 30# 1 hora os 6 companheiros da lotação.”<sup>22</sup>

Porém, o automóvel não trazia apenas benefícios; com ele também vieram alguns problemas a serem solucionados. Um deles era a regularização dos condutores e do tráfego nas ruas da cidade objetivando evitar acidentes. Alguns deles causados devido à imprudência dos condutores, crianças de 10 e 12 anos.

Entretanto, não ha quem não tenha ainda visto ás tardes, pelas nossas ruas automoveis que correm em louca desparada, levando atracados ao guidon meninotes de 10 e 12 annos, pequenos, fraquinhos, absolutamente incapazes de effectuar com a possante machina a mais insignificante manobra n'um caso de necessidade. Esses inconscientes cinesiforos dão ás suas machinas velocidades vertiginosas, fazem proezas que não ousam os seus collegas adultos e com isto fazem, certamente, babar de gozo os admiradores de taes façanhas, esquecidos de q'os seus animados pimpolhos, entregues em tão perigosa, diversão, estão, a todos os momentos, attentando positivamente contra a vida dos outros e quiçá contra sua própria vida.

Torna-se, portanto, de necessidade inadiável que o poder publico saia a campo em defeza da população ameaçada, regularizando o transito de vehiculos dentro da cidade, não permitindo que guiem vehiculos automóveis creanças e indivíduos sem o devido e indispensável preparo technico e estabelecendo emfim, rigorosa fiscalização, no sentido de impedir que sejam burladas as providencias legalmente estabelecidas.

Estamos certos de que o illustre e digno Snr. Presidente da Intendência não tardará em tomar as urgentes medidas que solicitamos e que só visam o bem e a tranquillidade de nossa boa e pacata população.<sup>23</sup>

Para impedir essas irregularidades no trânsito mossoroense e atender aos reclames expressos no Jornal O Mossoroense, a Intendência Municipal, juntamente com o Delegado de Polícia, buscou normatizar o uso de automóveis dentro do perímetro urbano. Em edital publicado no dia 20 de dezembro de 1922<sup>24</sup>, o delegado de Polícia fez saber que a partir de 15 de dezembro de 1922 a 15 de janeiro de 1923 apenas seria permitido conduzir automóveis pessoas portando carteira de habilitação:

<sup>22</sup> GURGEL, Sebastião. Memórias de um comerciante e banqueiro (Diário) – Livro II (05 de junho de 1910 a janeiro de 1916). Coleção Mossoroense, Série “C”, Volume 1292. p. 67

<sup>23</sup> Jornal O Mossoroense, 12-03-1920, nº 579, p. 1; c. 3.

<sup>24</sup> Jornal O Mossoroense, 20-12-1922, nº. 688. p. 2, c. 6.

q' será expedida, nesta delegacia, após o competente exame realizado na forma seguinte: todo aquelle que pretender prestar exame para chauffeur ou motorista dirigirá uma petição ao delegado de policia na qual fará declaração do nome, idade, filiação, naturalidade, estado, residência, profissão anterior, instruindo as com os seguintes documentos: certidão de idade ou declaração firmada por duas pessoas idôneas de que o requerente é o maior de 18 annos; atestado de conducta firmado pelo delegado de Policia. Nenhum chauffeur poderá fazer aprendizagem de chauffeur sem que seja sob a fiscalisação e responsabilidade de um tecnico devidamente habilitado na forma deste Edital e fôra da area urbana.<sup>25</sup>

Exigir carteiras de habilitação permitia também à Delegacia de Polícia Municipal fiscalizar os chauffeurs bem como puni-los quando porventura viessem a ocorrer acidentes, por exemplo, o atropelamento de algum pedestre desavisado, ainda não habituado a dividir a rua com carros, cavalos e carros de boi. Essa dificuldade de convívio com o automóvel não era apenas uma questão mossoroense, também acontecia nas demais cidades brasileiras como Caicó – RN onde o carro chegou no ano de 1919. Segundo Juciene Andrade, o carro ingressou no cenário caicoense, *“antes da existência de uma organização estrutural viária que permitisse a sua adequada locomoção, com sinalização e códigos de trânsito. Essas limitações geraram situações calamitosas, agravadas pelos atropelamentos, alguns seguidos de morte das vítimas.”*<sup>26</sup>

Para minimizar os transtornos causados pela falta de organização viária, a Polícia de Mossoró, ao longo da década de 1920, procurou empregar as normas do Regimento do Departamento da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Exigiram carteira de habilitação, sendo esta emitida pela Delegacia de Mossoró, delimitaram o limite de velocidade a ser empregado pelos carros na cidade.<sup>27</sup> Mesmo havendo essas e outras leis regendo o uso de carros, encontramos no jornal notas referentes a acidentes causados pela imprudência dos condutores. É o que lemos na matéria do dia 20 de maio de 1928:

#### A “FURIA” DOS AUTOS

A nossa policia deve pôr em pratica o que preceituam os dispositivos do Regulamento de Vehiculos da Policia deste Estado, com o fim de cohibir uns tantos abusivos e prejudiciaes costumes que têm os conductores de vehiculos, os quaes exhibindo-se em carreiras vertiginosas pelas mais estreitas artérias da nossa URBS, põem diariamente em risco de atropellamentos a vida dos transeuntes, mormente à noite, quando chegam até ao innominavel abuso de transitar de pharôes apagados e de não terem o preciso cuidado de dar o conveniente signal das curvas mais estreitas.

E, foi justamente por uma dessas facilidades que domingo à noite, 13 deste mez, o carro n. 72, guiado pelo chauffeur-proprietário – João Sinesio de Tal,

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> ANDRADE. Op. cit. p.76.

<sup>27</sup> O limite dentro do perímetro urbano era de 20 km/h, no subúrbio aumentava para 40 km/h. Ver. Edital. In: Jornal O Mossoroense, 4-09-1927 nº 855. p. 3, c. 4



conhecido por João Palanganna, apanhou o pequeno João Capistrano, filho do nosso saudoso amigo João Capistrano do Couto, na rua Padre João Urbano, produzindo-lhe profundo golpe no crânio. O pequeno estava deitado sobre a relva da alludida rua a espera de outros companheiros para brincar, quando ia sendo vítima da FURIA do auto precipitado, que aproximadamente às 21 horas passava no local em carreira vertiginosa e, ao que nos adiantam, tendo os faróis apagados.

A pequena vítima foi conduzida para a residência de sua digna genitora d. Irinéa Couto, recebendo ali os primeiros curativos ministrados pelo dr. Soares Junior, sendo o seu estado fóra de perigo.<sup>28</sup>

Aqui o escritor da matéria não só narrava o atropelamento do pequeno João Capistrano como também exigia uma postura mais rígida e eficiente por parte da Delegacia de Mossoró para que fizesse valer o Regimento de Veículos da Polícia do Estado do Rio Grande do Norte. Os carros estavam trafegando a noite com os faróis desligados colocando em risco a vida de pedestres e, possivelmente, poderiam invadir algumas casas. Aqui o carro não era mais aclamado, como no ano de sua inauguração na cidade em 1911, transformava-se perigo. Ao exigir o emprego do Regimento, o autor permite-nos ver que nem sempre a cidade idealizada pelas autoridades municipais através das diversas leis, normas, editais conseguia materializar-se em moderna.

Mesmo o carro ganhando força na década de 1920 ao ponto de ter propagandas frequentes no jornal, algumas destas (como a exibida na página seguinte) chegavam a ocupar a página inteira numa espécie de louvor a modernidade, ainda dividia o cenário urbano com cavalos e carros de boi. Vejamos a citação abaixo:

Ainda em 1913, esse meio era largamente usado. Basta citar um fato: quando o diretor do Grupo Escolar 30 de Setembro, professor Eliseu Viana, veio de Natal, com sua esposa, Da. Celina Viana, foi recebido no Porto de Santo Antônio pelo farmacêutico Jerônimo Rosado. Do local até à rua, viajaram tranqüilamente, acomodados na mesa de um carro de boi.<sup>29</sup>

Sendo assim, a Mossoró voltada para modernidade também dividia seu espaço com uma cidade que ainda guardava consigo práticas associadas ao tradicional, como o uso de carro de boi. O velho e o novo coabitavam o mesmo espaço. Ao automóvel viria juntar-se o trem, outro símbolo da velocidade.

<sup>28</sup> Jornal O Mossoroense 20-05-1928, nº883, p. 2, c. 1.

<sup>29</sup> NONATO, 1973, p. 85

**A SUA MARCHA SUAVE E SILENCIOSA  
SURPREHENDE OS MAIS EXIGENTES**

Atenção e veja como uma ave a cortar o espaço. Eis o Novo Sedan Ford de quatro portas. Voa pelas estradas mais escabrosas como si fossem planas qual rua asphaltada. E é lindo de linhas originaes inconfundível (ilegível) elegancia e distincção. O acabamento é esmerado como nos carros de alta classe.

O Novo Sedan Ford de quatro portas vem completamente equipado, com seis pneus, amortecedores hydraulicos "Hendrick" cinco rodas de alta classe.

dan de salta de esp. passo baixo, limpador automático de parabrisas, velocimetro, medidor de marcha com painel, direction, esticção retro-gradavel, lanternas "cristal", fechadura de chapa para o porta-bagagens, etc. O Novo Sedan Ford dá prazer e segurança a quem o dirige. Não se desespere com o preço. O Novo Sedan Ford é a logica dos factos virá provar-lhe o seu grau de absoluta superioridade, que o torna sem par entre os carros fechados de preço modico.

**FORD MOTOR COMPANY,  
EXPORT, INC.**

Imagem 4

Fonte: Propaganda da Ford publicada no jornal O Mossoroense no ano de 1929.

“A sua marcha suave e silenciosa surpreende os mais exigentes

Silencioso e veloz como uma ave a cortar o espaço. Eis o Novo Sedan Ford de quatro portas. Voa pelas estradas mais escabrosas como si fossem planas qual rua asphaltada. E é lindo de linhas originaes inconfundível (ilegível) elegancia e distincção. O acabamento é esmerado como nos carros de alta classe.

[...]

Submetta o Novo Sedan Ford ás provas mais rudes e não seja condescendente, pois a logica dos factos virá provar-lhe o seu grau de absoluta superioridade, que o torna sem par entre os carros fechados de preço modico.”



## 2. 4 – Nos trilhos do trem

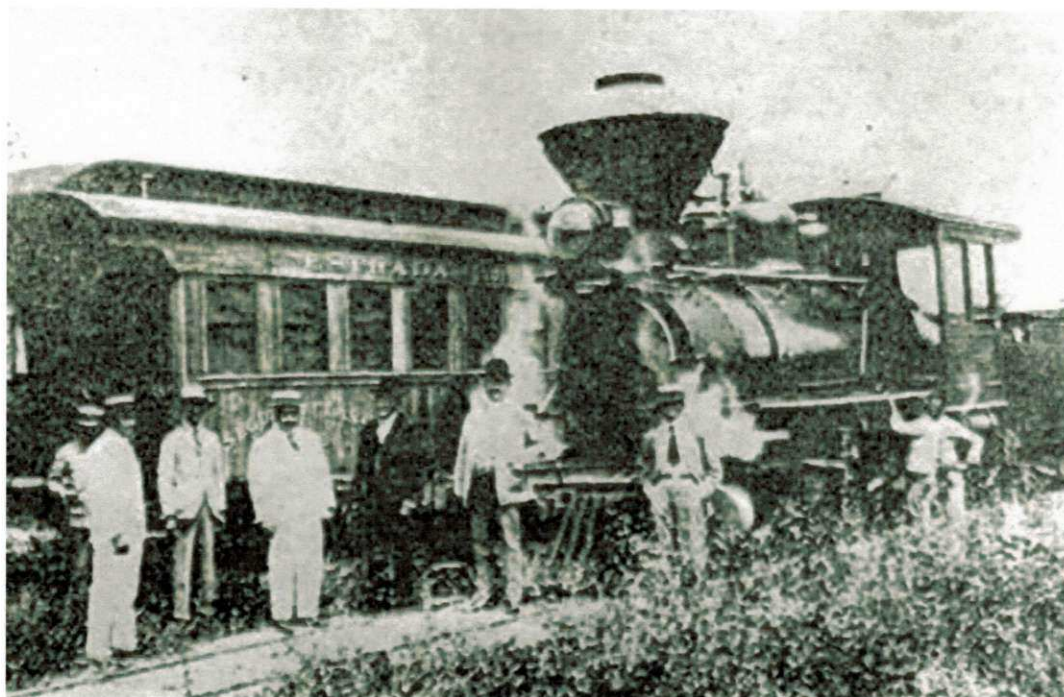


Imagem 5: Uma das viagens feitas pelo trem no ano de 1916  
Fonte: FELIPE. Op. cit.

O sonho de ter uma estrada de ferro cortando a cidade, ligando-a aos pólos econômicos era alimentado pelo suíço Ulrich Graff, comerciante radicado em Mossoró e dono de umas das casas comerciais mais prósperas.<sup>30</sup> Em 1875, Graff recebeu concessão para construir a estrada de ferro, no entanto não chegou a cumprir seu intento. A falta de recursos econômicos inviabilizou a execução da obra cujo trajeto seria de Mossoró ao Rio São Francisco. Tal trajeto foi desenhado com base na localização geográfica da cidade, “a natureza criou uma linha quase reta”<sup>31</sup>, ligando Mossoró ao rio São Francisco, “por sua extensão muito menor e seu custo e custeio barato estabelecer uma tarifa muito mais baixa do que qualquer outra estrada [...]”.<sup>32</sup>

A tão sonhada estrada de ferro só veio a ter seus primeiros trilhos assentados no ano de 1910, após terem assinado o contrato:

Em 25/08/1910 é assinado o contrato para a construção da Estrada de Ferro. Saindo do Porto Franco (área de salinas) para Mossoró, esse trecho de 38 km demora cinco anos para ser concluído, pois o primeiro trem chega à cidade no dia 7 de fevereiro de

<sup>30</sup> Graff comprava produtos regionais como algodão revendendo-os na Europa. De lá trazia produtos mercadorias, Nonato não descreve, mas supomos que sejam produtos manufaturados ou algum gênero alimentício mais sofisticado, para vender no interior da Província do Rio Grande do Norte.

<sup>31</sup> GRAFF. João Ulrich. **Estrada de ferro de Mossoró**. 4ª ed. Coleção Mossoroense, Volume CXX, 1980. p. 42

<sup>32</sup> Idem p. 43

1915 e a realidade reduz o sonho e a estrada para 195 km, no trecho Mossoró/Souza, na Paraíba, onde a mesma se entroncaria com a Rede da Viação Cearense [...].<sup>33</sup>

O atraso na construção da estrada foi visto, segundo Felipe<sup>34</sup>, como entrave para as relações comerciais de Mossoró ocasionando a perda do seu posto de empório comercial, posição assumida no século XIX, para outras praças comerciais como a de Campina Grande – PB<sup>35</sup>. Nas páginas do jornal *O Mossoroense*, lemos opiniões divergentes a respeito da associação entre o atraso da edificação da estrada de ferro de Mossoró e a crise econômica da cidade.

Em matéria publicada em *A República*, jornal da cidade de Natal, depois veiculada em *O Mossoroense* no ano de 1928, a opinião defendida era que o retardo na aquisição e continuação das obras da linha férrea motivou a decadência de Mossoró:

#### Mossoró e a causa da sua decadência

Mossoró, pela sua excelente posição geographica, foi, por muitos annos, o centro principal de exportação e de importação de ricas regiões do nosso *hinter land* que para alli convergiam de preferencia por não encontrarem outro escoadouro mais proximo para a sahida de seus productos ou logar menos distante em contacto directo, por via marítima, com as grandes praças do paiz.

Parte da Parahyba e do Ceará e grande parte do nosso Estado (incluindo mesmo até 1875 a nossa extensa zona do Siridó) afluíam naturalmente para esse magnífico ponto, encravado nas proximidades de nossas melhores salinas.

.....  
Na impossibilidade de conseguir, com urgencia, esse municipio a continuação de sua estrada de ferro, cogita, por emquanto, de substituir esse plano por uma estrada de rodagem que partindo dalli alcance Souza ou Cajazeiras, no Estado da Parayba.

.....  
O futuro das communações terrestres pertencerà, infallivelmente, ao automovel que dagora começa a substituir a locomotiva com grandes vantagens. O dinheiro que se tem gasto com estradas de ferro, tivessemos antes, com mais economia e proveito, aberto caminhos para o automóvel que, na opinião de Henry Ford, 'está destinado a fazer o Brasil uma grande nação'.

Com a abertura de novos caminhos, Mossoró readquirirá, em todo tempo, o seu antigo desenvolvimento comercial, não sò pela sua posição geographica excelente, como sobretudo pela vontade admirável do seu povo que sabe querer.<sup>36</sup>

Joaquim Galvão, escritor da matéria, reafirmava a peculiaridade da localização geográfica de Mossoró, isso facilitava o contato e trocas econômicas com cidades do Ceará, Paraíba e interior do Rio Grande do Norte. Mas, a falta de recursos para às obras da linha

<sup>33</sup> FELIPE. Op. cit. p. 56

<sup>34</sup> Op. cit.

<sup>35</sup> O trem inaugural chega a Campina Grande – PB no dia 2 de outubro de 1907, enquanto Mossoró só verá o seu chegar 8 anos depois, em 1915.

<sup>36</sup> Jornal *O Mossoroense*, 7-10-1928, nº. 902, p. 1, c. 4.

férrea contribuiu para a crise econômica da cidade. Diante disso, Galvão defendia a construção de estradas de rodagem, assim a cidade recuperaria “*seu antigo desenvolvimento comercial*”.

Em resposta a Galvão, Sebastião Gurgel Fernandes, banqueiro e comerciante caraubense radicado em Mossoró, pede espaço no jornal O Mossoroense para opinar a respeito da “*tão fallada questão da decadencia commercial de Mossoró.*”<sup>37</sup> Segundo Gurgel Fernandes, a decadência de Mossoró não estava na ausência de estradas de ferro ou de rodagem, mas no fato dos comerciantes não terem acompanhado as mudanças na forma de fazer negócio:

Para acentuar a decadencia de Mossoró, fala-se em estradas de rodagens para Caicó, Campinas, etc., em estradas de ferro para Cajazeiras, Souza e demais localidades daquela zona, como si isso fosse privilegio desses logares e que esses melhoramentos nao podessem tambem um dia chegar até nós. [...] Diz-se muita coiza, porem não se cuida de remediar o mal. Ninguem se lembra que nós temos direito de viver que elles têm, podemos e devemos tambem abrir estradas, mandar viajantes vender e comprar e emfim concorrem em tudo com elles. O que não é lógico é que esperemos que toda a freguezia desta extensa zona, composta de cerca de sessenta localidades, esteja *obrigada por lei* (como querem) a comprar e vender em Mossoró, como fazia ha cincoenta annos atrás; absolutamente não pode ser assim, Mossoró para vender, para collocar a sua mercadoria, terá que fazer o que fazem as outras praças, mandar o seu viajante á porta do freguez, discutir com este e offerecer as mesmas vantagens que o concorrente offerecer. A luta pela vida torna se cada vez mais intensa e não será Mossoró que tenha o privilegio de não ter adversarios.<sup>38</sup>

Para o autor acima, a culpa da tão falada decadência de Mossoró não seria justificada pelo atraso na implantação dos trilhos férreos, e sim, pela postura que os comerciantes mossoroenses assumiam em suas negociações. Estes, de acordo com a fala de Gurgel Fernandes, pareciam ainda não adaptados as novas formas de fazer comércio, isto é, a concorrência, a disputa pelo freguês que seria conquistado através das propagandas, do preço baixo e das facilidades de crédito. Sendo assim, a decadência de Mossoró era fruto de posturas tradicionais que não atendiam mais as relações comerciais exigidas pelo viver moderno.

<sup>37</sup>Jornal O Mossoroense, 1928 n° 904, p. 2, c. 2

<sup>38</sup>Idem (Grifos do autor)



*Ponte Mossoró*

Imagem 6: 1917 – Foto da ponte de ferro que passa sobre o rio Mossoró.  
Fonte: FELIPE. Op. cit.

## **2.5 – Nos fios da comunicação: aquisição do telégrafo e do telefone**

Não eram somente os trilhos do trem que uniam e facilitavam a comunicação entre as cidades trazendo utensílios e objetos que pareciam concretizar em si mesmos a ideia de moderno. Os fios do telégrafo e do telefone também realizavam essa tarefa, por isso, fazia-se necessário adquiri-los. O telégrafo chegou a Mossoró no ano de 1872, mesmo ano da fundação do jornal Mossoroense. Neste jornal podemos ler a reprodução de algumas notícias transmitidas pelo telégrafo.

Assim como o telégrafo, o telefone permitia velocidade nas trocas de informações e uma comunicação rápida. Segundo Felipe, Jerônimo Rosado e Alberto Lima no ano de 1903 receberam concessão para explorar os sistemas telefônicos por 40 anos.<sup>39</sup> As linhas seriam instaladas entre o Porto de Santo Antônio, local por onde Mossoró fazia escoamento de sua mercadoria bem como recebia outras, e a cidade.

---

<sup>39</sup>FELIPE. Op. cit. p. 62.



## EMPRESA TELEPHONICA

Somos informados que brevemente será installado um serviço telephonico, entre esta cidade e o Porto de S. Antonio, no qual ser acham empenhados cavalheiros dos quaes não è licito duvidar a obtenção de tao sensível empreendimento e de outras que tragam o alevantamento material de nossa terra.

Regosijemo-nos.<sup>40</sup>

Em 1930, a municipalidade, representada pelo Presidente da Intendência Municipal Vicente Carlos de Saboya Filho, assinava contrato com a Empresa Mossoró Luz e Força, Ltda para que a mesma construísse bem como mantivesse linhas e sistemas telefônicos capazes de atender as necessidades do município.<sup>41</sup>

A inauguração do novo sistema era anunciada no jornal como sendo um avanço compatível com o crescimento da cidade.

### Serviço Telephonico

Segundo informou-nos o nosso amigo Mario Villar de Mello, operoso director-gerente da “Empreza Mossoró Luz e Força, Ltda.”, deverá ser inaugurado, oficialmente no dia 1º. de Maio proximo, o serviço telephonico desta cidade, melhoramento este que bem condiz com o adiantamento de Mossoró, em tão boa hora levado a realidade pelo dirigentes daquela empreza.

Nossos parabens aos dirigentes da “Empreza Mossoró Luz e Força, Ltda.”, por esta feliz iniciativa.<sup>42</sup>

O adiantamento material da cidade precisava ser acompanhado pelo espírito cultural de modo a proporcionar entretenimento à população.

## 2.6 – Horas de diversão: o cinema e o teatro em Mossoró

Uma cidade que desejava ser moderna precisava oferecer aos seus habitantes uma vida de prazeres e divertimentos. Para que aqueles ocupassem seu tempo livre com atividades educativas e moralizantes. Sendo assim, fazia-se necessário a criação de lugares de divertimento. Em 1873, o jornal Mossoroense noticiava a inauguração do Recreio Dramático:

Theatro. – No dia 7 de Setembro p. vindouro terá de ser levado a scena nesta cidade o Drama intitulado – A justiça – produção do insigne dramaturgo Camillo Castello Branco. A exforços de alguns jovens desta cidade, acha-se para este fim preparado um pequeno theatro á rua de Victor-Hugo. É um intento louvável e faz honra aos jovens que para tal fim concorram – merecendo por tanto não só o auxílio e

<sup>40</sup> Jornal O Mossoroense, 28-02-1903, nº. 18. p. 2, c. 2

<sup>41</sup> Jornal O Mossoroense, 8-06-1930 nº. 990

<sup>42</sup> Jornal O Mossoroense 27-04-1930, nº 985, p. 2, c. 3.

cooperação de todos – como a devida desculpa, visto ser a primeira vez que essas pessoas se ocupam do trabalho dramático.

Em todo caso porém, não se deve esquecer – que os theatros oferecem além do recreio e distração – verdadeiras lições de moral e de experiência.

Congratulamos-nos pois por esse passo dado na senda do progresso – por esses jovens, que desejam o adiantamento da terra em que habitam -- e desejamos que não arrefeçam na reprodução de actos taesm que lhes darão nome e honra.<sup>43</sup>

A tarefa do Recreio Dramático, segundo O Mossoroense, não era somente entreter os espectadores, mas também, oferecer ao público lições de moral e de experiência, contribuindo, assim, para civilizar a cidade, mais precisamente, o público frequentador. O teatro e as demais artes eram tomadas pelas autoridades municipais, idealizadoras de projetos de modernidade para a urbe, como forma de educar os sentidos dos espectadores. Sendo assim, era esperado das artes, bem como dos jornais, sobretudo do O Mossoroense, a missão de educar os habitantes.

Além disso, era justamente na arte que o homem moderno expressava suas impressões e sensações a respeito das mudanças vivenciadas e, também, criava formas de possibilitar outras mudanças na vida cotidiana. Pois, a arte oferecia “*verdadeiras lições de moral*”. Deste modo, a arte tinha um lado educativo, de instrução e formação do homem cidadão.

Lições que continuavam a ser ensinadas em 1902, pelo Club Dramático Familiar, como vemos em nota presente no jornal O Mossoroense:

O pequeno Theatro do Club Dramático Familiar apresentava-se bellamente ornamentado exterior e interiormente dando a todos os assistentes, pela profusão das luzes e das cores, uma emoção boa e communicativa.

O espectáculo que foi um bem arranjada variedade de mimosos trechos de operetas e revistas de nome, intermediados por interessantes sortes executadas pelo celebre Major Gondim e finalizada por uma chistosa comedia, deleitou-nos immensamente até á hora esperada da legendaria – Missa do gallo.<sup>44</sup>

Os espetáculos tinham um público constante, inferimos isso a partir das memórias de Sebastião Gurgel Fernandes que constantemente fala de suas idas ao teatro para assistir as peças teatrais. “26 [de junho de 1911]. *Continua a nos divertir hora animado hora choco, a companhia de variedades que sob a direção de Fructuoso Alexandrino exhibise há dias em nosso Theatro; a cansonelista inglesa Aumi Miller tem feito as delícias da platea.*”<sup>45</sup> Gurgel relatava que chegava tarde da rua, isso faz-nos interpretar que Mossoró tinha uma vida noturna razoável para atender as necessidades de um jovem comerciante.

<sup>43</sup> Jornal Mossoroense, 31-08-1873, nº 46, p. 1, c.2-3

<sup>44</sup>Jornal O Mossoroense, 31-12-1902 nº 14, p. 2, c. 3

<sup>45</sup> GURGEL. Op. cit. p. 73



Além do teatro, havia o cinematógrafo onde Gurgel Fernandes e outros espectadores iam assistir às fitas em exibição. Segundo Gervácio Batista Aranha, o cinema era um ícone do moderno e qualquer comunidade, por menor que fosse, queria tê-lo, mesmo que itinerante. O primeiro cinema que encontramos relato foi o Cine Almeida Castro.<sup>46</sup> *“Em 1908 Francisco Ricarte de Freitas inaugurara o seu ‘Cine-teatro Almeida Castro’, popularizando o cinematógrafo. Anunciava-se o ‘fim’ com foguetões. Cada estampido significava uma parte no drama ou comédia.”*<sup>47</sup>

Outros cine-teatros, após o Almeida Castro, foram abertos a exemplo do Pathé-Galvão, depois chamado de Cinema Chic (1910), o Polytheama (1913) e o Glória (1929).

#### Cinema Pathé-Galvão.

“Brevemente deverá chegar a esta cidade um aparelho cinematographico de propriedade do Sr. Francisco Galvão, vindo do Rio de Janeiro.

É um genero de diversão que actualmente vai tendo grande acceitação do publico, razão pela qual nos congratulamos com os mossoroenses por mais esse melhoramento para nossa velha cidade.”<sup>48</sup>

O cinematógrafo comprado por Francisco Galvão teve sessão no dia 16 de janeiro de 1910. Segundo o jornal, aquele recebeu grande público para assistir a sua primeira exibição:

#### Cinema “CHIC”

Estreou na noite de 16, o aparelho cinematographico recentemente recebido do Rio, pela Empreza Galvão, com uma enchente enormissima.

Apezar de ligeiros defeitos na luz, o que é muito desculpavel, pela pressa de se organizar o espectáculo para aquelle dia, foi bellissima noite para o povo mossoroense.”<sup>49</sup>

O cine-teatro Almeida Castro, segundo o jornal O Mossoroense<sup>50</sup>, recebia sempre “*bôas enchentes*”, apesar da pouca variedade de fitas, queixa constante de Gurgel Fernandes em suas memórias. Somada a essa queixa estavam o mau funcionamento do motor fornecedor de eletricidade ao cine-teatro e o espaço pequeno para receber o público: *“Fui esta noite ao cinema que esteve péssimo, já pela falta de canto, já pela pessima luz das fitas [...]”*<sup>51</sup>  
Defeitos sanados com a reforma ocorrida em 1930:

<sup>46</sup> O nome do cinema foi escolhido através de uma votação na qual as moças da cidade votaram o melhor nome para batizar o cinema.

<sup>47</sup> CASCUDO. Op. cit. p. 147

<sup>48</sup> Jornal O Mossoroense, 02-12-1909, n° 216, p. 4, c. 3.

<sup>49</sup> Jornal O Mossoroense, 19-01-1910, n° 220, p. 1, c. 5.

<sup>50</sup> Jornal O Mossoroense, 13-03-1912 n° 279, p. 1, c. 5.

<sup>51</sup> GURGEL. Op. cit p. 54

## Cine-Theatro 'Almeida Castro'

A empresa desta conceituada casa de diversões cine theatraes de nosso meio, vem de fazer aquisição de um moderno projector para films cinemathographicos, o que de maneira plausível justifica o perfeito funcionamento do antigo cassino, procurando as melhores commodidades para bem servir seus innumerous habitués.

Secundando esta medida de elevado alcance a empresa do 'Almeida Castro' entrou em negociações com varias agencias cinemathographicas, de Natal, Recife e Fortaleza, afim de breves dias fazer aquisição de pelliculas que satisfaçam os assíduos frequentadores de seu cassino e os admiradores da scena muda.

É bom de ver que o 'Almeida Castro', cumulando todos esses melhoramentos a prol de melhor servir os admiradores do 'écran', volve a granjear as symphatias do nosso povo, hoje fanatisado pelo encantamento que a cinematographia desperta.<sup>52</sup>

O cinema Glória, inaugurado em dezembro de 1929, situava-se a rua Rafael Fernandes em um prédio com "*boas commodidades, como sejam: amplitude e arejamento do salão de projecção, mobiliário elegante, aquisição de um projector 'A E G' servido totalmente por tracção eléctrica, o que trará à [ilegível] de diversões a preferencia do nosso publico, tornando-a o ponto escolhido para os rendez-vous da nossa melhor sociedade.*"<sup>53</sup>

Além das instalações, o bom comportamento no cinema era uma questão que preocupava e requeria medidas visando à solução:

Pelos nossos costumes

É deveras lastimavelo q' por vezes assistimos no 'Almeida Castro', a casa de diversões publicas que possui nossa Mossoró, centro de reunião das suas mais distinctas famílias. Em parte alguma se vê nos cinemas, nem mesmo applausos aos artistas que a tela nos apresenta, quanto mais assuadas, gritarias e ditos supposto chiste. Este proceder apenas sobressalta os espectadores e dá pessima mostra aos forasteiros, da nossa cultura social.

Ainda mais: fuma-se á vontade por entre as famílias que ali vão deslocam-se cadeiras, muitas vezes insufficientes para os espectadores e acumulam-se muitos pela rampa de entrada, tirando o conforto necessário a quem ali frequenta para descansar um pouco o espírito das lides diárias.<sup>54</sup>

O mau comportamento da platéia não era atribuído a *jeunesse dorée*<sup>55</sup>, mas as pessoas que possuíam deficiência de convívio público.

Não queremos attribuir a pratica disto, á nossa *jeunesse dorée*, que comprehende qual seja o modo de permanecer antes pessoas de respeito. Devemos, porém, procurar impedir que nessas occasiões gente em que a deficiencia de convivio em sociedade tenha gerado costumes tão maus, repita o que estamos a

<sup>52</sup> Jornal O mossoroense 15-06-1930, nº 991, p. 2, c. 3.

<sup>53</sup> Jornal O Mossoroense, Dezembro de 1929, nº 963, p. 2, c. 2.

<sup>54</sup> Jornal O Mossoroense. 28-11-1919 nº 566, p. 1, c. 4

<sup>55</sup> Juventude dourada.

presenciar constantemente, com flagrante quebra da rigorosa linha de compostura que todos somos obrigados a manter.<sup>56</sup>

A preocupação com os bons costumes não se limitava somente a essa matéria, no ano de 1924, o jornal reclamava do comportamento apresentado por “frangotes” que soltavam “*assovios, exclamações extemporaneas e risadas aparvalhadas sem oportunidade para tal*”.<sup>57</sup>

A persistência dos “maus hábitos” dentro do cinema fazia com que a polícia municipal interviesse de modo a impor sua lei, ou seja, o Regulamento da Polícia do Estado:

Art. 102 – A autoridade providenciará para que dentro do theatro e do recinto, se observem a ordem e o silencio necessarios, fazendo calar os perturbadores que, na reincidência, serão retirados do theatro.

Art. 104 – *No recinto* do theatro e casas de projecções cinematographicas não se poderá fumar nem fazer uso de bebidas, que só serão servidas no botequim, ou no jardim do estabelecimento. O infractor será admoestado e, na reincidencia, retirado do recinto.<sup>58</sup>

Em 1928, o jornal publicava uma matéria intitulada *O cinema e a moral*<sup>59</sup>. A mesma apresentava estatísticas referentes aos tipos de cenas exibidas nos cinemas italiano e suíço. As cenas de violência, infidelidade conjugal, brigas, envenenamento eram freqüentes no filmes e podiam colocar em risco os bons costumes, pois ensinavam maus exemplos aos menores que assistiam ou viessem a assistir aos filmes. Diante disso, o autor pergunta: “*Ainda se pode duvidar do perigo que corre a moral, a fé e a religião, a sociedade em vista da enorme frequencia da escola do vicio, que é o cinema?*”<sup>60</sup>

O cinema, talvez mais do que o teatro, devido a sua popularização, contribuia para a inserção de novos hábitos, vestimentas, vocabulário no cotidiano das pessoas, e com isso possibilitava alterações nos costumes da sociedade. Isso era visto por alguns como algo negativo. Esta revolução sobre os corpos, as mentes e sobre as formas de agir seria acompanhada parcialmente pelas revoluções arquitetônicas no cenário urbano.

<sup>56</sup> Idem. p. 1, c. 4-5

<sup>57</sup> Jornal O Mossoroense data indefinida. (devido ao mal estado do jornal, não foi possível dizer a data)

<sup>58</sup> Jornal O Mossoroense 24-07-1924 n.º.742. p. 2, c. 4 (grifos do autor)

<sup>59</sup> Jornal O Mossoroense 20-05-1928. n.º. 883 p. 1, c. 5- 6

<sup>60</sup> Idem p. 1, c. 6 (Grifos do autor)

## 2.7 – Embelezando a cidade: melhoramentos arquitetônicos

Uma cidade moderna precisava ordenar não apenas o tráfego dos automóveis por suas ruas, o comportamento dos espectadores dentro do cine-teatro, mas também a disposição das casas, o uso do espaço objetivando primar por uma arquitetura tida como higiênica e esteticamente bela. Sendo assim, os imóveis que não condiziam com o conceito de belo idealizado pela municipalidade mossoroense eram demolidos por ordem da Câmara Municipal. Em 1881, de acordo com Raimundo Nonato<sup>61</sup>, a Câmara Municipal autorizava a demolição de casebres localizados em pontos das ruas centrais, como os próximos a Matriz e ao mercado público, sob alegação de que as velhas construções de palha enfejavam a cidade.<sup>62</sup>

Aqui podemos perguntar se o único motivo era a feiúra dos casebres. Talvez somado ao desprovimento de beleza destas habitações estivesse uma população cujas práticas de viver eram vistas e nomeadas como destoantes do modelo de cidadão trabalhador, honesto, ordeiro idealizado pelos higienistas, urbanistas bem como pelas autoridades municipais para habitar e fazer uso do espaço citadino moderno. Por isso, aquelas habitações deveriam ser retiradas dos espaços centrais, removidas para as margens e periferias da cidade como fez Barata Ribeiro ao destruir o cortiço Cabeça de Porco, em 1893, no Rio de Janeiro. Esse local era habitado por populares, muitas vezes ex-escravos ou mulatos, quase sempre associados pelas autoridades municipais as classes perigosas. Isto é, eles teriam inclinação para cometer atos ilícitos colocando, assim, em risco a ordem urbana.<sup>63</sup>

As demolições não ficaram restritas ao século XIX, em 1910 lemos na matéria intitulada “*Melhoramentos Municipaes*”, publicada em O Mossoroense, as ações de “melhorias” realizadas pelo intendente em vigor:

Agora mesmo poude conseguir o Major Cavalcante [vice-presidente da Intendência Municipal] a demolição de diversos quarteirões de casebres de palha, que pelo seu máo estado de conservação e feia apparencia, estavam em completo desacordo com as anteriores medidas de progresso da nossa Municipalidade.

O Major Cavalcante fez-se de Pereira Passos, e em breve tempo as nossas ruas e praças offerecerão outro aspecto mais agradável, muito lucrando a hygiene da Cidade, vende-se livre de uma porção de focos de immundicies com as citadas demolições.<sup>64</sup>

<sup>61</sup> NONATO, 1973.

<sup>62</sup> Isso aconteceu no período em que Euclides Diocleciano de Albuquerque estava na presidência da intendência. Segundo Cascudo, Diocleciano nunca governou de fato, por assumir o cargo de deputado provincial e presidente da Assembleia em Natal, cidade onde residia. O lugar de presidente da intendência de Mossoró ficou sob a guarda de Manoel Benício de Melo.

<sup>63</sup> CHALHOUB. Op. cit.

<sup>64</sup> Jornal O Mossoroense, 9-02-1910 n° 222, p.4, c. 2

A ação realizada pelo Major Francisco Cavalcante era comparada à de Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro que realizou entre os anos de 1902-1906<sup>65</sup>, a reestruturação no espaço citadino da capital da República. Nessa matéria vemos que os administradores e os escritores do jornal *O Mossoroense* estavam a par do que acontecia nas outras cidades brasileiras bem como recepcionavam e se apropriavam das notícias. A reforma urbana do Rio de Janeiro era entendida como sendo uma ação benéfica, portanto, devia ser imitada. Por isso, a validade do Major Cavalcante fazer-se, mesmo momentaneamente, de Pereira Passos.

Realizar esse gesto mimético era uma forma de mostrar que a Intendência Municipal compartilhava do projeto reformador de Pereira Passos e almejava fazer de Mossoró uma cidade higiênica, com ruas largas, avenidas, prédios de arquitetura em modelo *art nouveau*. Ao fazer isso, a Intendência mostrava que não compartilhava unicamente com o modelo carioca, mas, inseria-se, também, no modelo europeu de cidade moderna e cosmopolita, já que o Rio de Janeiro imitava o parâmetro difundido por Paris, nomeada por Baudelaire como capital da modernidade.

As demolições em 1910 talvez fossem uma resposta às proposições do alinhamento das ruas de Mossoró publicadas em *O Mossoroense* em 1909.

O Dr. Almeida Castro, nosso distinctíssimo Delegado de Hygiene, com o escrúpulo profissional que o caracteriza, tendo feito desaparecer, todos os locais que possam ser focos productores de miasmas responsabilizados pela maior parte de moléstias, melhorou extraordinariamente nossas condições sanitarias.

As ruas ressentem-se muito de um bom alinhamento, mas o mal é de remédio bastante difícil, pois vem d'esde os tempos das construções primitivas, accrescido, agora, pela presença de prédios, em ruas aliás, muito boas, que reclamam urgentemente, ou um reparo geral, ou a demolição completa; para este ponto chamamos a atenção da activa Intendencia, que no seu curto, porem, já fecundo mandato, só tem merecido elogios pela solicitude que tem empregado para o bom desempenho de todos os ramos de serviço municipal, de accordo com os pequenos recursos de que pode dispôr.<sup>66</sup>

A má organização do espaço, segundo o escritor da matéria, vem desde o início da constituição da cidade e teve continuidade devido à construção de prédios novos. Quando confrontamos essa informação com a presente nos croquis elaborados por Raimundo Nonato no livro *Evolução Urbanística de Mossoró*<sup>67</sup> identificamos uma divergência de posicionamentos.

<sup>65</sup> Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro*, Porto Alegre. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

<sup>66</sup> *Jornal O Mossoroense*, dia- 01-1909, p. 1, c. 1.

<sup>67</sup> NONATO. Op. cit.

Como observamos no croqui de números três<sup>68</sup>, Mossoró cresceu de modo ordenado entre a capela de Santa Luzia e o rio que levava o mesmo nome da cidade, delineando espacialmente um quadrado norteador para expansão, construção de novas casas e ruas. Ao redor do quadro formou-se a vida urbana e comercial de Mossoró, ou seja, o epicentro da modernidade. O mercado público era localizado em prédio situado atrás da Capela de Santa Luzia, depois Matriz; a cadeia pública municipal e o cemitério ficavam nas redondezas do quadro, praticamente em pontos com a mesma distância. No croqui de número 5, que tenta desenhar a cidade no ano de 1883, fica evidente a centralidade.

### Croqui de N.º 5

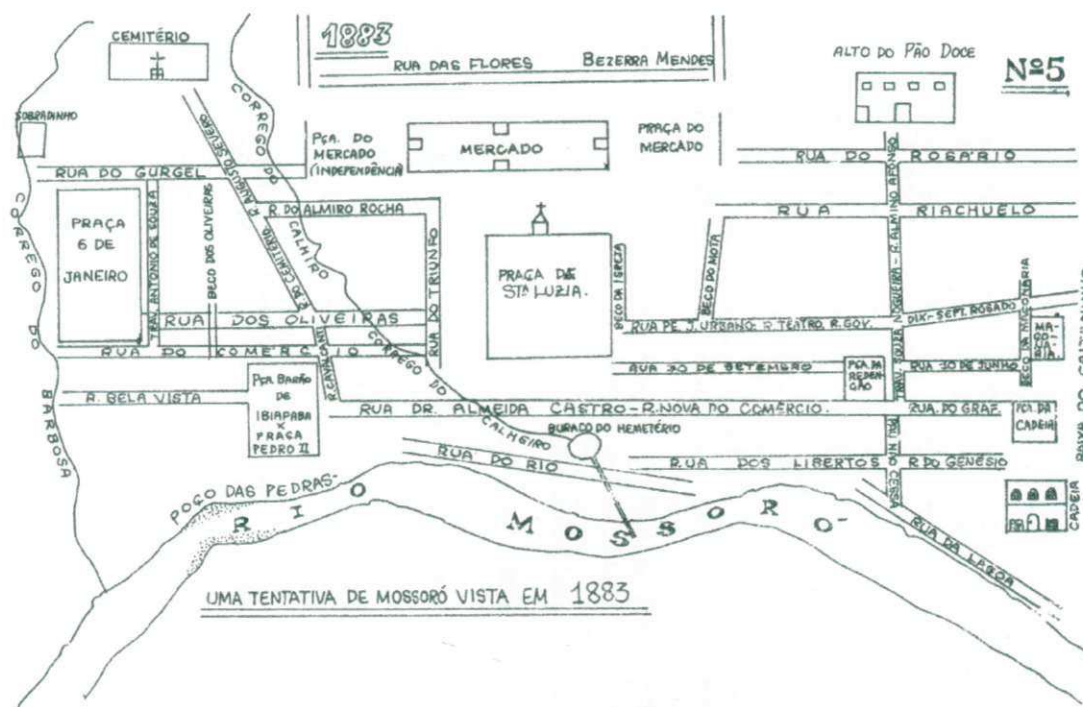


Imagem 7

Fonte: NONATO. Op. cit.

A análise dos croquis 3, 4, e 5 mostram que a cidade cresceu quase sempre de modo ordenado, tendo como ponto central bem como de referência o quadrado formado pela capela de Santa Luzia, ícone aglutinador de pessoas, e o rio Mossoró. Isso deu a cidade um caráter peculiar, pois, seu crescimento não foi de modo aleatório, mas orientado pelo quadrado

<sup>68</sup> Veja no capítulo um dessa dissertação.

formado desde o início do povoamento. Esse ponto central continuará servindo de base para a elaboração de novas plantas para a cidade como as de 1916 e 1926<sup>69</sup>. A partir delas podemos acompanhar outra fase do crescimento de Mossoró.

Para a planta de 1916, feita pelo engenheiro Henrique de Novaes, fizeram desapropriações e demolições de modo a seguir o trajeto determinado. Lemos, no jornal O Mossoroense, as reformulações empregadas para cumprir os trajetos delineados pelo lápis racional do arquiteto.

A Intendencia Municipal considerando que a planta da Cidade levantada pelo engenheiros Novaes modificou de alguma forma diversas ruas e travessas antigamente construídas, de sorte que é necessário retirar diversas construções velhas e proibir novas em continuação á quellas, decreta:

Art. 1º. – Será respeitada a planta da Cidade levantada pelo engenheiro Novaes em toda a sua integridade.

§ 1º. Em virtude da planta acima referida estão condenados e serão oportunamente retirados os armazem de propriedade dos Snrs. Francisco Galvão de Miranda e Amaro Duarte Ferreira, sitos a rua Cel. Gurgel e travessa Zeferino.

§2º. Fica prohibida a edificação nos terrenos sitos ao fundo do armazem de Amaro Duarte Ferreira e no alinhamento deste.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Encontra-se nos anexos da dissertação.

<sup>70</sup> Projecto nº. 38. IN: Jornal O Mossoroense 9-05-1916. Nº. 420. P. 1, c. 5.







Apesar das tentativas de regulamentação do espaço, ocorridas no ano de 1916, e das demolições visando o melhoramento do espaço urbano, a cidade ainda apresentava problemas. Em 1919, em matéria publicada em *O Mossoroense*, intitulada *Impressões Locais*, havia notificação a respeito da permanência de algumas questões a serem atendidas pelo novo Intendente Municipal, o senhor Camilo Porto da Silva Figueiredo que assumia a Intendência no ano de 1920.

Temos o problema das habitações, cuja esthetica, si tem melhorado muito, precisa, entretanto, ser regulada em prescripções modernas n'um novo corpo de leis, obediente a um só escopo; o da hygiene domiciliaria, urbana e suburbana, e rural [...] agua com complemento de uma rede de esgotos e canalisações e uma serie de determinações coercitivas, visando todas a erupção de epidemias e a formação de endemias tão communs nos campos, como o impaludismo, a ankylostomiase e as diversas verminoses, cujo coeficiente tende a augmentar, reduzindo energias, creando apathicos, degenerando a raça, o da instrucção, já muito disseminada, sendo talvez Mossoró o unico municipio do Estado que a tem em mais larga escala, mas sem methodo, nem coordenação, sem condições de investidura para o professorado, sem graduação no ensino, e para o qual se torna necessario estabelecer, a par de uma fiscalisação consentanea, em moldes, embora modestos, o serviço medico escolar.<sup>71</sup>

Portanto, tais questões a serem enfrentadas e solucionadas diziam respeito à higiene e educação dos seus habitantes. Cuidar da saúde, aqui significava cuidado para assegurar uma raça livre de possíveis manchas degenerativas capazes de enfraquecê-la, tornando o povo sem ânimo, sem vigor físico e mental, ficando suscetível aos vícios.<sup>72</sup>

Em matéria do mesmo jornal, publicada no ano de 1920, saíam de cena as reclamações para dar lugar aos elogios a respeito da cidade. O coronel Francisco Marcellino, em entrevista informal, respondia de modo entusiasmado quando indagado sobre o progresso de Mossoró.

— Mossoró progride?

— Como não! Basta dizer-lhe que durante o anno de 1919 foram construidos nada menos de quarenta edificios de certa importância, e neste que transcorre muitos trabalhos já estão iniciados sob a direcção dos architectos João Dias e Paulino da Silva. A cidade está regularmente illuminada por luz electrica, embora o seu preço seja onerosissimo aos cofres da prefeitura [...].<sup>73</sup>

A construção de novos edificios e o funcionamento regular da iluminação elétrica, segundo o Francisco Marcellino, representavam o progresso de Mossoró. Sendo assim, o progresso da cidade era sentido através do lado material, isto é, da aquisição de um elemento

<sup>71</sup> *Jornal O Mossoroense*, 15-10-1919, nº 560, p. 1, c. 4-5

<sup>72</sup> Essa questão será trabalhada no capítulo 3.

<sup>73</sup> *Jornal O Mossoroense*, 12-06-1920, nº 588, p. 1, c. 4

ou outro do viver moderno. Como afirmado anteriormente, a presença do *rush* característico das grandes metrópoles européias, parâmetros de urbe moderna, não seria vivenciado em Mossoró, devido a sua frágil estrutura física e populacional. Até porque, o número de habitantes da cidade não tinha as mesmas proporções numéricas que o das metrópoles européias ou brasileiras, basta exemplificarmos com o levantamento populacional de Mossoró do ano de 1922, nesse ano a cidade tinha 20. 300 habitantes<sup>74</sup>. Porém isso, como vimos até agora, não foi impedimento para que o Jornal O Mossoroense descreve-se a cidade como vivendo a modernidade, sendo esta, expressa pelo remodelamento do espaço e aquisição de elementos modernos.

Em 1926, vemos outra tentativa de organizar o espaço através da elaboração de nova planta<sup>75</sup> da cidade idealizada e desenhada por Francisco Alves Maia. Sendo esta solicitada pelo intendente Rodolpho Fernandes, conhecido pelos melhoramentos municipais durante a sua permanência na Intendência Municipal.

Foi o primeiro a calçar ruas mossoroenses, travessa Antonio de Souza, rua coronel Saboia, Praça 6 de Janeiro (que hoje tem seu nome) e parte da rua Coronel Gurgel. Também construiu o primeiro jardim público na então Praça 6 de Janeiro. Deixou canalização para serviço d'água, saneou as finanças, reorganizou a empresa fornecedora da luz elétrica.<sup>76</sup>

O calçamento das ruas, a construção de jardins onde era possível passear, e as demais modificações no espaço urbano procuravam tornar real a cidade idealizada. Essa idealização não se resumia ao espaço, as autoridades municipais bem como o jornal através de suas matérias também construíram um modelo de habitante para trafegar e fazer uso do espaço mossoroense. É justamente esse exercício de construção de um habitante ideal que analisamos no capítulo seguinte.

---

<sup>74</sup> FELIPE. Op. cit. p. 63.

<sup>75</sup> A planta foi aprovada oficialmente em 22 de maio de 1928. CASCUDO. Op. cit. p. 158

<sup>76</sup> Idem p. 158

## **CAPÍTULO 3 – Um habitante para viver na cidade de Mossoró vindo das páginas do jornal “O Mossoroense”**

### **3.1. O professor do moderno**

Os traços topográficos da cidade de Mossoró estavam nos croquis e nas plantas como uma forma de torná-la perceptível, reproduzi-la de modo a preservar sua ordem e unidade em toda a extensão de suas ruas, tendo sempre como prumo o desenho do quadro<sup>1</sup>. Já os traços norteadores dos habitantes mossoroenses estavam nas páginas do jornal O Mossoroense. Este delineava um modelo de homem moderno em suas páginas.

O jornal O Mossoroense era visto pelo seu redator e colaboradores como sendo responsável por dizer e orientar àqueles que queriam tornar-se modernos. Assim, os escritores do jornal pretendiam legitimar-se como um veículo de voz dominante reconhecido pelos seus argumentos de autoridade. Deste modo, suas páginas constituíam-se em mensagerias e sensoras do poder desta nova ordem, cuja bandeira era o moderno.

Sendo esta levantada pelo médico e inspetor de higiene J. Fernandes Gurjão que fazia uso das páginas do jornal para difundir ideias higienistas objetivando educar e formar o habitante ideal. Isso ficava evidente em uma de suas matérias intitulada Higiene Urbana<sup>2</sup>, publicada em O Mossoroense: *“venho sob letra de forma, á luz da publicidade, emprehender a campanha de saneamento pela imprensa, primeiro passo a dar para que esta ideia se condense em proveitosa realidade.”*<sup>3</sup> Através das palavras impressas, Gurjão pretendia

[...] dar o nosso brado de alarme, o nosso rebate para despertar aquelles que até agora permaneceram adormecidos como que hypnotisados por uma força desconhecida. Esta força nada mais é do que a falta de conhecimento dos preceitos de Hygiene mais triviaes.<sup>4</sup>

O jornal era um dos veículos usados para ensinar os preceitos mais triviais de higiene. Exemplo desse uso eram as matérias e conferências redigidas pelo médico Gurjão. Tais

---

<sup>1</sup> O quadrado citado refere-se ao formado pela Igreja de Santa Luzia e pelas ruas perpendiculares a ela, pode ser visto no croqui de número 3.

<sup>2</sup> Jornal O Mossoroense, 6-03-1927, nº 831, p. 1, c. 1.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem. Ibidem.

conferências merecem uma análise cuidadosa, pois, fornecem pistas a respeito do modelo de cidadão tido como ideal para habitar Mossoró. Elas foram realizadas a convite do time de futebol Ypiranga Sport Club<sup>5</sup> visando mostrar os benefícios que o esporte causaria à saúde. Para tanto, Gurjão tecia uma comparação com as atividades tidas como destruidoras da saúde a exemplo do fumo e do álcool. No começo da Conferência, Gurjão dizia qual era o seu objetivo, sendo este, “fazer [...] uma palestra familiar, amiga e conselheira, abordando um ponto de vista, que a meu ver, mais vos interessa, isto é, a vossa própria *Hygiene Sportiva*.”<sup>6</sup>

Ao longo da primeira parte da Conferência<sup>7</sup>, o inspetor defendia a prática de esporte, mais precisamente o futebol, como fonte de vigor e saúde física. Descrevia cientificamente os benefícios que a prática do esporte fazia aos músculos. Segundo Nicolau Sevcenko<sup>8</sup>, a prática esportiva bem como o incentivo a mesma tornou-se frequente nos anos de 1920. As mudanças em conjunto com as descobertas científicas ocorridas no século XIX e no começo do século XX contribuíram para a formação de outras percepções sobre o corpo e sua funcionalidade. Aquele começava a ser pensado como máquina onde cada órgão exercia uma função específica. Para garantir seu bom funcionamento era necessário estar atento aos seus sons, cheiros, formas, bem como treiná-lo, isto é, educá-lo através de exercícios, do uso de substâncias estimulantes, como café; ou relaxantes, como chás, para dar as respostas desejadas quando fosse solicitado.

Posteriormente, Dr. Gurjão mudava de foco para destacar a importância da prevenção. Segundo ele, não poderia entrar em campo jogadores que tivessem algum tipo de moléstia: “*No campo de foot-ball, jamais deve pisar para pugnas pebolísticas, torneios, campeonatos, treinos de qualquer natureza, o jogador atacado de qualquer molestia, achaque ou ligeira indisposição, às vezes preludio e aviso de uma molestia grave no seu periodo de inicio.*” Após dizer isso, aconselhava os Senhores do Ypiranga Club a fazerem a higiene de seu club e cuidarem da saúde de sua equipe. Como forma de persuadir e convencer os jogadores mostrava os benefícios físicos e morais da prática esportiva.

<sup>5</sup> O Ypirangs Sporte Clube foi fundado no ano de 1920, sendo o segundo time de futebol mossoroense, o primeiro foi Humaitá Futebol Clube, 1919. Ver: NOGUEIRA, Manoel Leonardo. *Esboço Histórico do Futebol Mossoroense*. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Volume CLVI, 1981.

<sup>6</sup> Jornal O Mossoroense, 29-05-1927, nº 841, p. 1, c. 4

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Podeis, portanto, com o pebolismo obter aquellas quatro ordens de resultados para a vossa saúde e para a vossa vida, no seio da família, da sociedade e de pátria. Numa primeira categoria obtereis resultados hygienicos cuja synthese é a saúde. Numa segunda categoria obtereis resultados estheticos e correctivos cuja synthese é a belleza. Numa terceira obtereis resultados de ordem moral, cuja synthese é a virilidade. Numa quarta categoria obtereis resultados economicos cuja synthese é a destresa.<sup>9</sup>

Como argumentava o médico J. Fernandes Gurjão, o esporte trazia benefícios não apenas para quem o praticava, estendia-se à família, à sociedade e à pátria. Esse pensamento fundamentava-se na nova relação entre família e Estado. Este, através da medicina, conquistou a família para lutar ao seu lado fazendo com que a mesma educasse seus filhos não somente para servir aos interesses dos pais, mas, também para servirem ao Estado.<sup>10</sup> Assim, fazia-se necessário cuidar da saúde dos membros da família, incutir em suas mentes e corpos bons hábitos, ensinar práticas higiênicas e o gosto pelo esporte, além disso, fazer com que cada indivíduo vigiasse a si mesmo e aos demais.

O cultivo de hábitos higiênicos bem como a prática esportiva, segundo Gurjão, propiciava, "*Saude, belleza, destresa, e virilidade*"<sup>11</sup>, características tidas por ele como sendo capazes de conduzir o homem "*atravez do denso nevoeiro do futuro, que se transformará em risonho e alviçareiro presente se obedecerdes a moderna orientação hygienica.*"<sup>12</sup> A incerteza do futuro era minimizada, segundo o autor, quando se fazia uso de medidas profiláticas, estas eram capazes de prevenir doenças físicas e morais.

Gurjão expunha, ao longo da Conferência, não apenas a importância de medidas profiláticas de higiene e dos benefícios da prática esportiva, delineava, também, o que concebia como sendo o perfil de homem moderno. Expressava no jornal O Mossoroense, o habitante que deseja ver andando nas ruas da cidade bem como habitando a mesma. O cidadão idealizado deveria ser saudável, belo, destro e viril. Modelo oposto ao expresso nas matérias presentes no jornal execrando os jogos de azar bem como os seus freqüentadores, os consumidores inveterados de álcool e de fumo. De acordo com Gurjão, estes dois últimos vícios causavam prejuízos financeiros, sociais e higiênicos. O fumo

<sup>9</sup> Jornal O Mossoroense, 29-05-1927, n° 841, p. 1, c. 4

<sup>10</sup> Ver COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

<sup>11</sup> Jornal O Mossoroense, 05-06-1927 n° 842 p. 1, c. 5-6

<sup>12</sup> Idem

Ataca-vos os dentes ennegrecendo-os. Ataca vos o aparelho digestivo e circulatório. Ataca vos a bolsa de tal modo, que custando um maço de cigarro 500 rs. e uma caixa de phosphoros 100 rs, tereis gasto por mez 15\$000 em cigarros e 1\$500 de phosphoros, calculando-se que o fumante consuma um maço por dia e uma caixa de phosphoro dure 2 dias.<sup>13</sup>

Além de colocar em risco a saúde individual, o hábito de fumar poderia causar problemas de ordem pública, pois uma ponta de cigarro jogada em lugar de fácil combustão poderia ocasionar incêndio. O álcool, assim como o fumo, era tido como proporcionador de malefícios a saúde individual e pública.

E, o que dizer sobre o alcool senão que as populações das prisões, dos manicômios e penitenciarias estão cheias de alcoólatras?! Que o maior numero de suicídios, homicídios e loucos têm a sua causa determinante neste veneno, que representa ao lado da syphilis, da tuberculose e do analfabetismo, um dos maiores flagelos da nação brasileira. Que a descendencia dos alcoólatras é na sua grande maioria composta de retardados, imbecis, idiotas, cretinos etc. A surdimudez, a gagueira, a blesidade, o temperamento impulsivo, as manifestações de colera, de odio, de vingança, são muitas vezes uma herança daquelles que cultuavam o Deus Baccho!

O álcool destruía e deturpava o caráter do homem tornando-o fraco tanto fisicamente quanto moralmente. Retirava dele sua capacidade trabalhista, incitava-o a uma vida desregrada, conduzindo-o ao roubo, a jogatina, a loucura. Assim, o álcool criava uma população indesejada, difícil de ser controlada, normatizada e disciplinada, distante dos padrões traçados pelos eugenistas.<sup>14</sup>

### **3.2. Os males a serem combatidos à mesa: os vícios dos jogos de azar**

O jornal O Mossoroense nas suas duas primeiras fases<sup>15</sup> delineava através das matérias, notícias, conferências e propagandas escritas por seus redatore-chefe e colaboradores<sup>16</sup> um habitante (homem e mulher) ideal para consumir, viver, morar, transitar pela cidade que também passou pelo mesmo processo de idealização e criação.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> A teoria eugenista trabalha com a ideia de que existe uma raça pura, e que o sangue traz impurezas que determinam o caráter do homem e seu comportamento. Daí a importância de higienizar, de purificar, de afastar os habitantes que são portadores de algum vício para longe da cidade evitando a “proliferação” dos tipos indesejados.

<sup>15</sup> O período pesquisando por nós compreende as duas primeiras fases do Jornal O Mossoroense. A primeira fase compreende os anos 1872-1876; a segunda compreende os anos de 1902-1936; dessa fase analisamos os jornais entre os anos de 1902-1930.

<sup>16</sup> Ver os colaboradores e redatores-chefes das duas fases no primeiro capítulo.

O habitante traçado pelo jornal era uma oposição ao homem que jogava baralho, bebia e fumava. Pois, tais práticas eram consideradas aptas a corromper a índole e a capacidade de trabalhar.

O jogo era tido como atividade dada a vagabundos, desocupados e pessoas de índole duvidosa. Pessoas que poderiam causar transtornos no espaço público perturbando a ordem da cidade e das famílias de respeito. Em 1874, encontramos nota no Jornal Mossoroense fazendo queixa da existência de casas onde havia jogos de paradas, segundo a nota, tal estabelecimento era reduto de vadios. Possivelmente, esses vadios tratavam-se de homens pobres livres que não tinham moradia e/ou emprego fixo, sendo assim, eram mais difíceis de serem normatizados e disciplinados. Como discute Sidney Challoub<sup>17</sup>, os pobres eram vistos como perigosos, como sempre andando perto da ilegalidade, da criminalidade. Por isso, deveriam ser vigiados pelo olhar da polícia.

Jogo – Continua em larga escalla nesta cidade em diversas cazas, que não precisamos apontar, o habitual officio dos empalmados e vadios, que se chama – jogo de parada. Por mais de uma vez temos chamado a atenção da polícia para que desterre d’entre nos este terrivel vicio, exemplicando os jogadores e obrigando-os a ter uma profissão util e honesta [...].<sup>18</sup>

O vadio que se fazia jogador era um habitante negado pelo jornal, ele aparecia em suas páginas apenas para mostrar aos leitores que tal comportamento não devia ser aceito na cidade. A polícia deveria agir para conter os possíveis excessos dos jogadores bem como atuar na correção dos mesmos. Na ótica do escritor, o jogador de parada deveria ser exemplificado e obrigado a trabalhar. Ao dizer isso, mostrava que o perfil do jogador, dito como desviante, deveria ser convertido de modo a assumir e executar comportamentos desejáveis para, segundo o autor, um habitante de uma cidade moderna, ou seja, ter uma “*profissão util e honesta*”.

Segundo Fonteles Neto<sup>19</sup>, esse tom moralista era lido nas matérias sobre fumo, álcool e jogo, uma vez que os redatores assumiam a postura de defensores da moral e dos bons costumes mossoroenses. Apesar do desejo de disciplinar e moralizar os jogadores, os problemas referentes ao jogo de azar persistiam suscitando novas queixas.

<sup>17</sup> CHALHOUB. Op. cit.

<sup>18</sup> Jornal Mossoroense, 15-03-1874, nº 62, p. 2, c. 1-2.

<sup>19</sup> FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crime, violência e sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império.** In: I Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História. UFPE – Recife, 03-07 de novembro de 2008.

Somos informados da existência de diversas bancas de jogos de azar em vários botequins desta cidade.

.....

É preciso haver uma reação: é preciso que as nossas autoridades se façam respeitar, encaminhando os que assim procedem pelo verdadeiro caminho que conduz o homem ao cumprimento de seus deveres cívicos e não deixal-o resvalar no que deprime e abale o caracter.<sup>20</sup>

O tom dessa nota de 1909 não destoava do apresentado na de 1874. O jogo ainda era descrito como sendo uma atividade que deslocava o homem de seus “*deveres cívicos*” para atividades vistas como deprimentes e abaladoras de caráter. Atividades que poderiam guiá-lo para a vadiagem, para o furto. Essa associação entre participantes de jogos de azar e furto é feita em nota publicada em O Mossoroense no ano de 1910.

O jogo é a consequencia do furto que se vai desenvolvendo em meio a nossa creadagem. Por toda a parte, em todas as calçadas onde se juntam dois creados, ahi esta o jogo; sentam-se dois jogadores, levantam-se dois ladrões. Em toda a parte.<sup>21</sup>

Conter os jogos de azar e seus jogadores tratava-se de *Medidas que se impõem*<sup>22</sup>. Sobretudo, em relação à criadagem que por meio de um processo educativo de boas maneiras evitaria sua corrupção, e porventura, problemas para seus patrões. Quando estas não atingiam sua meta, usava-se de métodos mais coercitivos. Em 1927, Manuel Benício Filho, auxiliar do então presidente do Estado do Rio Grande do Norte, José Augusto, intervinha em Mossoró mandando ordem para inibir e proibir o jogo do bicho. As ordens foram empregadas pelo Tenente Laurentino e por Rodolpho Fernandes<sup>23</sup>, presidente da Intendência Municipal de Mossoró na época. Tal intervenção era descrita de modo entusiasmado pela matéria. Pois, de acordo com a mesma, coibia a grande quantidade de bancas de jogo do bicho que havia na cidade.

Já não se vêem as sem numero de bancas que em cada café, bilhar, barbearia e bodegas, expunham as suas cademetas a cargo de um desocupado, para caçar os nikes do pobre jornaleiro, do proletario incauto, do commerciante ambicioso e da criadagem sem confiança. Os cambistas que enfestavam as nossas ruas estão desaparecidos, sendo que

<sup>20</sup> Jornal O Mossoroense, janeiro de 1909, p. 1, c. 4.

<sup>21</sup> Jornal O Mossoroense, 22-06-1910, nº 231, p. 4, c. 2

<sup>22</sup> Jornal O Mossoroense, 14-04-1927, nº 835, p.1, c. 1-3.

<sup>23</sup> Rodolpho Fernandes foi presidente da Intendência Municipal de Mossoró no período de 1926-1928.



a acção da polícia tendo a frente o valoroso Tent. Laurentino, secundada pela assistência do Cel. Rodolpho Fernandes, ainda se tornará mais enérgica si se verificar a transgressão de suas ordens, pois qualquer pessoa que fôr encontrada bom “*poules*” do “jogo do bicho” será autuada imediatamente afim de responder pelo crime da contravenção, estatuído no Código Penal.<sup>24</sup>

Retirar os cambistas que “*enfestavam*” as ruas era uma forma de higienizar o espaço citadino, livrando-o do “vírus” que infectava o jornaleiro, o proletário, o comerciante tornando-os viciados em apostas do jogo do bicho. O vício poderia ocasionar outros sintomas e com eles mais problemas sociais como o furto, pois a associação entre jogo e roubo era frequente no jornal, brigas. Sendo assim, a acção do Tenente Laurentino tanto teve um carácter de coerção como de prevenção, pois evitava a proliferação de bancas de jogo do bicho e, assim, os males associados a elas.

### 3.3. O vício dos vícios: o amor às damas

Depois disso, a nota prosseguia falando de outras “*Medidas que se impõem*”, como o fechamento de um cabaré na Avenida Tavares de Lyra. As prostitutas, assim como os adeptos de jogos de azar, eram habitantes indesejáveis em uma cidade moderna. Tais habitantes quando apareciam nas páginas do jornal eram descritos de modo pejorativo, sendo sempre colocados como alvo de intervenção dos higienistas e da polícia. Descritos para serem corrigidos, controlados, transmutados, quando possível, no cidadão desejado.

Não houve uma voz, única, autorisada, em Mossoró, que se rebelasse contra o acto de energia, de criterio e moralizador do cel. Rodolpho Fernandes em mandando fechar o ‘Cabaret’, da Avenida Tavares de Lyra. Os applausos vieram de todos os lares, de todos os chefes de repartições, de todos os representantes do commercio, do povo, enfim. O sr. Prefeito de Mossoró não está arrependido do seu gesto digno. S. Excia. não quer sò sanear Mossoró materialmente; o patrimonio moral desse povo deve ficar tambem integrado. Abrindo-se, então, um hiato nos bons costumes da terra, era necessario que o poder administrativo se levantasse, como autoridade competente para fazel o, afim de extirpar logo o cancer antes de combalir o organismo.<sup>25</sup>

A presença do cabaré era descrita pelo jornal como um mal existente na sociedade mossaoroense, um câncer que podia corroer a sociedade, portanto, devia ser extirpado antes que se

<sup>24</sup> Idem, p. 1, c. 1-2.

<sup>25</sup> Idem Ibidem, p. 1, c. 2.

alastresse. A tarefa de extirpá-lo foi executada por Rodolpho Fernandes, presidente da Intendência Municipal, entre os anos de 1926-1928, cujo governo foi marcado por reformas estruturais na cidade a exemplo do calçamento de algumas ruas, criação de jardim público. Sua ação governamental, como mostrava a matéria, não se restringia às reformas estruturais, mas também atuava no “*patrimônio moral*” dos mossoroenses ao retirar o cabaré da avenida e proibir o jogo do bicho. De acordo com a matéria, o projeto de modernidade não era algo referente apenas ao lado material da cidade; o lado do sensível, das práticas do dia-a-dia, também deveria ser normatizado e reeducado. Isso nem sempre significava mudanças efetivas, muitas vezes correspondia ao simples afastamento imediato do olhar, ou seja, afastar as práticas tidas como negativas para longe do centro, longe dos espaços mais urbanizados e colocados na periferia, local provável para onde se mudou o cabaré da Avenida Tavares de Lyra<sup>26</sup>.

Não digam os pseudos pregadores de direitos constitucionaes que o acto da policia e da Prefeitura de Mossoró foi um attentado á liberdade individual de alguém. Que assim o reclamar é porque fecha os olhos para não enxergar que desse livre e arbitrario exercicio da acção pessoal do individuo podem derivar perigos sociaes. É então que a policia, como actividade administrativa pode usar de meios coercivos afim de prevenir não só a manutenção da ordem publica interna, como de prover a defeza contra os perigos que a ameaçam.

Ora, um ‘Cabaret’, funcionando ás escancaras numa das ruas mais centraes de nossa cidade só pode ser u’a ameaça aos bons costumes de nossa gente, já desviando os moços do commercio de algumas horas de estudo, já implantando nos lares quando não serias desavenças, algumas desconfianças, já arrastando á depravação quantas criaturas incautas e dignas de melhor sorte. E a ‘importação’ de elementos novos que esse estabelecimento attrae!...<sup>27</sup>

A matéria não aceitava posicionamento contrário a retirada do cabaré do centro da cidade. Para aquela, colocar-se contra a ação de Rodolpho Fernandes era fechar os olhos para os muitos perigos que a casa das madalenas poderia oferecer a Mossoró. Para evitá-los, era justificável que a polícia, representada pelo Tenente Laurentino, usasse a força física coibindo, assim, as práticas nomeadas como despudoradas que ameaçavam os bons costumes, as famílias de direito.

Fica claro, ao longo da matéria *Medidas que se impõem* que não havia o desejo de acabar com a prostituição, não era objetivo adquirir outra atividade para as madalenas residentes

<sup>26</sup> A avenida Tavares de Lyra fazia parte do perímetro urbano de Mossoró, este era limitado por aquela avenida, pelo Palácio Episcopal até a Estrada de Ferro, Baixa dos Carvalhos e Avenida Paredões.

<sup>27</sup> Idem, ibidem p. 1, c. 3 (Grifos do autor).

no cabaré da avenida Tavares de Lyra, o que se desejava era ditar, minimamente, um padrão de comportamento para as pessoas que frequentavam e residiam no centro da cidade.

Em oposição a essas habitantes nomeadas quase sempre de mulheres de vida fácil, madalenas, prostitutas; e aos adeptos dos jogos de azar, o jornal idealizava um modelo de habitante diferente cujas características presentes eram praticar esportes, trabalhar, não ser entregue aos vícios do fumo e da bebida, ser saudável, saber andar de modo elegante pela cidade, ser higiênico. No caso das mulheres, estas, além disso, deveriam ser recatadas, voltadas para o lar e para a educação dos filhos.

### 3.4. As senhorinhas desejadas pelo jornal O mossoroense

Todo o avanço de vida promovido pelos ventos da modernidade não era suficiente para o jornal acreditar que o progresso econômico e social poderia prosseguir alheio a uma ordem moral compartilhada e difundida a todos para uma vida em harmonia. Por isso, a mulher era personagem sempre a ser conquistada e educada, delineada e idealizada nas páginas do jornal O Mossoroense. Mulher<sup>28</sup> recatada, meiga, romântica, toda emoção, voltada para o lar, o cuidado com as crianças e devotada ao marido.

Nas suas relações sociaes, a discreta attitude nas acções de somenos importancia e nas mais delicadas, impuzeram na ao conceito e admiração geraes.  
Terra feliz, felizardo povo, em que se encontra deidade, como a que alludo, e muitas outras, de [ilegível] preciosas virtudes!  
Não lhe declino o nome, nem as iniciaes por temer susceptibilisar a sua requintada modestia.  
Traçando-lhe o perfil, sinceramente convicto, rendo-lhe este culto de dulia, por contrastarem attitudes tão dignas que a caracterisam com as frivolidades das senhorinhas de hoje, senhorinhas da moda escandalosa, nas grandes urbs onde a civilização hodierna substitui a sinceridade pelo disfarce, a modestia pela leviandade, a innocencia pela desonestidade, a toilette respeitosa pelos trajos indecorosos.  
Malfadada civilização!  
C. AMOROSO.<sup>29</sup>

Segundo C. Amoroso, a civilização<sup>30</sup> modificou hábitos, mais precisamente, o modelo de mulher recatada e voltada para o lar. Ao criticar a civilização, o escritor questionava também o perfil feminino composto a partir das mudanças vivenciadas pela cidade. Mossoró tem

<sup>28</sup> A mulher mossoroense é louvada pela história local por ter sido a primeira mulher brasileira a votar.

<sup>29</sup> Jornal das Moças. In: O Mossoroense, 30-03- 1930 n.981.

<sup>30</sup> Aqui o autor entende como sendo civilização, a modernidade e as mudanças proporcionadas por ela.

“*senhorinhas de moda escandalosa*” que faziam uso de disfarces, eram levianas, desonestas, usavam trajes indecorosos.

Esse perfil de mulher confrontava-se com o da mulher recatada, modesta, preocupada com as obrigações do lar. De acordo com C. Amoroso, em Mossoró era possível encontrar uma mulher que tivesse discrição e delicadeza em suas ações. Por tê-la entre seus habitantes, Mossoró era “*terra feliz*” e seu povo era “*felizardo*”. Ao comparar os modelos de mulher discreta e a de trajes indecorosos, o autor não apenas confrontava posturas femininas, mas também, modos de vida, modos de viver na cidade nomeados e significados pelo jornal.

Este, ao descrever e nomear, estabelecia modelos a serem criados e outros a serem evitados. Isso não estava desprovido de interesses, pelo contrário trazia consigo a visão de mundo dos colaboradores do jornal bem como seus planos e projetos de cidade.

A cidade moderna, tida como responsável por mudanças nos costumes<sup>31</sup>, trazia a mulher para o espaço público. Este era controlado e normatizado de modo a delimitar as andanças da mesma pela cidade.

[...] quanto mais ela [a mulher] escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, do sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.<sup>32</sup>

A mulher saía à rua, mas não sozinha, levava inscrito em sua mente e corpo as normas de uma educação feminina que enfatizava a importância de cuidar da casa, de realizar gestos comedidos, falar pouco, ser prendada, preocupada com a prole, quando esta existia, e com o bem-estar do marido, ter coração puro, diferenciando-se da impulsividade e rudeza do homem.

#### DE CORAÇÃO A CORAÇÃO

Délia:

Pede-me um conselho onde o teu coração amargurado encontre balsamo que o suavise. Pudesse eu dár-t'o!...

A ferida que nos causa a ingratidão na sua feros inconsciência, dóe tanto que não ha remédio que a cicatrize. E só poderá minorar-lhe alguma cousa a dor, o tempo que tudo destróe.

Sendo assim, eu nem sei o que deva dizer-te.

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JR. 2003.

<sup>32</sup> RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 63

Actualmente com a civilização os sentimentos humanos se adoçaram mais. Já não ha aquella crueldade que fazia dos homens, fêras. Mas eu quasi tenho a convicção de que esses sentimentos barbaros persistem ainda como uma [ilegível] no fundo do coração de todos os homens; que ás palavras brandas e delicadas da gente de hoje não são mais que estofos suaves escondendo os espinhos que cada um occulta no seu intimo para ferir os outros. Será muito pessimismo. Mas que hei de dizer se a cada passo a respeito de amizades só tenho encontrado desillusões as mais amargas?

[ilegível] a ansia universal da felicidade. Só o serás sendo bôa. Isto é, tolerando e perdoando tudo. No despreendimento – que é bem um grande sacrificio, – de todas as nossas paixões, no sopitamento das intimas rebelliões, é que conseguiremos tornar-nos felizes com a felicidade quieta e resignada dos que nada de grandioso, de bello e de bom esperam desse mundo.

Tua  
YOSEMITE<sup>33</sup>

Um conselho foi pedido para acalmar um coração desiludido. Meta difícil de ser cumprida, segundo Yosemite, pois as palavras nem sempre eram capazes de amenizar a dor. Apesar de a civilização<sup>34</sup> ter “adoçado” os sentimentos, mais precisamente, os dos homens, estes ainda eram “fêras” providas de “*sentimentos barbaros*”, fazendo com que os mesmos manifestassem agressividade, impulsividade, enfim, seus instintos. Não podendo modificá-los, a mulher deveria aprender a relevar, a tolerar, a perdoar, só assim seria feliz.

O Jornal das Moças, adendo de O Mossoroense, ao publicar conselhos, como o oferecido a senhorita Délia, criava, reforçava e naturalizava papéis femininos e masculinos. Papéis dicotômicos, nos quais o homem tinha uma essência rude, encontrada “*no fundo do coração*”, suavizada, mas não eliminada, pela educação. Para Yosemite, havia uma natureza masculina marcada pela agressividade e impulsividade, em oposição à feminina, caracterizada pela bondade, tolerância, capacidade de perdoar o mal que lhe faziam. Por portar tais predicados deveria fazer uso dos mesmos para viver em harmonia em seu lar. As mulheres que apresentavam

<sup>33</sup> Jornal das Moças.nº 2. IN: Jornal O Mossoroense, 31-03-1929, nº 925.

A matéria acima foi publicada no jornal das moças, tal jornal tratava-se de uma seção semanal dentro do jornal O Mossoroense. Ocupava uma parte no quanto superior da segunda folha do jornal. Dentre os anos que pesquisamos no jornal que foram de 1872-1876 (primeira fase) e 1902-1930 (parte da segunda fase), o jornal das Moças só apareceu no ano de 1929. Não conseguimos ler todas as publicações devido ao estado, às vezes, precário do jornal bem como pela ausência de alguns exemplares desse ano. Mesmo havendo essa ausência, é possível construirmos o modelo de mulher que o jornal idealiza: sensível, muito mais emoção do que razão, romântica chegando a idealizar o amor. Mulher que espera. É um jornal voltado, como o nome fala, para a educação sentimental das moças. Os textos publicados nesse espaço são assinados por nomes femininos. Infelizmente não conseguimos identificar se se trata de nomes reais ou pseudônimos assumidos seja por homens ou por mulheres. Alguns textos têm o tom de conselho, são respostas as perguntas e as angústias de jovens que escrevem para o jornal.

<sup>34</sup> Norbert Elias em seu livro O Processo Civilizador, discute a forma como a civilização educa o homem de modo a este ter um controle sobre seus instintos naturais, adquirir pudor, controlar suas emoções e desejos. A civilização poda o homem e o “domestica”. Ver: ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Volume I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

um perfil diferente do idealizado e descrito no jornal O Mossoroense eram vistas como desviantes, a exemplo das prostitutas do cabaré da avenida Tavares de Lyra. Os perfis de homem e mulher eram reforçados pelo discurso médico.

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.<sup>35</sup>

O médico Aprígio Camara<sup>36</sup>, a convite da União de Moços Catholicos de Mossoró, fazia uso das páginas impressas do jornal O Mossoroense para exaltar o papel da mulher e sua importância na sociedade. Segundo o médico, a mulher deveria ser educada para os cuidados com o lar e a criação dos filhos. Sendo assim, esta precisaria ter noções a respeito do desenvolvimento da criança, pois contribuiria na hora de escolher a melhor alimentação a ser oferecida aos filhos em cada fase. Além do alimento, as roupas deveriam ser selecionadas de modo a atender as condições climáticas, por exemplo, agasalhos no inverno e peças leves no calor do verão. Assim como, o cardápio diário e as vestimentas, os jogos e as brincadeiras infantis deveriam ser escolhidos objetivando estimular o desenvolvimento mental da criança.

[...] horas de diversões e de exercícios, seja quanto ao ponto de vista do mais conveniente, seja quanto á escolha daquelles demais accentuado caracter educacional; a escolha de jogos infantis antes da época escolar, quaes possam alliar o lado hygienico com os ensinamentos elementares de geometria, historia, geographia, sciencias praticas, etc., afinal, o desenvolvimento normal dos orgams, contribuindo ao desenvolvimento mental – tudo isto tende a exercer uma influencia tão profunda nos destinos da America, que quaesquer sacrificios feitos amadurecerão em fructos de uma productividade espantosa.<sup>37</sup>

Para que as mães soubessem fazer as escolhas certas durante o processo de criação e de educação dos filhos, era necessário, segundo o médico Aprígio Camara, que as mesmas fossem esclarecidas.

<sup>35</sup> RAGO, op. cit. p. 75

<sup>36</sup> Fazemos referência a matéria O lar e sua missão educativa publicada no Jornal O Mossoroense nas primeiras páginas dos números 777, 778, 779, 780.

<sup>37</sup> Jornal O Mossoroense, 18-10-1925, nº 1925, p. 1, c. 5

A dignidade das mães é a maior das dignidades, e o seu exercício que é um verdadeiro apostolado de paciência e de amor, para a sua eficiente plenitude, não pôde prescindir dos clarões do estudo da criança. No sentido desse esclarecimento, em todo o ponto indispensável, fundam-se instituições especiaes como a *Escola Doméstica*, de Natal, e *As Escolas para as Mães*, com que os Estados Unidos veem de aprimorar a sua já extensa obra educativa.

Na criação de educandários officiaes dessa natureza está, a meu ver, a fórmula da intervenção do Estado no aperfeiçoamento da vida intima da família, concorrendo desse modo, para que a Pátria se vá transformando por intermedio das mães.<sup>38</sup>

O Estado, auxiliado pelo saber médico que adentrou nos lares, conseguiu capitanear as famílias mossoroenses, principalmente a mulher, para servir aos seus propósitos. Isto é, higienizar a cidade, retirar dela os perfis de habitantes indesejados, inclusive expulsa-los para fora do centro, demolir casebres velhos tidos como enfeando o espaço citadino, adquirir elementos proporcionadores de conforto e produtores de novos hábitos como o cinema, a luz.

Para que a família fosse transformada em aliada do Estado na batalha pela modernização e higienização da cidade, foi preciso educar seus membros bem como incutir em cada um deles a importância social, mais precisamente a missão que a família deveria executar enquanto formadora de cidadãos saudáveis, educados e aptos a servir ao Estado, quando solicitado.

Sendo assim, ao lar (aqui usado como sinônimo de família) foi atribuído a função de educar a criança, incutir nelas bons comportamentos e bons hábitos. Pois, de acordo com Camara, “[...] a primeira das escolas é o lar domestico. É incontestavel a influencia que elle exerce sobre todos os individuos, desde a recém-nascença até o termo da idade núbil.”<sup>39</sup>

A educação do lar iniciava pela educação da mulher. Isso ficou explícito em diversas matérias publicadas no jornal O mossoroense. Uma delas intitulada *Educação da família*, publicada em 1911, é bastante significativa, pois expõe o perfil da mulher:

A mulher é a base da harmonia social, a peanha onde se firma o progresso moral das nações e a força que impulsiona a humanidade para o zenith da perfeição.

Sua acção é benéfica, e em todas as epochas, em todos os lugares ella tem apparecido impellindo o desenvolvimento da humanidade. E se é o homem que segura nas redeas do governo, é, porém, a mulher quem lhe dirigi os passos, pela influencia que sobre ele exerce.

Está provado que o character moral do homem fórma-se na athmosphera da família, e é a mãe quem lhe semeia n’alma todos os sentimentos bons.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Jornal O Mossoroense, 25-10-1925, nº 779, p. 1, c. 6.

Para educar sociedades nobres é necessario se educar muito bem o espírito da mulher, porque della e só della depende a formação do caráter dos homens.<sup>40</sup>

Segundo a matéria, a mulher era responsável por impulsionar a humanidade para a perfeição, pois a ela atribuíam a função de educar, cuidar, criar, incutir nos filhos e filhas as normas sociais e culturais. O palco de atuação da mulher era o lar, enquanto ao homem era atribuído o espaço público onde adquiria recursos necessários para sustentar a família. Sendo estes, administrados pela esposa-dona-de-casa-mãe-de-família que desde cedo fora preparada por seus pais e pela sociedade para amar o lar, colocar os interesses do marido e dos filhos em primeiro plano. Pois, *“A menina de hoje é a mãe de família d’amanhã, e, assim é, necessario que os paes lhes ensinem tudo que é preciso uma bôa dona de casa saber.”*<sup>41</sup>

Sendo assim, os pais deveriam ensinar as filhas a serem econômicas. E ser econômica significava em grande medida realizar certas atividades em casa como lavar, passar, costurar, cozinhar, objetivando evitar a contratação de outras pessoas e, assim, poupar o dinheiro do marido. Além de ensiná-las a parcimônia, os pais educariam as filhas a terem comedimento com relação à vaidade. Pois, a demasia poderia ser confundida com práticas realizadas por mulheres públicas, ou seja, prostitutas. A vaidade da dona de casa não deveria concentrar-se sobre si mesma, mas sobre os cuidados com os filhos, com o marido e com a casa. As danças, os bailes, as novidades trazidas pela última moda não formavam futuras mães. A matéria aconselhava aos pais incutir em suas filhas, futuras mãe e esposas, o amor pelo lar e o desprezo pelas futilidades do mundo.

Incuti no espírito de vossas filhas que ellas devem aprender a cuidar dos arranjos da casa e não viver de bailes, de theatros, de festas, porque d’ahi não é que sahem as boas mães de família, estas que fazem a alegria do lar e a futura felicidade dos filhos.<sup>42</sup>

O espaço reservado para a mulher, mesmo antes de casar, era o lar, sua primeira escola, nele aprenderia a cuidar da casa, ou seja, cozinhar, lavar, passar, coser. Os bailes, as sessões de teatro, as festas não educavam as jovens senhoritas para a missão de cuidar do lar, porém, para a vida mundana. Espaço reservado não para as senhoritas e senhoras de família, mas, para as madalenas, cujos perfis foram criados e expressos nas páginas do jornal em oposição à mulher

<sup>40</sup> Jornal O Mossoroense, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 1.

<sup>41</sup> Idem, p. 2, c. 1.

<sup>42</sup> Jornal O Mossoroense, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 2.



recatada. De acordo com Margareth Rago<sup>43</sup>, a prostituta era pensada como negação da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, como uma ameaça constante “*a boa ordem do mundo masculino.*”<sup>44</sup>

Segundo a matéria, que mais parecia um catecismo de como transformar uma menina em dona de casa, as noites em bailes eram responsáveis por

Estragar a saúde, perder as energias nas vigílias das festas, quando o lar reclama a presença da mãe de família, porque tudo ali vae desordenado, é um crime no presente e uma grande desgraça para o futuro, porque a mãe de família deve trazer o seu lar confortável e não dissipar a vida em diversões que só podem fazer a ruína de seus descendentes e a sua propria desventura.<sup>45</sup>

A matéria seguia dizendo que:

E as sociedades precisam de boas mães de família e não de bailarinas ou manequins de salões.

Educae as vossas filhas, ensinac-lhes que a sociedade precisa de mulheres instruídas e trabalhadoras para poder produzir homens de bem e cidadãos uteis.<sup>46</sup>

As bailarinas e as manequins eram perfis femininos associados à vida mundana das cidades modernas. Espaço onde algumas mulheres criavam novos comportamentos como o de sair às ruas sozinhas; vestir-se com roupas deixando a amostra partes do corpo, a exemplo dos tornozelos; possuidoras de pouco pudor e recato, por isso, tidas como o contrário do modelo delineado pelas páginas impressas de *O Mossoroense*. Ao criticá-las de modo tão efusivo, o jornal também criticava algumas modificações proporcionadas pela vida citadina, a exemplo dos homens que se entregavam aos vícios do jogo e da bebida, os jovens que já não queriam viver do mesmo modo que os pais e os avôs, mas, criarem novas formas de ser e viver na cidade.<sup>47</sup>

Em contrapartida, ao defender o perfil de mulher recatada, *O Mossoroense* falava do modelo de cidade que almejava, ou seja, uma urbe na qual os papéis de gênero fossem bem definidos; onde os jovens reproduzissem as práticas sociais aprendidas com seus genitores e educadores; onde o homem transitava e dominava o espaço público, enquanto a mulher administrava e harmonizava o lar, cuidando da saúde de todos. Seu papel voltado ao lar não era

<sup>43</sup> RAGO. Op. cit..

<sup>44</sup> Idem, p. 90

<sup>45</sup> *Jornal O Mossoroense*, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 2.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Ver ALBUQUERQUE JR. Op. cit.

discrepante do de votante. Segundo Celina Guimarães, primeira eleitora mossoroense e brasileira, em entrevista concedida ao O Mossoroense, o direito de votar não afastava a mulher do lar. “*A demais bem o sabe que no exercicio de taes direitos a mulher não declina de sua magestade na vida domestica; ella ali, tomando parte na administração publica, completa a sua educação, serve a sua Patria.*”<sup>48</sup> Mesmo estando no espaço público, a mulher deveria trazer consigo o que aprendeu no lar e exercer as atividades públicas que a elas foram entregues, no caso votar, com o mesmo cuidado, a mesma lógica utilizada em casa. Para que a mulher e o homem idealizados transitassem pela cidade era necessário que esta fosse higienizada e ordenada.

### 3.5. Uma cidade higienizada para um habitante higienizado

Manter o espaço citadino limpo era uma preocupação constante. Vemos isso nas proibições e normatizações presentes nos Códigos de Postura Municipais<sup>49</sup> dos anos de 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940<sup>50</sup>. Algumas das leis proibitórias foram publicadas no jornal. Estas quase sempre vinham em meio a alguma notícia na página dois ou entre propagandas na página três.

As normatizações criadas pela prefeitura versavam sobre a circulação de animais no perímetro urbano, o tráfego de carros, nas décadas de 1910 e de 1920, o banho público no Poço das Pedras, limpeza dos terrenos e ruas. A proibição da criação de suínos soltos nas ruas estava prevista desde o ano de 1881, como podemos ver no código de postura desse ano: “*Art. 40º. – Fica prohibido a criação de suínos soltos nas ruas d’esta Cidade e também nos sítios d’este Município, onde a criação de ditos animaes possam prejudicar as bebidas; pena de cinco mil reis (5:000)*”.<sup>51</sup> Tal proibição expressava a tentativa de higienizar a cidade, dando a mesma um aspecto menos rural e mais urbano.

Dezessete anos depois, essa proibição era expressa e reforçada no Código de 1908, vejamos:

<sup>48</sup> VOTO FEMININO. In: Jornal O Mossoroense. 2 -09-1928 n.898

<sup>49</sup> Trabalhamos com os códigos compilados e publicados pela Coleção Mossoroense, Série “C”, Número 1192, julho de 2002.

<sup>50</sup> Apesar da distância temporal entre as edições dos Códigos de Posturas Municipais de 1888, 1908, 1940, podemos através da leitura e análise dos mesmos coletar dados a respeito da cidade de Mossoró, mais precisamente, a respeito das normatizações estabelecidas pela municipalidade.

<sup>51</sup> Códigos de Postura do Município de Mossoró: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série C, No. 1192, julho de 2002. p. 49.

Art. 80º – É proibido expressamente a criação de porcos no bairro da Cidade  
 § 1º. – Os infractores pagarão a multa de 5.000 a 10.000 por cada suíno encontrado em muros e quintaes e 3:000 a 5:000 nas ruas e praças, e o dobro nas reincidências.  
 § 2º. – Os porcos encontrados em qualquer parte do bairro da Cidade serão apreendidos e arrematados por conta da Municipalidade, se seus donos não apparecerem para pagar a multa.<sup>52</sup>

Mesmo havendo a proibição e a punição para os possíveis infratores, o Jornal O Mossoroense do dia 22 de junho de 1910 publicava nota reclamando do tráfego de suínos nas ruas da cidade.

#### Porcos na rua

Certo dia transitavam por algumas ruas desta cidade, com o maior desassombro, diversos porcos, contra todos os preceitos das leis municipais, o que foi testemunhado por dois illustres membros do poder executivo que se achavam em intima palestra na Pharmacia Rosado, causando-lhes desagradavel surpresa.  
 É que, naturalmente, o casal de porcos andava a procura dos srs. Fiscaes para se tratar de assunto referente a limpeza publica da cidade.<sup>53</sup>

A presença desses animais na rua mostrava que apesar da existência dos Códigos de Posturas Municipais e da tentativa de fazer com que os mesmos fossem cumpridos (uma das formas de incitar o cumprimento deles eram as possíveis punições como as multas e prisão), existiam as burlas, existia outro lado da cidade que resistia às regras e tentativas de normatização. Isso significava que a cidade de Mossoró não era somente vivenciada pelas pessoas que faziam as leis, que idealizavam a mesma, a exemplo dos escritores do jornal O Mossoroense, também havia os habitantes que burlavam as normas. Quem era esse habitante? Onde ele morava? Por que os porcos incomodavam?

Infelizmente nossas fontes não nos permitem responder as perguntas acima, mas para a última podemos traçar suposições. Os porcos ao andarem nas ruas estavam maculando a ideia de cidade limpa e higienizada que compunha o perfil da urbe moderna. No Código de Postura do ano de 1908 havia a especificação do lugar onde era permitida a criação de porcos. Esta era restrita a certos bairros de Mossoró, como podemos ver no artigo 81º. “*Art. 81º. – É permitida a criação de porcos nos bairros do Canto, Matadouro e Campo Santo, somente em possilgas e quintaes.*”<sup>54</sup> Isto é, em bairros mais afastados do centro da cidade.

<sup>52</sup> Idem. p. 74.

<sup>53</sup> Jornal O Mossoroense, 22-06-1910, nº 231, p. 4, c. 2.

<sup>54</sup> Códigos de Posturas Municipais. Op. cit. p. 74

Sendo assim, havia espaços permitidos e não permitidos dentro da urbe. Os porcos não eram permitidos nos bairros mais centrais onde moravam as famílias mais abastadas, onde o comércio era realizado, uma vez que muitas casas comerciais ficavam nas ruas centrais da cidade. Essa distinção nos faz pensar que não havia uma cidade única. Existia a cidade ordenada, idealizada, organizada de modo a ser vendida como cartão postal, a ser mostrada aos visitantes e habitada pela elite local adepta da modernidade. A outra cidade, a afastada, aparecia nas páginas impressas quando se chocava com a urbe idealizada e normatizada pela municipalidade.

Nessa cidade idealizada, a presença de porcos e de outros animais, como jumentos, nas ruas era tida como empecilho ao tráfego de pessoas e um risco a higiene urbana. Esta não deveria estar expressa somente nas ruas, precisava ser estendida aos alimentos, como vemos na nota publicada em 1903:

Leite com agua!

Chamamos a especial atenção dos fiscaes da municipalidade para as vendas de leite que, diariamente se consomme nesta cidade, pois a maioria desses leites contem boa porção d'agua.

.....  
 É preciso, pois, toda a vigilancia com os mercadores.  
 Virifique-se, constantemente, o leite exposto a venda e derrame se todo o que practica nas cidades policiadas, e já se acabam com taes abusos.  
 Esperamos seja tomada esta medida de ordem publica.<sup>55</sup>

Depois da reclamação, o jornal noticiava com satisfação a atuação do fiscal municipal fiscalizando os vendedores de leite.

FISCAL PERGENTINO

É diga de louvor a attitude deste zeloso funcionario municipal, que tem tomado na devida consideração a fiscalização do leite, derramando todo o que encontra com qualquer vicio.  
 Continue assim que vae muito bem, e prestará grande serviço a população que só comprava *agua de leite*.<sup>56</sup>

Uma alimentação contaminada colocaria em risco a saúde da população bem como o ideal de homem saudável, forte, cheio de vigor para o trabalho e para lutar pela cidade quando fosse solicitado.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> Jornal O Mossoroense, 30-04-1903, nº 22, p.2. c.2.

<sup>56</sup> Jornal O Mossoroense, 13-05-1903, nº 23. p3.c.3.

Assim como o leite que deveria ser puro, o mercado público deveria ser limpo. A criação do primeiro mercado público de Mossoró, segundo Raimundo Nonato<sup>58</sup>, foi solicitada no ano de 1875 através da Lei nº. 739. Sua obra foi concluída no ano de 1877.

Em 1903, encontramos nas páginas de O Mossoroense uma nota referente à reforma no prédio do mercado municipal:

#### MERCADO PUBLICO

Este edificio municipal está passando por algumas melhoras de conservação de que tanto precisava.

Opera-se, ao mesmo tempo, uma caiação geral neste estabelecimento.

Vem a propósito lembrarmos o imprescindível mictório de que já fallámos, e pedimos que se lancem tambem vistas sollicitas para as bancas, balanças, cepos, e os mais referentes ao talho da carne.

São medidas uteis e necessarias, que confiamos sejam executadas em bem do publico.<sup>59</sup>

Além das medidas estéticas, como a pintura das paredes do mercado, outras medidas foram solicitadas, algumas apenas de cunho higiênico, a exemplo da exigência de vistoriarem as bancas, cepos e os demais locais onde eram realizados o talho da carne, objetivando evitar contaminação da mesma; outras medidas assumiram também o aspecto moralizador, como o pedido para construção de um mictório. Este não visava somente acabar com os odores negativos ocasionados pela urina das pessoas que trabalhavam ou frequentavam o mercado, além disso, buscava educá-las a adquirirem práticas de pudor ao realizar suas necessidades físicas bem como ao expor seu corpo diante dos olhares dos desconhecidos. A tentativa de moralizar não se resumia a construção de um mictório, o comportamento apresentado dentro do mercado precisava ser contido e educado.

#### Mercado Publico

Não pode continuar a 'cachorrada' que se costuma fazer neste estabelecimento [divertimento de cachorros com bexigas à cauda] com tamanha vozeria capaz de atordoar o próprio diabo.

<sup>57</sup> A população mossoroense colocou-se a serviço e defesa de Mossoró no ano de 1927. Data da invasão de Lampião na cidade. A população para defender suas vidas, casas e a cidade armou-se, concentrou-se na Igreja de São Vicente e na casa de Rodolpho Fernandes, prefeito a época, lutou e resistiu ao bando de Lampião. O mesmo saiu da cidade com baixas no bando. Esse acontecimento é toda pelos memorialistas e pela história local como sendo um marco histórico e instaurador de identidade, isto é, a identidade de cidade corajosa, amante da liberdade.

<sup>58</sup> NONATO. 1973. Op. cit.

<sup>59</sup> Jornal O Mossoroense, 14- 02-1903, nº 17, p.2, c. 3

Costumam tambem, as vezes, dar pateadas a chocalhos e batusques de latas em pessoa de fora que vae vender alli sua mercadoria, com o fim exclusivo de arredar a competente, impossibilitando, com semelhantes actos, a frequencia de familias ao mercado, deprimindo des'arte os foros de uma cidade civilisada.

Individuos que assim procedem devem corrigir se, ou precisam, então, de CORREÇÃO.<sup>60</sup>

As brincadeiras praticadas no mercado público eram interpretadas pelo jornal O Mossoroense como sendo perniciosas para a manutenção da ordem em um estabelecimento público que queria receber em seu recinto famílias ao invés de indivíduos de conduta suspeita. Sendo assim, a brincadeira da “cachorrada” e o batusque de latas, para afugentar os vendedores desprovidos de permissão para vender no mercado, eram descritas e nomeadas como um ataque a cidade civilizada, mais precisamente, um ataque ao ideal de civilidade delineado pelo. Este entendia a civilidade e a nomeava como sendo o resultado de práticas higiênicas, bons costumes, habitantes educados e ordeiros, aquisição de elementos da modernidade a exemplo da construção de prédios seguindo as noções de circulação de ar, como o mercado público.

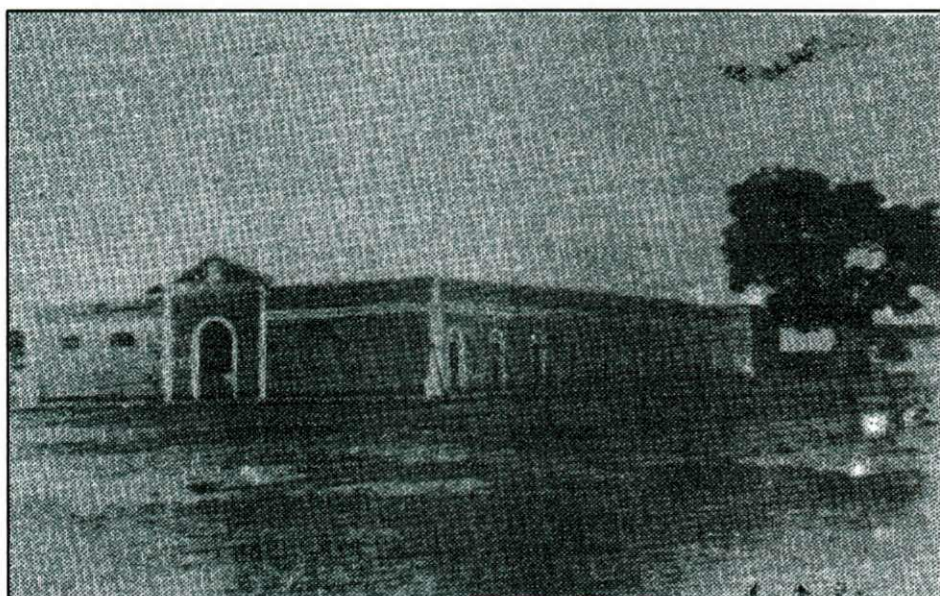


Imagem 9 – Mercado Público Municipal. 1903  
Fonte- NONATO, 1973. Op. cit.

<sup>60</sup> Jornal O Mossoroense, 21-07-1904, n° 52, p. 3, c. 3.



A inauguração do novo prédio foi noticiada no jornal O Mossoroense. “*Effectou-se no dia 31 do pp. a inauguração do novo prédio do mercado publico, reedificado no mesmo local do antigo, tendo tido bastante concorrência sua festa (ilegível).*”<sup>61</sup>

De acordo com Raimundo Nonato<sup>62</sup>, o prédio restaurado:

[...] era um edificio de sólida e moderna construção. Com várias ordens de quartos de comércio e açougues instalados em pedras de mármore, era dotado de amplas e extensas avenidas de circulação interna, dispondo de boa iluminação e ventilação bastante.<sup>63</sup>

Podemos perceber, a partir da citação, que o mercado fora reconstruído de modo a atender as ideias higienistas. Por isso, a preocupação com a circulação do ar, quartos separados para vender os produtos, pedras de mármore para facilitar a limpeza do ambiente, iluminação, espaço amplo de modo a propiciar melhor fluxo do ar, de pessoas e de mercadorias.<sup>64</sup> Estas reformas, indiretamente, serviam para reeducar por meio de medidas diversas pessoas pertencentes a lugares e camadas distintos da sociedade no momento que frequentavam o recinto do mercado a fim de adquirir mercadorias ou passear.

Além da limpeza do mercado, a das ruas também era uma questão importante, pois garantia higiene e boa aparência a Mossoró.

Em 19 de novembro de 1895 contrata-se com Antonio Pompilio de Albuquerque o serviço de Limpeza Pública por 2.400\$ por ano. É um avanço urbanístico. A limpeza seria feita quatro vezes por ano, em Março, Junho, Setembro e Dezembro, a começar do córrego do Canecão à baixa do Caetaninho, inclusive o caminho do Cemitério. Não só varrimento e remoção do lixo das ruas, praças, becos e travessas, como também a limpeza dos matos, nivelamento dos buracos, deixando apenas capim e relva. Duas vezes por semana as carroças percorriam determinadas ruas, fazendo-se anunciar pelas campainhas, recolhendo o lixo e cisco das casas e edificios da Cidade acomodados em vasilhas próprias. As carroças seriam cobertas. Começará o contrato de 1º. De janeiro de 1896 a 31 de dezembro de 1897.<sup>65</sup>

A contratação do serviço de limpeza pública, de acordo com Raimundo Nonato, representava “*um avanço urbanístico*” que procurava atender as necessidades impostas pelo

<sup>61</sup> Jornal O Mossoroense, 10-01-1908, p. 1, c. 2

<sup>62</sup> NONATO. 1973

<sup>63</sup> NONATO. 1973. p. 43.

<sup>64</sup> Para melhor ver a ideia de circulação do ar e de higienização dos lugares veja CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. E SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: O corpo e a cidade na civilização Ocidental. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

<sup>65</sup> CASCUDO. Op. cit.

crescimento da cidade. O simples passar da carroça coletora em dias regulares imprimia uma rotina aos moradores, além disso, ensinava-lhes outra maneira de relacionar-se com o lixo produzido em casa. O lixo que antes da coleta era enterrado nos quintais, queimado, ou abandonado em terrenos baldios passava a ser responsabilidade da municipalidade. Esta por medida higiênica começava a coletá-lo e a ensinar a população o modo correto de desfazer-se dele. Tal modo consistia em aguardar os dias em que a sineta da carroça do senhor Antonio Pompilio de Albuquerque tocava avisando a hora de recolher o lixo.

O serviço em 1913 ainda era realizado pelo mesmo senhor, devido à qualidade dos seus serviços a Municipalidade resolve renovar o contrato para o ano de 1914:

#### Limpeza Pública

Este ramo de serviço público, durante o triênio relatado [1911, 1912, 1913 – período correspondente ao governo municipal de Francisco Izódio de Souza] foi feita regularmente, por meio de contrato com o Sr. Antonio Pompilio de Albuquerque, que tem sido sempre zeloso, tornando-se assim merecedor de honrosa menção.

Com o mesmo já está contratado o aludido serviço para o ano de 1914.<sup>66</sup>

Apesar da qualidade apontada pelo relatório apresentado pelo intendente Francisco Izódio de Souza quando de sua saída da presidência da Intendência, o jornal O Mossoroense publicava nota no ano de 1913 queixando-se da qualidade da limpeza pública.

#### Limpeza porca

O serviço de limpeza da cidade por parte da meninada que se encarrega de varrer a rua, está sendo mal feito, tornando-se preciso a fiscalização do Sr. contractante, pois, varrem as ruas deixando os beccos na maior immundicie, e se alguém reclama, respondem que os beccos tem dias determinados para serem varridos.

Ora bolas...<sup>67</sup>

Possivelmente, não só os responsáveis pela limpeza deixavam as ruas imundas, como dizia o jornal, mas também alguns habitantes da cidade. Pois, encontramos notas no jornal exigindo eficiência por parte do fiscal de higiene da municipalidade:

<sup>66</sup> FILGUEIRA FILHO, Antonio; COUTO, Antonio Soares do; SOUZA, Francisco Izódio de; MOTA, Francisco Vicente Cunha da. Relatórios, leis e resoluções da intendência municipal de Mossoró: 1905 -1916. 2ª. ed. Coleção Mossoroense, volume CXXI, 1980. p. 107 (Grifos do autor)

<sup>67</sup> Jornal O Mossoroense, 6-04-1913 nº317 p. 2, c. 2



### Hygiene municipal

Chamamos a atenção do Fiscal do municipio para o péssimo estado de algumas privadas em diversas casas desta cidade, cujas exalações prejudiciaes só poderão trazer graves conseqüencias ao nosso estado sanitário. Esperamos providencias que o caso exige.<sup>68</sup>

Os redatores e colaboradores de O Mossoroense faziam uso constante das páginas impressas para expressarem suas opiniões a respeito da cidade inclusive das autoridades responsáveis por ela, exigindo destas atitudes moralizadoras, medidas higiênicas que podiam ser lidas como modernas. Mesmo que para tanto fosse necessário fazer uso de medidas enérgicas. Para O Mossoroense o que importava era que o fiscal municipal solucionasse o problema das exalações desagradáveis provenientes das privadas e que podiam transformar-se em foco propagador de doenças, (talvez) capazes de colocar em risco o modelo de cidadão higiênico e são idealizado para habitar o espaço mossoroenses.

No tocante a moralização do uso do espaço citadino, o jornal fazia queixas constantes aos banhos no Poço das Pedras. “*Chamamos a esclarecida atenção da Illa. Edilidade*<sup>69</sup> para que lance suas vistas para o banho do Poço das Pedras, evitando o escândalo que diariamente alli é presenciado pelos moradores das casas que ficam confronte a este.”<sup>70</sup> Para tanto, O Mossoroense recomendava a construção de um paredão na frente do Poço das Pedras, com o intuito de evitar a “[...] *continuação de uma cousa que tanto depõe contra a proverbial moralidade de nossa velha cidade.*”<sup>71</sup> Visando manter a moralidade da cidade, a Intendência Municipal, no ano de 1910, iniciava as obras de construção do paredão.

### Poço das Pedras

A Ille. Intendencia que já deu inicio a alguns melhoramentos no banheiro de servidão publica, cujo nome acima se vê, com a construção do paredão que tão bom rezultado tem dado, evitando ser o mesmo devassado ás vistas do publico, deveria, vez por outra, fazel-o visitar por um dos fiscaes a fim de evitar que alli se pescasse, estabelecendo ao mesmo tempo mais acceio, de que muito se resente aquelle banheiro que tanta utilidade tem trazido aos habitantes desta cidade, ha mais de um seculo.

<sup>68</sup> Jornal O Mossoroense, 5-03- 1909, nº 190, p. 1, c. 3

<sup>69</sup> Quem estava a frente da Intendência Municipal no ano de 1909 era Antonio Soares do Couto (1908-1910).

<sup>70</sup> Jornal O Mossoroense, 29-06-1909, nº200, p. 4, c. 2

<sup>71</sup> Idem, ibidem.

Não seria fóra de acerto que a Intendencia fizesse cercar todo poço na parte que comprehende – banheiro publico, o que tambem não lhe acarretaria grandes despezas, dando, entretanto, duplo valor a essa sua propriedade.<sup>72</sup>

A construção de um paredão não seria suficiente, de acordo com o jornal, para manter e preservar a moralidade bem como resguardar as famílias residentes nos arredores de modo a evitar que as mesmas vissem alguma cena indecorosa. Além do paredão, fazia-se necessário visitas por parte do fiscal para evitar que o poço, um banheiro de uso público, fosse usado como local de pesca.

Anos depois, o Poço das Pedras voltava a ser notícia no jornal. Este publicava uma resolução da Intendência Municipal normatizando os banhos no Poço.

#### Resolução

A Intendência Municipal resolve:

Art. 1º. – De acordo com a resolução de 5 de junho de 1916 e art. 84 do Codigo de posturas municipaes, continua facultado o banho publico no poço das pedras até a barragem da cidade, sendo porem, prohibido banhar-se depois das 4 horas d’amanhã.

Art. 2º. – O banho depois de 4 horas será permitido com roupa apropriada para tal fim, calção e camiseta.<sup>73</sup>

A delimitação de horário e roupas adequadas ao banho era uma postura impositiva da Intendência<sup>74</sup> para controlar as práticas tidas como despudoradas realizadas no Poço das Pedras. Apesar da proibição explicitada pela resolução, os banhistas tinham práticas discrepantes das determinadas pela Intendência. Vejamos o que o jornal noticiava

#### BASTA DE TANTO ESCANDALO! O BANHO NO ‘POÇO DAS PEDRAS’ ESTA LICENCIOSO COM VISTAS AS NOSSAS AUTORIDADES

Já não é a primeira vez que batemos nesta mesma tecla, attendendo aos insistentes pedidos dos moradores da Avenida Tavares de Lyra, para chamarmos a atenção das nossas autoridades, afim de que prohibam aos banhistas do “Poço das Pedras”, a pratica desavergonhada de ficarem alli até adiantadas horas, completamente despídos, notadamente do CABULOSO poço até os moinhos, quando os impossibilita a abrirem suas portas às primeiras horas da manhã.<sup>75</sup>

<sup>72</sup> Jornal O Mossoroense, 30-10-1910, nº 243, p. 4, c. 4

<sup>73</sup> Jornal O Mossoroense, 26-11-1924, nº ?, p. 3, c. 2

<sup>74</sup> Nesse período o presidente da Intendência Municipal era Francisco Xavier Filho.

<sup>75</sup> Jornal O Mossoroense, 17-03-1929, nº 923, p. 3 c. 1

A indiscrição dos banhistas deixava as famílias residentes na avenida diante de cenas de pouco ou nenhum pudor. Isso contrastava com o intimismo cultivado pelo modelo de família burguesa que ensinava aos seus membros a realizarem o cuidado com seu corpo em locais específicos da casa, como o banheiro e o quarto, e distantes de qualquer olhar. A família burguesa era aliada do Estado na construção de uma cidade higienizada. Sendo assim, fazia-se necessário educar, tratar os membros da família, pois o bom funcionamento desta bem como do Estado, dependia de homens e mulheres fortes, saudáveis, educados e desprovidos de vícios. Alguns problemas de saúde podiam ser medicados e corrigidos com remédios.

### 3.6. As receitas e remédios para os males do homem moderno

As propagandas de remédios, bem como de farmácias, consultórios médicos e de dentistas, eram uma constante na segunda fase do jornal O Mossoroense. Isso permite-nos a leitura de que a saúde era veiculada nas páginas impressas como um produto que podia ser comercializado como os demais bens de consumo.<sup>76</sup>

Os anúncios de remédios não vendiam somente uma fórmula química. Vendiam uma ideia, mais precisamente, a de saúde, de bem-estar, de vigor e de felicidade. Isso ficava evidente nas propagandas, pois os nomes dos remédios não eram acompanhados unicamente pela sua fórmula, também estavam presentes imagens de pessoas aparentando felicidade e vitalidade. Nas propagandas onde apareciam pessoas tristes, o texto seguindo a foto explicava a origem da tristeza como sendo causada pela falta de saúde e vigor físico, problemas facilmente solucionados após a ingestão do remédio anunciado.

Vejamos a propaganda das pílulas Cafiaspirina publicada em O Mossoroense no ano de 1930.

---

<sup>76</sup> De acordo com Iranilson Buriti de Oliveira (2003), no Diário de Pernambuco a constante publicação de propagandas de remédios e médicos permite a leitura do conceito de saúde como sendo uma mercadoria a ser comercializada como outra qualquer. Cf.: OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **“FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO”**: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme - Revista de Humanidades* - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó. Caicó, v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003. Semestral . ISSN 1518-3394 [este número foi originalmente publicado no site [www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme), hoje desativado].



Imagem 10

Fonte: Jornal O Mossoroense 1930

A propaganda começava com a chamada “*À hora da partida*” e seguia com a fala da esposa que parecia apreensiva com a viagem do marido: “— *Adeus, meu velho! O meu único consolo é que levas na maleta um tubo de Cafiaspirina. Assim não sofrerás outra dor além da da minha ausência.*”<sup>77</sup>

O tom de intimidade e proximidade entre os cônjuges delineava um modelo de família distinto do patriarcal. Isto é, a família burguesa constituída a partir do ideal de amor romântico<sup>78</sup>; da prole de número reduzido, assim os pais poderiam ter maior tempo para a educação dos filhos; da mãe devotada aos afazeres domésticos e a criação dos filhos; do pai provedor; do lar higienizado e livre de impurezas.

<sup>77</sup> Propaganda do Remédio Cafiaspirina publicada no ano de 1930. (Grifos do autor)

<sup>78</sup> Ver: COSTA. Op. cit.

Para tanto, fazia-se necessário seguir as orientações e determinações médicas. Segundo Jurandir Freire Costa<sup>79</sup>, a presença do médico na família foi importante para torná-la aliada do Estado no projeto de modernização da cidade e formação de cidadãos aptos a servirem os propósitos do Estado. Isso foi possível devido à estratégia assumida pelo saber médico de desvalorizar as práticas de saúde doméstica, isto é, o uso de mezinhas, chás, remédios caseiros que eram ensinados de mãe para filha ou de vizinha para vizinha. Ao desvalorizar esse saber, os médicos contribuíram para fragilizar essas relações, colocaram o corpo e os cuidados com a saúde do mesmo como sendo somente um território do saber médico.

Saber que começava a intervir em assuntos antes restritos as mulheres, a exemplo das cólicas menstruais e da menstruação. Isso ficava evidente na propaganda do remédio *A saúde da mulher* destinado a curar: “*Para Incomodos de Senhoras taes como: Inflammações do utero, flores-brancas, hemorragias, suspensões, colicas: o melhor Remedio é A Saude da Mulher.*”<sup>80</sup> Segundo Iranilson Buriti de Oliveira<sup>81</sup>, o bom funcionamento do útero bem como dos ovários era tido como responsável pela saúde e o bem-estar da mulher, inclusive do marido, pois, este sofria as consequências do padecimento de sua esposa, isto é, o mal-humor provocado pelas dores de cabeça, pelas cólicas. Sendo assim, medicalizar a mulher era cuidar da harmonia e do bem-estar de todo o lar.

Somado ao remédio feito para a mulher, também vemos nas páginas de O Mossoroense anúncio de médico oferecendo seus serviços como operador e parteiro.

Dr. J. Diniz Rocha  
(médico Operador e Parteiro).  
Especialidades: Molestias das senhoras e vias uro-genitais.  
Exames de escarros, urinas, sangue, etc.  
(Brevemente)  
Acceita tambem chamadas para fôra desta Cidade.

---

Consultorio – Rua do Triumpho  
(SOBRADO)<sup>82</sup>

A medicina e o saber médico, segundo Oliveira<sup>83</sup>, eram vistos como tendo mais conhecimento sobre o corpo humano e suas possíveis moléstias do que as próprias pessoas

---

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Texto retirado da propaganda publicada no jornal no ano de 1914.

<sup>81</sup> OLIVEIRA. Op. cit.

<sup>82</sup> Jornal O Mossoroense, 1911.



examinadas. A preocupação com a saúde não se resumia a tratar de doenças já existentes, também envolvia a prevenção; o estímulo ao uso de remédios fortificantes, para crianças e adultos, e revigorantes, para a terceira idade. A ideia de vigor físico era bastante divulgada nas páginas impressas, não somente de O Mossoroense, era encontrada igualmente nas páginas de jornais de outras cidades.<sup>83</sup> Isso mostra-nos que tais ideias faziam parte do imaginário da época a respeito da produção de habitantes aptos a consumir a cidade moderna, ou que desejava ser moderna.

Seguindo esse caminho, não apenas os jovens deveriam ser dotados de vigor, os velhos também necessitavam tê-lo, para tanto, poderiam fazer uso de remédios estimulantes. Vejamos a propaganda das Pílulas de Vida do Dr. Ross.

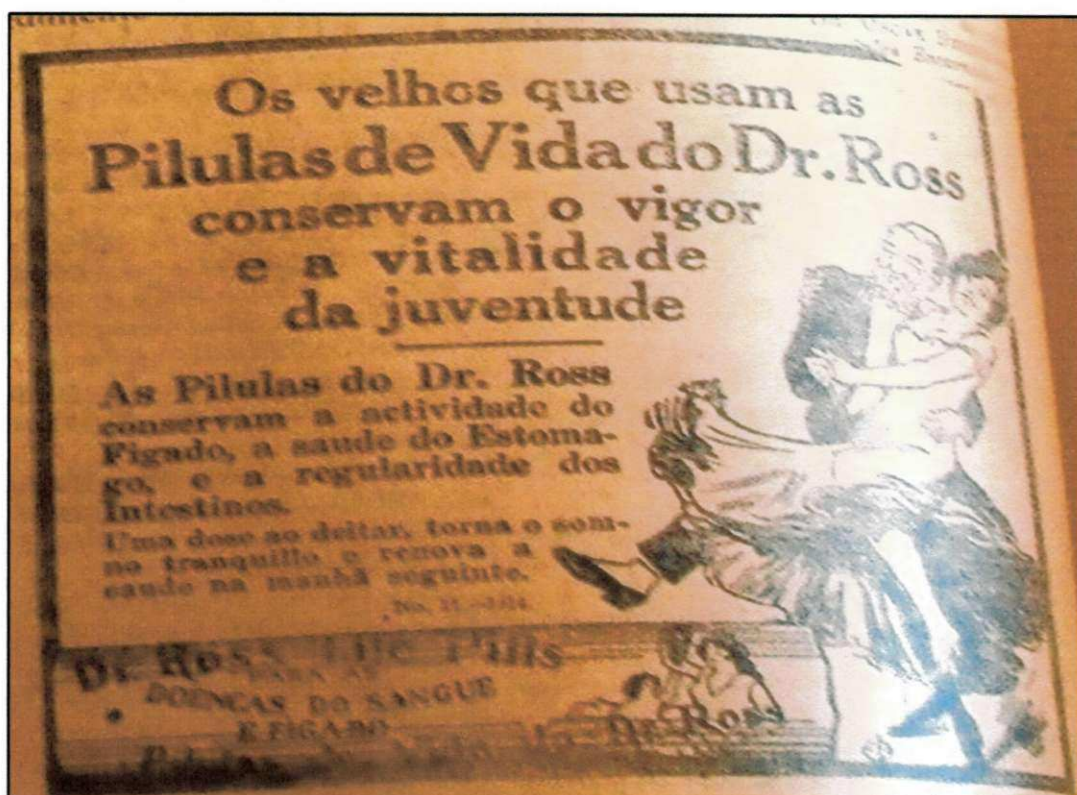


Imagem 11

Fonte: Jornal O Mossoroense em 1916.

“Os velhos que usam as Pílulas de Vida do Dr. Ross conservam o vigor e a vitalidade da juventude. As Pílulas do Dr. Ross conservam a actividade do Fígado, a saúde do Estomago, e a regularidade dos intestinos. Uma dose ao deitar, torna o somno tranquillo e renova a saúde na manhã seguinte.”

<sup>83</sup> OLIVEIRA, op. cit.

<sup>84</sup> Idem. O autor trabalha com o Diário de Pernambuco e a partir delas discute as ideias de higiene, saúde e prevenção veiculadas no jornal.

A imagem presente na propaganda mostrava que a diferença marcada pelo correr dos anos entre os dançarinos não era um empecilho para o fluir da dança, pois, o homem aparentava vitalidade e disposição física para dançar ao lado da dama. Vitalidade adquirida após a ingestão das Pílulas de Vida do Dr. Ross que prometiam conservar a juventude, devolvendo o ânimo ao corpo cansado. Ver-se, portanto, que para viver na cidade moderna era indispensável manter-se jovem e, assim, conservar o vigor necessário para seguir o curso das mudanças.

Além das pílulas do Dr. Ross, o Emulsão de Scott prometia robustez e restauração da vitalidade, promessas lidas em propagandas de 1921 e 1929, vejamos:

Saúde e robustez

São as qualidades que conservam o atractivo bem como o bem estar da mulher. A **Emulsão de Scott** manterá a louçania da juventude através dos annos, fortalecendo o organismo em todos os períodos da existencia.<sup>85</sup>

Na **VELHICE** conserve suas forças e o bem estar com a Emulsão de Scott que efficazmente lhe ajudará a restabelecer a vitalidade ao organismo e acabar com os achaques da velhice.

É alimento e remedio sem o illusorio estimulo das drogas ou alcool. A **Emulsão de Scott** é um excellente reconstituente que se pode tomar a qualquer tempo.<sup>86</sup>

Conservar a saúde e a vitalidade fazia parte do ideário da cidade moderna. O corpo era pensando enquanto máquina, sendo assim, poderia ser controlado através de estimulantes. Segundo Sevcenko<sup>87</sup>,

Os estimulantes se tornam tão indispensáveis para dotar as pessoas de disposição imediata, rapidez de reflexos e agudez de concentração, que cada vez mais cada qual define uma engenharia própria de autocontrole das suas energias, acelerando ou reftreando várias vezes ao longo do dia seu equipamento psicomotor com o uso de substâncias artificiais.<sup>88</sup>

Os estimulantes permitiam afastar o cansaço e conservar o movimento, característica exigida pela cidade bem como pelo viver moderno. Juntamente como esses recursos para dar vitalidade ao corpo tornando-o ágil, conservando-o jovem, fazia-se necessário apagar as marcas

<sup>85</sup> Jornal O Mossoroense 1921. (grifo do autor)

<sup>86</sup> Jornal O Mossoroense 1929. (grifo do autor)

<sup>87</sup> SEVCENKO. Op. cit.

<sup>88</sup> Idem. p. 84

visíveis do transcorrer dos anos como os cabelos brancos. Para tanto, bastava usar a tinta Invicta, “*A melhor tintura para os Cabellos.*”<sup>89</sup>

Apagar, ou esconder, os sinais do tempo, da decrepitude do corpo, tanto dos seus habitantes quanto da cidade, era uma prática da urbe moderna. Prática reforçada e defendida diariamente pelas páginas de O Mossoroense ao criticar os jogos de azar, a bebida, a prostituição, a doença, a sujeira nas ruas, os banhos “despudorados” no Poço das Pedras, enfim, as máculas que deveriam ser extirpadas ou encobertas por um paredão, no caso do banheiro público, ou afastadas do centro, no caso do cabaré na avenida Tavares de Lyra. No lugar delas, o jornal defendia o homem saudável e provedor do lar; a mulher devotada ao lar, aos filhos, ao marido; cidade de ruas limpas; corpos ágeis, fortes e repletos de vitalidade, características adquiridas através de práticas esportivas, higiene e remédios fortificantes. Assim, ao longo de suas páginas O Mossoroense delineava e tentava moldar, através da palavra escrita, o habitante ideal. Homem educado o suficiente para entender e fazer uso dos códigos, das práticas da cidade moderna. Os que não conseguiram ser convertidos no modelo idealizado foram “encobertos” por uma parede, afastados do centro, ou tiveram suas práticas de lazer cerceadas. A cidade com suas aquisições do viver moderno fazia-se atrativa, mas não poderia ser consumida por todos. Pois, a cidade ideal deveria ser consumida pelo habitante ideal.

---

<sup>89</sup> Jornal O Mossoroense, 1920.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal O Mossoroense ao publicar suas matérias sobre a Mossoró, sobre o modelo de cidadão ideal procurava fazer com que o leitor compartilhasse de sua opinião. Segundo Maurice Moulliaud<sup>1</sup>, o jornal “*empresta seu olho ao leitor para ver o mundo. [...] O nome-de-jornal é, deve ser, o olho de todo e qualquer um. O olho do leitor, a partir desse nome, difrata-se sobre o mundo que se torna sua própria visão.*”

Sendo assim, o leitor, através da leitura, via aquilo que era educado a ver, interpretando o visto a partir do referencial fornecido pelo jornal. Esse exercício fazia com que o leitor, por exemplo, das Conferências escritas pelo médico J. Gurjão Fernandes, visse os malefícios causados pelo fumo, pelo álcool e passasse, possivelmente, a assumir a postura do jornal. Ao fazer isso, este educava o leitor a ver nas páginas impressas a Mossoró desejada e a rejeitar a cidade que se contrapunha a essa.

O jornal O Mossoroense procurava moldar Mossoró de modo a torná-la uma cidade moderna. Para tanto, trabalhava como um inspetor investigando, apontando as falhas percebidas nela. Assumia, em alguns momentos, tom moralizador para exigir o fim dos jogos de azar, a transferência do cabaré do centro para um local distante, a construção de um paredão no banheiro público no Poço das Pedras.

Em oposição a essa cidade que precisava sempre ser controlada, estava a que o jornal defendia e protegia. Urbe limpa, desodorizada, livre de desordeiros. Que precisava ser habitada por um cidadão ideal. Para tanto, o jornal fazia uso de matérias discutindo a importância da higiene, da prática de esportes, dos malefícios dos vícios. Além disso, discutia os papéis a serem cumpridos por homens e mulheres. Aquela tinha a rua como espaço de ação, já a mulher, descrita e idealizada pelas páginas do jornal, tinha como palco principal o lar, espaço no qual reinava, cuidava dos interesses do marido e dos filhos.

O jornal, veículo informativo, formava opiniões e produzia uma urbe através das palavras impressas. A leitura e a análise dessas palavras permitem-nos dizer que Mossoró – RN, a segunda maior cidade do Estado, vivenciou a modernidade. É verdade que não nos modos das grandes capitais européias, Londres e Paris, nem tampouco como a do Rio de Janeiro, no começo do século XX, mas ao seu modo. A modernidade em Mossoró foi

---

<sup>1</sup> MOUILLAUD; PORTO. (org.). Op. cit. p. 97

vivenciada sob a forma de modernização, isto é, a aquisição de um elemento ou outro do viver moderno prestava à urbe o tom de modernidade.

Em alguns momentos, antes mesmo do equipamento chegar, ele já era noticiado como colocando a urbe no caminho do progresso, causava expectativas bem como a sensação de estar vivendo o novo, vivendo a/na modernidade. Exemplo disso é a matéria *Mossoró Evolue!*, publicada no dia 29 de julho de 1916, noticiando o contrato feito entre Intendência e a Empresa Força, Luz e Melhoramentos para fornecer luz elétrica a cidade. Mesmo havendo uma distância de meses entre a publicação da matéria e a inauguração da luz, ocorrida em dezembro de 1916, não impedia que o jornal narrasse com fervor e interpretasse tal acontecimento como colocando a cidade no eixo do progresso.

Aqui, o que importava para o jornal *O Mossoroense*, escrita de um passado distante de nós, era a carga simbólica que cada elemento possuía. Adquiri-lo ou ter acesso ao mesmo não era somente adquirir algo material, causava a sensação de viver a própria modernidade. Assim, o bem se tornava um símbolo da modernidade. Isso era possível, segundo Walter Benjamin, devido ao processo de fetichização da mercadoria<sup>2</sup>. Ao seu valor funcional agravava-se outro valor: simbólico, econômico, social.

A modernidade em Mossoró expressava-se, como dito acima, pela aquisição de elementos do viver moderno, sendo assim, pela modernização. A aquisição ou não de determinados elementos era vista como indicadores de avaliação do progresso da cidade. Podemos citar, como exemplo, a demora para a cidade ter o trem cortando a mesma, este só veio a chegar em 1915, oito anos depois de Campina Grande – PB. O atraso foi interpretado como causa da crise econômica de Mossoró, a falta de transporte rápido fazia, segundo o jornal, com que os compradores fossem para outras praças comerciais.

A modernidade expressava-se, também, pela remodelação do espaço, isto é, demolição de casebres descritos e vistos como enfeando o centro da cidade; nomeação das ruas pela Câmara Municipal de Vereadores; normatização do uso do espaço citadino através das interdições impostas pelo Código de Posturas Municipais. Tais interdições versavam em grande medida sobre a proibição de criação e tráfego de animais no centro urbano. Afastá-los das ruas principais era uma forma de fornecer ao espaço ares citadinos ao invés de rurais. Algumas dessas proibições eram publicadas nas páginas de *O Mossoroense*. Somada a essas estavam as referentes ao tráfego de automóveis nas ruas. A regularização do trânsito através de editais e leis objetivava minimizar as imprudências dos chauffeurs.

---

<sup>2</sup> BOLLE. Op. cit.

Imprudências que poderiam colocar em risco o modelo de cidade ordenada e moderna que o jornal O Mossoroense tecia em papel e tinta para Mossoró. Uma Mossoró ideal para o mossoroense ideal. Ao criar seu modelo de cidade, rejeitava outras, negando sua expressão, silenciando-as. Estas só apareciam quando faziam algo de errado, quando cruzavam com a teia do poder.<sup>3</sup> Esses comportamentos apontavam para uma ressignificação do projeto de modernidade idealizado pelas autoridades municipais, pela elite letrada vinculada ao jornal. E faz-nos pensar que uma mesma cidade tem dentro do seu espaço diversas cidades que se aproximam e distanciam-se. Isso permite que a mesma esteja sempre modificando-se e reinventando-se, e assim, mantendo-se viva.

---

<sup>3</sup>FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: O que é um autor? Lisboa: Venga, 1994. Pp. 89-128.

## REFERÊNCIAS DAS FONTES

### LIVROS

AUGUSTO, Cid. **Escóssia**. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série “C”, volume 989 – janeiro/98.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. Coleção Mossoroense, Série “C”, Volume 849, maio de 1996.

BRITO, Raimundo Soares de (org.). **Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1873-1876)**. Coleção Mossoroense, volume CXCVIII, 1985.

\_\_\_\_\_. **Legislativo e Executivo de Mossoró, numa viagem mais do que centenária (cronologia) 1853-1985**. Coleção Mossoroense, vol. CCLXXXVII, 1985.

**Códigos de Postura do Município de Mossoró: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940**. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série C, No. 1192, julho de 2002.

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar: os Rosados e os “país de Mossoró”**. João Pessoa, PB: Grafset, 2001.

FILGUEIRA FILHO, Antonio; COUTO, Antonio Soares do; SOUZA, Francisco Izódio de; MOTA, Francisco Vicente Cunha da. **Relatórios, leis e resoluções da intendência municipal de Mossoró: 1905 -1916**. 2ª. ed. Coleção Mossoroense, volume CXXI, 1980.

GRAFF, João Ulrich. **Estrada de ferro de Mossoró**. 4ª ed. Coleção Mossoroense, Volume CXX, 1980.

GURGEL, Sebastião. **Memórias de um comerciante e banqueiro (Diário) – Livro II (05 de junho de 1910 a janeiro de 1916)**. Coleção Mossoroense, Série “C”, Volume 1292.

NOGUEIRA, Manoel Leonardo. **Esboço Histórico do Futebol Mossoroense**. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Volume CLVI, 1981.

NONATO, Raimundo. **História Social da Abolição em Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CCLXXXV, 1983.

\_\_\_\_\_. **Ruas, caminhos da saudade**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1973.

\_\_\_\_\_. **A evolução urbanística de Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. 248. s/a.

\_\_\_\_\_. **Minhas memórias do Oeste Potiguar: Estrangeiros e Mossoró.** Volume 8. Coleção Mossoroense, Volume CCCLXXXIX, 1988.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização da cidade de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual.** (2006) Natal, RN, 2006. Dissertação (mestrado). UFRN. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró (Período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território.** Natal, RN: EDUFRN, 2005.

SANTOS, Sebastião Vasconcelos dos; OLIVEIRA, Nanci Neiza Wanderley de. **Outros inventários mossoroense (1863-1880).** Coleção Mossoroense, volume CXXXIII, 1980.

\_\_\_\_\_. **Terceiro livro dos inventários mossoroenses (1881-1901).** Coleção Mossoroense, volume CLI, 1981.

SANTOS, Sebastião Vasconcelos dos. **Quarto livro dos inventários mossoroenses (1902-1930).** Coleção Mossoroense, volume CCCXXV, 1986.

## JORNAIS

Jornal Mossoroense

Anos de 1872, 1873, 1874, 1875.

Jornal O Mossoroense

1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1921, 1913, 1914, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ANDRADE, Juciene Batista Felix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. Natal, RN, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN. CCHLA. Programa de Pós-graduação em História.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo**. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 65-119.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

CRUZ, Helena de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890 – 1916.** São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador.** Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 11ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crime, violência e sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império.** In: I Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História. UFPE – Recife, 03-07 de novembro de 2008.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?** Lisboa: Venga, 1994. Pp. 89-128.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.** IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MEINERZ, Andréia. **Concepção de experiência em Walter Benjamin.** Porto Alegre, 2008. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MOUILLAUD; Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido.** 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **“FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO”:** a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme - Revista de Humanidades* - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó. Caicó, v.4 - n.7 - fev./mar. de

2003. Semestral . ISSN 1518-3394 [este número foi originalmente publicado no site [www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme), hoje desativado].

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 1991.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte do XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: O corpo e a cidade na civilização Ocidental. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENCO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 513-619.

\_\_\_\_\_. **Orfeu Extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967. pp. 13-28

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos de Bezerra de. **Territórios de Confronto**: Campina Grande, 1920-1945. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. 2ª ed. São Paulo: USP: Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2006.

WEBER, Eugen Joseph. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.



# Anexo

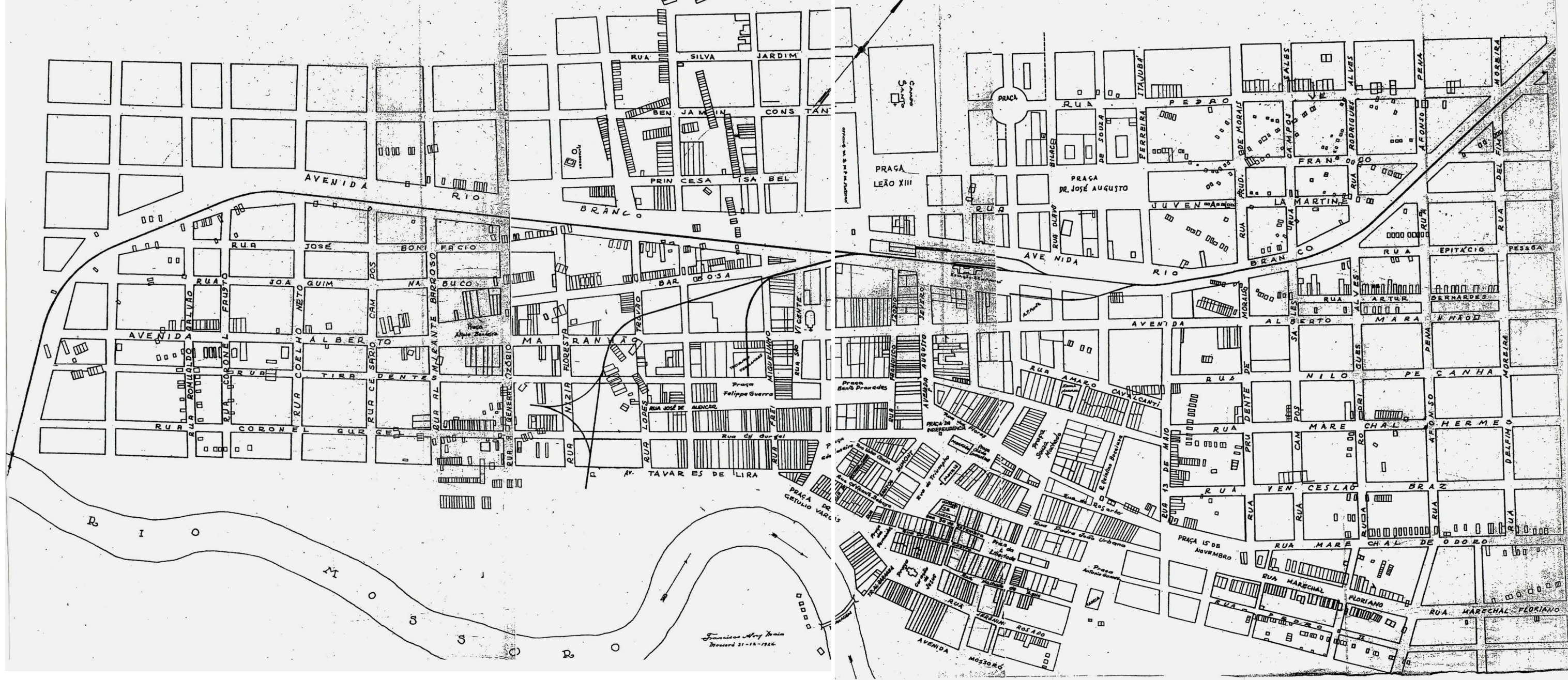


INTENDENTES  
DR. HENRIQUE F. DE QUEIROZ  
LUIZ COLOMBO P. PIETRO  
FRANCISCO G. FREIRE

# PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ

LEVANTADA NA PRESIDENCIA DO CEL. DODOLFO FERREIRAS DE OLIVEIRA MARTINS  
1926  
24 CASAS 11.8000

INTENDENTES  
ANTONIO THEODORO S. DA FROTA  
MANOEL AMANCIO LEITE  
FRANCISCO BORGES DE ANIZADE  
LAURO DO MONTE ROCHA



Francisco Afonso de  
Mossoró 31-12-1926